

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

RAIMUNDO NONATO GOMES ARAÚJO

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM CONFLITO AMBIENTAL: a luta do Comitê
de Defesa da Ilha contra a implantação da Alcoa

São Luís

2018

RAIMUNDO NONATO GOMES ARAÚJO

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM CONFLITO AMBIENTAL: a luta do Comitê
de Defesa da Ilha contra a implantação da Alcoa**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior

São Luís

2018

Gomes Araújo, Raimundo Nonato.

A construção social de um conflito ambiental : a luta do Comitê de Defesa da Ilha contra a implantação da Alcoa / Raimundo Nonato Gomes Araújo. - 2018.

141 f.

Orientador(a): Horacio Antunes Sant' Ana Júnior.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

1. Alcoa. 2. Ambientalismo. 3. Comitê de Defesa da Ilha. 4. Desenvolvimento. 5. Socioambientalismo. I. Sant' Ana Júnior, Horacio Antunes. II. Título.

RAIMUNDO NONATO GOMES ARAUJO

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM CONFLITO AMBIENTAL: a luta do Comitê
de Defesa da Ilha contra a implantação da Alcoa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais da
Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção ao título de Mestre e
Ciências Sociais

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Horácio Antunes Sant'Ana Júnior (Orientador)

Doutor em Ciências Humanas (Sociologia)

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Elio de Jesus Pantoja

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Marcelo Domingos Sampaio Carneiro

Doutor em Ciências Humanas (Sociologia)

Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo apoio incondicional nesses momentos difíceis de elaboração do trabalho acadêmico. Em especial à minha tia e madrinha Mari José Araújo Lemos, pelo apoio prestado não apenas neste período, mas por atuar durante toda a minha carreira acadêmica incentivando a dedicação aos estudos.

À minha mãe pela paciência em compreender que este trabalho exigia, num período tão difícil em nossas vidas, uma dedicação maior.

Ao professor e orientador deste trabalho, Horácio Antunes Sant'Ana Júnior, pela paciência em relação as entregas das atividades referentes a este trabalho. Pelo apoio em me ouvir em momentos de muita dificuldade. O prazer e a honra de ter um professor dedicado e atencioso como o professor Horácio não podem ser expressadas em palavras mediante tamanha satisfação em contar com sua ajuda e orientação.

Também dedico agradecimentos à professora Madian de Jesus Frazão Pereira, pelo apoio e orientação no período de elaboração do projeto deste trabalho. Não tenho palavras para pelas dicas proferidas pela professora, pois foi através de uma conversa que chegamos na questão de trabalhar com o Comitê de Defesa da Ilha.

Também agradeço à minha irmã Ione Marly pelas constantes conversas durante a fase de elaboração deste trabalho.

Ao apoio dos membros da Igreja Assembleia de Deus Pentecostal, especialmente na figura do Pastor Mota, sua esposa a missionária Zoraildes, e minha amiga e irmã na caminhada de fé a irmã Sandra.

Agradecemos também ao Instituto Federal do Maranhão por propiciar a licença que nos concedeu direito ao afastamento, assim como apoio material, e também aos professores e membros da banca, Elio de Jesus Pantoja e Marcelo Domingos Sampaio Carneiro pelas críticas e sugestões que tornaram possível a realização deste trabalho.

Dedico este trabalho àquela que foi a minha grande inspiração e referencial na vida, meu “porto seguro”, Iracema Gomes Castro (*in memorian.*)

RESUMO

Esta dissertação visa a compreensão da construção da problemática ambiental tecida pelo Comitê de Defesa da Ilha. Para elaboração deste trabalho analisamos o processo de constituição dos movimentos ambientalistas no Brasil. É abordado todo o contexto de Redemocratização que demarca o surgimento de um ambientalismo mais politizado no país. Nesse processo, movimentos emergiram com força novamente no cenário nacional, inclusive problemáticas ambientalistas foram sendo tecidas. Ocorre também no cenário maranhense uma série de formatos de contestações. É dentro deste contexto que ocorre a formação do Comitê de Defesa da Ilha, que construiu ações e engajamentos centrados num referencial ambientalista contra a inserção da Alcoa nesta região.

Palavras-chave: Comitê de Defesa da Ilha, ambientalismo, socioambientalismo, Desenvolvimento, construcionismo, Alcoa.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the construction of the environmental problem woven by the Defense Committee of the Island. From this boiling process will be examined how thematic and environmental movements emerged in these events. Next, we analyze the process of constitution of the environmental movements in Brazil. It addresses the whole context of Redemocratization that marks the emergence of a more politicized environmentalism in the country. In this process movements emerged with force again in the national scenario, including environmental problems were being woven. There is also a series of contestations in the Maranhão scenario. It is within this context that the formation of the Island Defense Committee takes place, which has built actions and engagements focused on an environmentalist reference against Alcoa's insertion in this region.

Keywords: Island Defense Committee, environment, socio-environmentalism, Development, construction, Alcoa.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAPRENA: Associação Catarinense de Preservação da Natureza
ADEA: Associação de Defesa e Educação Ambiental
AGAPAN: Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
ALCOA: Companhia Americana de Alumínio
ALUMAR: Consórcio de Alumínio do Maranhão S.A
ALBRAS: Alumínio Brasileiro S.A
Alunorte: Alumina Norte Brasil S.A
AMZA: Amazônia Mineração S. A.
APPEMMA: Associação Paranaense de Proteção e Melhoria do Meio Ambiente
APPN: Associação Paulista de Proteção Natural
APRUMA: Associação de Professores da UFMA
ARENA: Aliança Renovadora Nacional
ASP: Associação da Saúde da Periferia
ASSACRE: Associação Agrícola do Cristo Redentor
BEP: Brazilian Exploration Program
BHP Billiton: Broken Hill Proprietary Company
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento
CAEMA: Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão
CBA-MA: Seção Maranhense do Comitê Brasileiro pela Anistia
CEBs: Comunidades Eclesiais de Base
CEMAR: Companhia Energética do Maranhão
CETER: Comissão Estadual de Terras
CDI: Companhia de Desenvolvimento Industrial
CETESB: Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CHESF: Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CJP: Comissão Justiça e Paz
CLA: Centro de Lançamento de Alcântara

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CODOMAR: Companhia das Docas do Maranhão

CODEBAR: Companhia de Desenvolvimento de Barcarena

CONAMA: Conselho Nacional de Meio Ambiente

CPT: Comissão Pastoral da Terra

CVRD: Companhia Vale do Rio Doce

DCE: Diretório Central dos Estudantes

DNPM: Departamento Nacional de Produção Mineral

EIA-RIMAS: Estudos e Relatório de Impacto Ambiental

ELETRONORTE: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A

EMAP: Empresa Maranhense de Administração Portuária

FASE: Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional

FBCN: Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza

FEEMA Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente

FETAEMA: Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão

GEDMMA: Grupo de Estudos: Modernidade, Desenvolvimento e Meio Ambiente

IBAMA: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICM: Imposto de Circulação de Mercadorias

ICMS: Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços

IEC: Instituto Evandro Chagas

IEPS: Instituto de Estudos Políticos e Sociais Pedroso Horta

IFMA: Instituto Federal do Maranhão

INCRA: Instituto Nacionalização de Colonização e Reforma Agrária

LBA: Legião Brasileira de Assistência

MCC: Movimento Contra Carestia

MIA: Associação pelo Progresso de Montgomery

MRN: Mineração Rio do Norte

NAAC: Nippon Amazon Aluminiun Corporation

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

ONGs: Organizações Não-Governamentais

PCdoB: Partido Comunista do Brasil
PDS: Partido Democrático Social
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PGC: Programa Grande Carajás
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PORTOBRAS: Empresa de Portos do Brasil S.A
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PNUMA: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PP: Partido Popular
PT: Partido dos Trabalhadores
SLAP: Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras
SEMA: Secretária Especial de Meio Ambiente
SIDERBRAS: Siderúrgica Brasileira Ltda
SUDAM: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDEMA: Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão
SUDENE: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SMDH Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
SUSAM: Superintendência de Saneamento Ambiental
UFMA: Universidade Federal do Maranhão
UEMA: Universidade Estadual do Maranhão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
3 A FORMAÇÃO DOS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS NO BRASIL.....	28
3.1 O desenvolvimento de grupos ambientalistas.....	28
3.2 Redemocratização, movimentos sociais e ambientalismo	34
3.3 Institucionalização da questão ambiental.....	52
4 OS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA E A CHEGADA DA ALCOA NA ILHA DO MARANHÃO	57
4.1 Programas desenvolvimentistas na Amazônia	57
4.2 Programas desenvolvimentistas no Maranhão.....	68
4.3 ALCOA em São Luís.....	76
5 A LUTA DO COMITÊ DE DEFESA DA ILHA.....	85
5.1 Lutas sociais.....	85
5.2 O Comitê de Defesa da Ilha e a luta ambientalista.....	99
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS.....	136

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa compreender o processo de construção da problemática ambiental pelo Comitê de Defesa da Ilha, grupo que lutou pela defesa do ambiente da Ilha do Maranhão¹ e contra a instalação da empresa Alcoa, uma das mais importantes empresas do setor de alumínio e com origem nos Estados Unidos, e que nos anos de 1980 estabeleceu uma indústria na localidade em questão.

Segundo o jornal *Vias de Fato* em sua edição eletrônica, do dia 17 de maio de 2015, as comunidades que fazem parte da área da Reserva Extrativista Tauá-Mirim² declararam criada a Reserva Extrativista na Ilha de São Luís. O encontro contou com representantes de movimentos sociais, de comunidades tradicionais, quilombolas, pesquisadores de universidades (UFMA e UEMA) e do IFMA (Instituto Federal do Maranhão) (VIAS DE FATO, 2015).

O jornal *Vias de Fato* (2015) concede um importante registo desse encontro:

Nessa data as comunidades da Reserva chegaram à conclusão de que não dá para ficar esperando a boa vontade do Estado do Maranhão e do Governo brasileiro e declararam criada a Reserva extrativista na Ilha de São Luís, numa mostra histórica de autonomia, autodeterminação e insurgência contra uma situação que as vulnerabiliza e invisibiliza. Como nas palavras de Máxima Pires, da comunidade de Rio dos Cachorros, essa resistência das lutas assegura a autonomia dos territórios.

[...] Além das ameaças que sempre estiveram presentes e se aprofundaram a partir da chegada da instalação da megamineradora Vale e da instalação da planta de processamento de bauxita Alumar³ (ALCOA), o surto de desenvolvimento não inclusivo vivido antes sob a oligarquia Sarney e ao qual o governador Flávio Dino ainda não teve coragem de enfrentar mantém sob as comunidades as constantes ameaças de, após uma história de mais de 100 anos, serem varridas do mapa: a todo dia chegam e se instalam empreendimentos dos mais diversos, que ameaçam tanto a

¹ A Ilha do Maranhão é composta dos seguintes municípios: São Luís, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar.

² Segundo Sant'Ana Júnior, Pereira, Alves e Pereira (2009, p. 24): “área proposta para a Reserva abrange os povoados Cajueiro, Limoeiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros e Taim; engloba também parte da Vila Maranhão e a Ilha de Tauá-Mirim, na qual localizam-se os povoados Amapá, Embaubal, Jacamim, Portinho e Tauá-Mirim, e um amplo espelho d’água, totalizando 16.663,55 hectares e perímetro de 71,21 km.

³ Alumar é a sigla de Consórcio Alumínio Maranhão S.A. O consórcio Alumar (que tem como principais proprietários a empresa de origem estadunidense Alcoa, uma das maiores empresas mundiais de produção de alumínio, a Rio Tinto Alcan, grande produtora de alumínio de origem canadense, e a BHP Billinton, grande empresa de origem anglo-australiana do ramo da mineração e da exploração do petróleo) possui, em São Luís, uma das maiores plantas de produção de alumina do mundo. Apesar de ter praticamente dobrado sua planta industrial nos últimos anos, no início de 2016 desativou sua produção de alumínio, concentrando-se apenas na produção de alumina, o que gerou muitas demissões” (Sant'Ana Júnior; Cardoso, 2016: 187).

comunidades quanto a preservação ambiental de São Luís. São fábricas de bebidas, fertilizantes, termelétrica, e empresas que orbitam em torno desses empreendimentos maiores, que aterraram riachos e manguezais, dizimam o pescado e invertem a lógica dizendo-se proprietárias do lugar e acusando os moradores que lá estão desde muito tempo de “invasores”.

O texto ainda relata que diversas entidades que lutam por uma condição de vida melhor no Estado testemunharam o ato em questão. Essas informações retratam bem a luta de comunidades tradicionais pela autonomia de suas vidas e pela defesa do seu território. Mas também abordam o descaso do Estado em relação a essas comunidades, situação, aliás, histórica em nosso Estado e na sociedade brasileira. Também demonstra como determinados grupos têm-se articulado e desenvolvido laços de identidade nos conflitos enfrentados.

Quando observamos a referida notícia, uma questão nos provocou atenção. Se atualmente encontramos comunidades, intelectuais e movimentos sociais articulados em defesa da questão ambiental nesta Ilha, como se evidenciou essa questão, ou seja, que grupos locais se destacaram e contribuíram na defesa da luta ambiental nesta localidade?

Outra questão que não pode ser deixada de lado nestas observações é a presença de pesquisadores na assembleia realizada na Reserva Extrativista de Tauá-Mirim. Este fato não é por acaso, pois existem nos últimos anos neste Estado, estudiosos e grupos de estudos que desenvolvem importantes trabalhos científicos conferindo grande atenção a situação ambiental. Dentre estes grupos, citamos o Grupo de estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) da Universidade Federal do Maranhão. O grupo, realiza debates e produções intelectuais sobre os conflitos socioambientais ⁴ no Estado, principalmente na Ilha de Maranhão.

O que nos chamou atenção ao “consultar” a produção intelectual do GEDMMA e maranhense foi a necessidade de uma dissertação, ou seja, uma produção com um olhar concentrado sobre a construção da questão ambiental na Ilha do Maranhão. Nessas circunstâncias e diante da dimensão que a luta ambiental tem hoje na cidade de São Luís, inclusive num momento em que a prefeitura visa aprovar um Plano Diretor que pode em muito comprometer a situação ambiental da Ilha, compreendemos que é necessário um trabalho que se proponha a refletir sobre como se deu a configuração de uma questão que

⁴ De acordo com Acselrad (2004, p. 26) os conflitos ambientais são: “aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis ... decorrentes do exercício de práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc”.

tem atravessado nossa vida cotidiana. Colocar esta questão no início pode oferecer ferramentas que contribuam para o aprofundamento da discussão sobre os conflitos ambientais. Sendo assim, este trabalho almeja contribuir com o campo intelectual brasileiro produzindo possíveis compreensões sobre o fenômeno ambiental.

A emergência do debate público sobre a questão ambiental em termos internacionais, ocorre a partir da agitada década de 1960. Sobre o contexto desse período, Araújo (2010, p. 33) apresenta importantes informações:

Final dos anos sessenta, planeta terra, existia algo de efervescência nessa época. Uma França à beira da desordem com o maio de 68, mulheres nas ruas denunciando o caráter opressor de uma sociedade centrada em padrões masculinos, lutas pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, uma juventude rebelde dizendo não a Guerra do Vietnã e sua continuidade, pregando mudança radical de estilo de vida, criticando os hábitos cada vez mais consumistas de uma hipócrita sociedade capitalista, enfatizando a liberdade sexual e dando um tapa no conservadorismo, o movimento hippie e sua vida alternativa e tudo embalado ao som do rock. Porém existe outro aspecto que caracterizaria o final daqueles anos sessenta, a questão ambiental.

A situação histórica em que emergiu a problemática ambiental em nível internacional a partir da década de 1960 era de contestação e crítica aos valores culturais da sociedade capitalista ocidental. No Brasil, podemos falar em início do debate sobre a questão ambiental a partir da década de 1970, portanto, no contexto da ditadura empresarial militar (PORTO-GONÇALVES, 2006). Nos anos 1980, no contexto da redemocratização, ocorreu o desenvolvimento das lutas e movimentos ambientais pelo país. Neste formato, observamos os movimentos ambientalistas, envolvidos num processo de ressurgimentos dos movimentos sociais pelo país, estabelecerem laços, redes de relações e formarem coalizações no enfrentamento dos seus desafios. Também neste período continuou-se com o processo de normatização da questão ambiental, com formatação de órgãos, leis e medidas visando estabelecer limites e normas sobre o uso do ambiente.

No meio desses processos, o Maranhão, que já vinha sendo envolvido com políticas desenvolvimentistas em governos anteriores do Estado (desde Vitorino Freire), sofreu nos anos 1980, fortes investimentos do capital monopolista, com projetos como aqueles vinculados ao Programa Grande Carajás⁵, entre eles, a inserção da fábrica de

⁵ O Programa Grande Carajás foi instituído no início dos anos 1980. Era voltado no seu começo para implantação de “projetos minero-metalúrgicos de ferro e de alumínio na região” (GISTELINCK, 1988, p. 60). Dentro deste contexto o Maranhão foi incluído no projeto, com a instalação da estrada de ferro ligando Carajás ao Porto do Itaqui.

alumínio da multinacional americana Alcoa em São Luís. Esses projetos desenvolvimentistas vinham demarcando novas paisagens na região norte e nordeste, principalmente a partir dos investimentos e medidas tomadas pelos governos militares que resultaram num aumento de conflitos nessas localidades. Com a instalação desses projetos no Estado em questão, ocorre reações por parte da comunidade local, sendo que, em São Luís, verifica-se a constituição do Comitê de Defesa da Ilha se notabilizando contra a vinda da Alcoa para a Ilha do Maranhão e publicizando o debate sobre a questão ambiental, pois o grupo também atuou em defesa do ambiente local.

Num trabalho recente e relevante, Elio Alves (2014) analisa o Movimento Reage São Luís, em São Luís – MA e nos fornece importantes informações sobre o início do debate ambiental nesta localidade. Devido à instalação de grandes projetos na Ilha, surgiram conflitos envolvendo as comunidades atingidas por esses processos. No decorrer dos anos 1980, as lutas se intensificam e os movimentos sociais desenvolvem uma crítica aos efeitos causados pelas ações industriais ao ambiente local.

Em relação aos movimentos sociais do período, Alves (2014, p. 44) afirma que:

Destacaram-se nesses movimentos, as organizações comunitárias de povoados da Zona Rural aliada aos setores progressistas da Igreja Católica, a parlamentares e profissionais liberais sensíveis aos danos ambientais. Nesse contexto, a preocupação ambiental tomou um rumo político indo muito além de uma questão de controle técnico da poluição. Os movimentos de contestação levaram a questão ambiental ao debate público, pois, implicaram, sobretudo, em decisões políticas e mudanças sociais significativas que afetavam a população de toda a ilha.

Os movimentos de contestação atuando a favor das comunidades rurais e das questões ambientais contribuíram para tornar público o debate ambiental. Um dos eventos que favoreceram a publicização deste debate foi a instalação da fábrica da Alcoa que resultou num processo de desapropriação de terras atingindo a vida de comunidades além de causar danos ambientais. Dentre os agentes de contestação que surgiram no período podemos destacar o Comitê de Defesa da Ilha associado com as organizações comunitárias e com as Pastorais da Igreja Católica. Alves (2014, p. 46) cita que o Comitê de Defesa da Ilha foi “fundado em 1980 e formado por um grupo de militantes e intelectuais, entre estes, advogados, jornalistas, parlamentares de esquerda, funcionários públicos e religiosos ligados aos setores progressistas da Igreja Católica”. Dentro do Comitê de Defesa, destacou-se a figura do poeta e escritor José Nascimento de Moraes Filho.

É necessário, também, destacar o papel exercido nesse período pelas Comunidades Eclesiais de Base. Presente em São Luís desde os anos 1960, as CEBs realizavam atividades de cunho religioso nas comunidades rurais de São Luís. “É nesse período que se registra presença de um trabalho de educação popular” (ALVES, 2014, p. 46). As Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) utilizavam o referencial religioso, ou seja, as reflexões produzidas através de leituras bíblicas para promover um processo de conscientização e ação das comunidades na luta pela defesa do seu território. O trabalho das CEBs ocorreu no contexto da luta pela redemocratização do país e inspirada pela Teologia da Libertação⁶. Dentro das CEBs foram importantes os trabalhos dos Padres missionários Redentoristas e das Irmãs da Congregação Missionárias de Notre Dame de Namur com destaque para a irmã Anne e irmã Bárbara (ALVES, 2014).

Alves (2014) enfatiza que o grande dilema debatido pelas CEBs no seu início era o processo fundiário e, no decorrer dos anos 1980, com a presença de fabricas e grandes projetos desenvolvimentistas na cidade a discussão ambiental começou a ganhar destaque.

Baseados nestes acontecimentos, decidimos pela realização de um estudo sobre o entendimento de como ocorreu a construção da problemática ambiental nesta localidade. Portanto, a pesquisa delimitou como seu marco temporal o período entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980.

Para a construção da tarefa aqui proposta, dividimos os capítulos, no sentido de apresentar como ocorreu o desenvolvimento da luta ambiental no país, numa situação ainda de regime ditatorial e seguimos com a explicação informando como ocorreram projetos desenvolvimentista na Amazônia e no Maranhão, o processo de chegada da Alcoa em São Luís, para compreendermos como dentro desses contextos aconteceu a formação de uma luta ambiental local. Sendo assim, o capítulo dois apresenta o referencial teórico adotado neste trabalho e que possibilitou a construção de interpretações acerca do material e os fatos que nos deparamos ao observar o contexto em que foi estabelecida a luta do Comitê de Defesa da Ilha. O capítulo seguinte aborda a constituição da luta ambiental no Brasil, discutindo esse processo principalmente num contexto de lutas sociais pela redemocratização do país e ressurgimentos de novos movimentos sociais. Também será explicitado o processo de normatização da questão

⁶ Michael Lowy (2000) se refere à teologia da libertação como um movimento religioso voltado para questão da emancipação social. Segundo o autor citado a “teologia da libertação” é um amplo movimento social. Lowy se refere à “teologia da libertação como “Cristianismo da Libertação”.

ambiental pelo país, pois a criação de leis e normas sobre o ambiente, também contribuiu para o desenvolvimento de constrangimentos sobre a temática ambiental. No capítulo seguinte, é discutido o processo de construção dos projetos desenvolvimentistas na Amazônia e no Maranhão. Para a construção deste capítulo foi necessário compreender inicialmente como ocorreram a formação de projetos desenvolvimentistas, assim como suas consequências para as regiões norte e nordeste. Os interesses das elites locais nesses projetos e seus impactos sobre o Maranhão. Também é apresentado como na esteira dos projetos desenvolvimentistas na região ocorre a entrada da Alcoa na Ilha do Maranhão, assim como algumas informações e desdobramentos que foram importantes para tal estabelecimento na realidade local.

Nesse capítulo, consideramos importante, a obra *O novo espírito do capitalismo* de Luc Boltanski, e Éve Chiapello (2009). A obra analisa as mudanças ocorridas no capitalismo a partir do final dos anos 1960, mais precisamente a partir do maio de 1968, até os anos 1990. O livro parte de um momento de forte contestação ao capitalismo e seus valores, como no final dos anos 1960, até chegar aos anos 1990, quando a crítica ao capitalismo necessitava de novos fundamentos teóricos para compreender as mudanças que haviam acontecido sobre o sistema em questão. Nesse contexto utilizaremos esta obra no sentido de compreender como através de deslocamentos que estavam ocorrendo pelo capital, uma grande corporação do alumínio chega a esta região e seus objetivos nesse processo.

O capítulo final trata da construção da problemática ambiental pelo Comitê de Defesa da Ilha. Para realização deste capítulo e tomando como referencial o conceito de oportunidades políticas, conforme apresentando por Tarrow (2009) visamos compreender como as mudanças que ocorreram no cenário nacional e local construíram um cenário de oportunidades políticas para o estabelecimento de variadas formas de contestação na realidade local no final dos anos 1970 e início de 1980. Houve, em São Luís, movimentos contra a carestia, lutas por moradia, tentativas de unificação da esquerda, surgimento do primeiro grupo feminista da Ilha, lutas estudantis, surgimento de organizações como a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos.

No meio deste cenário e diante ainda de um Estado autoritário, ocorre em 1980, o processo de formação do Comitê de Defesa da Ilha, que construiu sua luta em defesa do ambiente local e estabeleceu posicionamento contrário a instalação da Alcoa na Ilha do Maranhão. Nosso objetivo é analisar como ocorreu a construção dessa problemática

ambiental pelo Comitê. Utilizamos para a construção desta análise a perspectiva construcionista inspirada em John Hannigan. De acordo com Fleury, Barbosa, e Sant'Ana Júnior (2017, p. 225), “em vez de caracterizar os problemas ambientais como entidades consolidadas, estes são representados como visões baseadas culturalmente e contestadas socialmente”.

Hannigan (2009) trabalha com a perspectiva de como são construídos os problemas ambientais. Para a construção dessa linha de análise, ele se baseia em três momentos: juntando, apresentando e contestando argumentação. É orientado por essa perspectiva da construção de problemas ambientais, que apresentaremos como, a partir da inserção da Alcoa e num contexto de oportunidades políticas, são juntados os problemas ambientais. Foi o momento em que ocorreu a formação do Comitê em termos oficiais. Apresentaremos como esse processo ocorreu, que agentes contribuiriam para a realização deste momento. Que argumentos o Comitê começou a construir, o conhecimento do significado do que era a Alcoa, quem eram os membros do Comitê, quais os jogadores que faziam parte desse processo. Também será apresentado como o Comitê apresentou e contestou os argumentos.

Nesse caso, apresentaremos, por quais meios o Comitê divulgou sua luta, quais formatos de contestação o grupo construiu e que agentes foram importantes nesse processo. Também compreendemos que ocorreu nesse processo uma ambientalização de um conflito social, pois a temática ambiental foi sendo publicizada (LEITE LOPES; ANTONAZ; PRADO; SILVA, 2004). A obra, *A Ambientalização dos Conflitos Sociais* (LEITE LOPES; ANTONAZ; PRADO; SILVA, 2004) é também uma referência para analisar o que ocorreu em São Luís no início dos anos 1980 em termos de mobilização ambientalista.

Para estruturação deste trabalho utilizamos fontes jornalísticas, entrevistas com indivíduos que participaram das mobilizações e dos movimentos em questão, assim como obras que possuem relação com a temática debatida neste trabalho. Para realização desta composição, e devido ao pouco tempo, decidimos realizar entrevistas com Josemar Pinheiro, mais precisamente na data de 18/08/2018, e que foi um importante membro do Comitê. Assim como Marluze Pastor, na data de 13/08/2018, que embora não fosse do Comitê, viveu no período e possuiu contato com membros do Comitê na Ilha. Foram realizadas entrevistas abertas, nas quais observamos como ocorreu a construção de uma questão.

Foram utilizadas principalmente fontes jornalísticas para compreender as ações que o Comitê havia realizado, seus embates com o governo do Estado, com a Companhia de Desenvolvimento Industrial (CDI), com a Alcoa. Sendo assim, foram pesquisadas notícias em jornais, como por exemplo no *Jornal Pequeno* e no *Estado do Maranhão*. O primeiro foi utilizado em favor do Comitê de Defesa da Ilha. Já o *Jornal O Estado do Maranhão*, comprometido com o grupo político que estava no poder, apresentava argumentos no sentido de apoiar o processo de instalação da Alcoa, justificando ganhos que a sociedade local adquiriria. Os jornais são fontes importantes desta pesquisa, pois observamos a partir de seus posicionamentos, os argumentos que eram construídos ou a favor ou contra a instalação da Alcoa.

Assim como também servem de fonte para analisar que representações em torno do ambiente Comitê de Defesa da Ilha e seus opositores realizavam. Também utilizamos informações contidas no *Jornal O Imparcial*. Como não existem ainda grande quantidade de obras a respeito do trabalho do Comitê de Defesa da Ilha, as fontes jornalísticas servem de importante referência na constituição desse processo. Também chegamos a contar com um material escrito por Josemar Pinheiro, relatando quem eram alguns dos importantes membros do Comitê de Defesa da Ilha. Nesse aspecto, privilegiamos, o estrato social do qual esses membros pertenciam e algum papel que desempenham no Comitê. Além de suas ocupações profissionais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

. Para a construção desta pesquisa, um dos referenciais teóricos foi o texto produzido por Angela Alonso, Valeriano Costa e Debora Maciel, intitulado *Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro*. Como um dos referenciais dos autores na análise desenvolvida no seu texto foi o conceito de oportunidades políticas, entendemos a necessidade de conhecer melhor o conceito, conforme abordado por Sidney Tarrow, na obra, *O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político*. Esta questão apareceu porque no texto de Alonso e seus colaboradores é relatado sobre a questão das oportunidades políticas no contexto brasileiro. A partir daí, verificamos que o conceito poderia nos ajudar a pensar o que também acontecia em São Luís no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Por isso, entendíamos a necessidade de conhecer melhor o conceito por um dos seus grandes defensores.

Tarrow (2009, p. 100) pontua da seguinte forma o aparecimento do conceito de oportunidades políticas:

O conceito de oportunidade política, como muitos outros na teorização contemporânea sobre movimentos social, data da última grande mudança no Ocidente – os anos 1960. Tanto na Europa Ocidental quanto nos Estados Unidos muitos ficaram perplexos ao verem como as mudanças na sociedade moderna estavam ampliando os incentivos para o confronto.

O conceito é resultado de tentativas de compreender o surgimento das mobilizações sociais que aconteceram nos anos 1960. Tarrow, esclarece que na Europa o modelo que dominava a tentativa de explicar esse processo estava centrado nos estudos de Habermas e da Escola de Frankfurt (TARROW, 2009). Nos Estados Unidos a explicação dos “advogados do ‘pós-materialismo’ recorria ao paradigma individualista frequentemente chamado de ‘escolha racional’” (TARROW, 2009, p. 100). De acordo com Tarrow (2009, p. 100-101):

[...] As duas perspectivas ajudam a entender o “porque” da mobilização, mas nenhuma delas pode explicar por que as pessoas apoiam movimentos em certos períodos da história e por que alguns países no Ocidente – uma área de muita prosperidade e relativa homogeneidade cultural – vivenciaram mais confrontos sustentados nos anos 1960 do que outros. Para responder a essas questões, seria necessário investigar como a estrutura social subjacente e a mobilização potencial são transformadas em ação. Nesta transformação, o papel das oportunidades e das restrições políticas é crucial.

Conforme explicitado, os conceitos servem para entender como em determinados períodos históricos existem oportunidades ou restrições para o desenvolvimento de movimentos sociais. Tarrow (2009, p. 105) define o conceito de oportunidades políticas “como dimensões consistentes – mas não necessariamente formais ou permanentes – do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao sucesso ou fracasso”. Tarrow (2009, p. 105) apresenta, nessas circunstâncias, algumas limitações do conceito, para isso evoca importantes dimensões desta categoria:

[...] (1) a abertura do acesso à participação para novos atores; (2) a evidência de realinhamento político no interior do sistema; (3) o aparecimento de aliados influentes; (4) divisões emergentes no interior da elite; (5) um declínio na capacidade ou vontade do Estado de reprimir a dissidência.

O conceito de oportunidades políticas não diz respeito, portanto, a um processo permanente, “em sua maioria, as oportunidades políticas e restrições políticas são situacionais e não podem compensar por muito tempo as fraquezas em recursos culturais, ideológicos e organizacionais” (TARROW, 2009, p. 106-107). Alonso, Costa e Maciel (2007) se basearam nesse conceito e seus aspectos para pensar as mobilizações que ocorreram no processo de redemocratização do País e que também resultaram num cenário propício ao desenvolvimento de um ambientalismo em novas bases, ou melhor, um socioambientalismo. Segundo Alonso, Costa e Maciel (2007, p. 153-154):

No caso brasileiro, uma mudança na estrutura de oportunidades políticas (EOP) aconteceu com o início do processo de Redemocratização. As possibilidades de mobilização coletiva se expandiram na segunda metade dos anos 1970, quando eclodiu uma crise interna à coalizão que dirigia o regime. Vias de mobilização política foram abertas. As formas de expressão política foram liberalizadas em 1978 e a censura prévia aos meios de comunicação foi reduzida. No ano seguinte, a Anistia e a extinção do bipartidarismo propiciaram a diversificação de lideranças e a partidarização de movimentos sociais antes albergados ou simpáticos ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A Abertura culminou na seqüência de vitórias do MDB nas eleições para o Legislativo, executivos locais e governos de estado, em 1974, 1978 e 1982. Esse êxito constituiu um efeito demonstração para mobilizações de vários setores da sociedade civil – operários, profissionais liberais de classe média, funcionários públicos, moradores da periferia dos centros urbanos –, constituindo um ciclo de protesto.

Conforme observado nas dimensões do conceito de oportunidades políticas em Tarrow, percebe-se como os autores citados utilizaram esse recurso categórico para compreender o processo de mudanças que se configurou principalmente na parte final da década de 1970 e que resultou numa participação mais expressiva da sociedade civil nas

manifestações sociais pelo país. Houve um realinhamento no interior da elite que estava no poder, com divisões e crises sendo estabelecidas nesta estrutura, iniciando um processo de liberalização do regime comparado a períodos anteriores.

Houve diminuição de censura no sistema de comunicação, Anistia permitindo a volta dos exilados políticos e fim do bipartidarismo, propiciando o surgimento de novas lideranças no cenário das mobilizações. Por outro lado, o processo de liberalização, com vitórias do MDB em diversas regiões do país, resultou num processo inspirador para que diversos setores da sociedade se mobilizassem por direitos e melhores condições de vida, seja no campo ou na cidade. Não por acaso, tivemos, no final dos anos 1970, mobilizações com várias temáticas acontecendo na sociedade brasileira. Nesse caso, houve uma mudança na estrutura de oportunidades políticas.

Nesse contexto e diante dos projetos desenvolvimentistas do regime militar e suas contradições, ocorreu o desenvolvimento do ambientalismo no país. Houve uma diminuição do sistema repressor em relação as mobilizações sociais. Existia uma maior liberdade nesse sentido, se comparado aos anos anteriores do regime. Os militantes de causas ecológicas desenvolveram relações de proximidade e contaram com a ajuda de membros de outras organizações e movimentos. Estes últimos tiveram, por exemplo, nos setores progressistas da Igreja Católica, um importante aliado e auxiliador em suas frentes de luta.

Também foram institucionalizadas secretarias e medidas legais visando a estruturação de um aparato legal voltado a questão ambiental (ALONSO, COSTA, MACIEL, 2007). Além do que “a Conferência de Estocolmo, reunião da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento em 1972, abriu a discussão pública nacional sobre a questão ambiental no Brasil” (ALONSO, COSTA, MACIEL, 2007, p. 154). Outra questão importante foi a presença de novos grupos ambientalistas que surgiram estabelecendo novos formatos de contestação.

Entendemos que esse modelo explicativo permite compreendermos, porém, dentro de suas especificidades, a questão que atingiu São Luís também no período citado. As mudanças que aconteceram ao nível nacional tiveram impacto local, fornecendo incentivo para as mobilizações sociais que construíram variadas questões. Desde luta por moradia, passando por mobilização contra a carestia, criação de novos partidos, luta estudantil, assim como tentativas de unificar a esquerda local. Porém, não se pode

esquecer que este último ocorre dentro de um contexto local em que as grandes lutas políticas institucionais travadas estavam dentro do partido que apoiava o regime, nesse caso os dois grupos da Aliança Renovadora Nacional (Arena), que resultou na vitória do grupo liderado por Sarney. Com o intuito de uma oposição mais atuante, tentou-se a unificação de grupos da esquerda no Movimento Oposição pra Valer.

Apesar das dissidências que ocorreram e não apenas neste último grupo e mesmo com um Estado ainda autoritário, as manifestações marcaram a história da cidade. Como aliado, alguns movimentos não apenas na cidade, mas no campo, também contaram com auxílio de setores progressistas da Igreja Católica, assim como novas organizações que surgiram como a Sociedade Maranhense de Defesa de Direitos Humanos. Cujos membros também participaram de outras mobilizações. Diante de tais questões verifica-se um contexto de oportunidades políticas também nesta localidade, com incentivo para a ocorrência de mobilizações. Assim como aconteceram sedimentação de solidariedades entre os membros envolvidos nas lutas sociais, contra um “adversário comum”, o regime militar, ao menos inicialmente.

É diante de um contexto de maior permissividade em termos de manifestações sociais em relação períodos anteriores da História e com uma série de conflitos ocorrendo pela cidade que a luta do Comitê de Defesa da Ilha teve seu processo de constituição. Porém, esse processo de luta do Comitê foi construído diante da chegada de uma corporação estrangeira a Ilha do Maranhão, nesse caso a Alcoa.

Atividades de empresas como a Alcoa não ocorreram por acaso neste país. Não podemos esquecer que no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, ocorria, principalmente na Europa e Estados Unidos, o crescimento da preocupação com a situação ambiental do planeta. Este é também um período de fortes contestações ao capitalismo e seus valores. O que resultou na construção da crítica ao formato de produção fordista por exemplo, não apenas à produção em massa ou ao modelo hierarquizado de organização do trabalho, mas também por ser uma indústria altamente poluidora. Essa questão nos remete a obra *O novo espírito do capitalismo* de Luc Boltanski, e Éve Chiapello (2009).

O livro analisa as mudanças ocorridas no capitalismo a partir do final dos anos 1960, mais precisamente a partir do Maio de 1968, até os anos 1990. Partindo de um referencial de ordem pragmática, Boltanski e Chiapello (2009, p. 33) constroem

abordagens “capazes de levar em conta os modos como as pessoas se engajam na ação, suas justificativas e o sentido que elas atribuem a seus atos”. Na visão dos autores citados, o “espírito” do capitalismo é justamente essa “ideologia que justifica o engajamento no capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 39). Porém, não se trata de qualquer tipo de justificação, mas sim especificações que conferem sentido e razão as ações daqueles que aderem ao espírito capitalista. Os autores explicitam que não existiu um único espírito de capitalismo, mas sim três “espíritos” até o momento. O primeiro espírito tem seu processo descritivo na fase final do século XIX, encontra na figura do indivíduo burguês um de seus grandes símbolos. Ator este que realiza investimentos para além de sua região, facilitada pelos meios de comunicação, porém, este burguês ainda está marcado fortemente pelos laços sociais domésticos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Segundo os autores citados:

Uma segunda caracterização do espírito do capitalismo tem pleno desenvolvimento entre os anos 30 e 60. A tônica recai menos sobre o empresário individual e mais sobre a organização. Centrada no desenvolvimento, no início do século XX, da grande empresa industrial centralizada e burocratizada, fascinada pelo gigantismo, essa caracterização tem como figura heroica o diretor que, diferentemente do acionista que procura aumentar sua riqueza pessoal, é habitado pela vontade de aumentar ilimitadamente o tamanho da firma que ele dirige, com o fim de desenvolver uma produção de massa, baseada em economias de escala, na padronização dos produtos, na organização racional do trabalho e em novas técnicas de ampliação dos mercados (marketing) (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 50).

Conforme apresentado, o segundo espírito caracteriza a época de predomínio da indústria fordista, da figura do diretor, com uma empresa fortemente hierarquizada, com funcionários desenvolvendo toda uma carreira numa corporação. Por outro lado, o trabalhador vive nesse período uma série de garantias sociais fomentadas pelo Estado de bem-estar social, o que lhe possibilitou melhorias significativas de condições de vida. Porém, a partir dos anos 1960, ocorre uma crítica forte aos valores do capitalismo e ao formato organizacional das empresas e da lógica da produção fordista, resultando numa reestruturação capitalista nos 1970 e 1980, fato que conduzirá a uma nova lógica capitalista de acumulação e justificação de engajamento nas décadas seguintes, resultando num enfraquecimento da capacidade de crítica associada ao segundo espírito e na formatação de um novo espírito capitalista, agora dentro de uma realidade conexãoista (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Porém, o sistema capitalista precisa também enfrentar as críticas. As consequências da crítica ao capitalismo podem apontar em três direções. “Em primeiro lugar, ela tem condições de deslegitimar os espíritos anteriores e subtrair-lhes a eficácia” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 62). Isto quer dizer que a crítica feita ao espírito do capitalismo predominante e que engajava as pessoas naquele momento é tão forte que determinados valores professados por esse espírito são abandonados, deslegitimando aquela forma de engajamento. “O segundo efeito da crítica é que, opondo-se ao processo capitalista, ela coage aqueles que são seus porta-vozes a justificá-lo em termos do bem comum” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 63). Nesse caso, temos a crítica exercendo um trabalho bem expressivo de convencimento sobre as pessoas, de tal forma que conduz o capitalismo a adotar uma parcela das questões em que estava sendo feita a crítica. O que pode conduzir a apresentação de justificações com “dispositivos confiáveis, que garantam uma melhora efetiva em termos de justiça” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 63).

Existe uma outra consequência da crítica feita ao capitalismo. Ao invés da criação de mecanismos de justiça, ocorre mudanças em termos de alcance de lucro, desarmando a crítica por um período, provocando uma desorganização no mundo então baseado em princípios que passam a não mais se justificar e dificultando a leitura sobre essa nova realidade (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). É o que acontece com o mundo a partir dos anos 1970 e 1980 em virtude das mudanças feitas pelo capital na estrutura produtiva e na forma de lucro. Nossos autores levaram em conta essas três consequências advindas da crítica ao sistema em questão.

Não podemos deixar de mencionar que na realidade capitalista determinados atores “em vez de questionar frontalmente as provas regulamentadas – o que seria custoso demais, especialmente em termos de legitimidade –, eles são então levados a buscar novos caminhos para os lucros, realizando *deslocamentos*” (BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2009, p. 69). Esse processo de deslocamento pode ser, por exemplo, a saída de uma empresa de uma região para outra, cuja regulamentação trabalhista seja baixa, com oferecimento de baixos salários aos trabalhadores locais. Outro ponto é que o capitalismo pode usar os deslocamentos resultando num desarme da crítica, pelos menos por um certo período.

Observando as questões levantadas pela obra de Boltanski e Chiapello (2009), esta última consequência da crítica feita ao capitalismo, que resulta por sua vez em

deslocamentos feitos por aqueles que fazem parte do sistema, ajuda a entender partes das ações e dos interesses da Alcoa nesta região. Pois, não podemos deixar de mencionar que, com crítica às relações trabalhistas e o aumento da preocupação com a situação ambiental da terra, algumas corporações multinacionais procuraram não apenas incorporar parte da crítica realizando mudanças na esfera trabalhista e em termos de política ambiental, mas isto em suas sociedades e países com preocupações ambientais mais fortes. Porém, diante de países como Brasil, que se apresentava como “aberto” a poluição, como por exemplo na Conferência de Estocolmo⁷, os deslocamentos eram um atrativo, e ainda mais uma produção com características sujas como a de alumínio, representando numa importante saída, quando não procuravam enfrentar essas críticas. Também a possibilidade de exploração de mão-de obra barata representava outro atrativo.

Como a questão é analisar como uma problemática ambiental é construída, um de nossos referenciais estão em John Hannigan (2009). De acordo com Fleury, Barbosa e Sant’Ana Júnior (2017, p. 224):

Hannigan [...] considera que o principal caráter de uma análise construcionista é a preocupação com a forma pela qual as pessoas determinam o significado do seu mundo, e, portanto, no que diz respeito à questão ambiental, sua análise consiste em demonstrar que os problemas ambientais não existem por si mesmos, mas constituem o resultado de um processo de construção social multifacetado.

Compreendemos que a questão que move esta sociologia ambiental é o formato de construções tecidas pelas pessoas, explicitando como os problemas que são denominados de ambientais foram construídos através de um processo que possui múltiplas dimensões. O que se chama de ambiental é fruto de um processo de construção social e esta sociologia trabalha para elucidar como tal processo ocorre. Para Hannigan (2009, p. 99):

Os problemas ambientais são similares em muitas formas aos problemas sociais em geral. Há, entretanto, algumas diferenças importantes. [...] Por outro lado, problemas ambientais tais como a contaminação por pesticida ou o aquecimento global são mais ligados às descobertas científicas [...] Além disso, apesar de serem detectados por agentes humanos, os problemas ambientais têm uma base física mais contundente do que os problemas sociais, os quais são mais enraizados em problemas pessoais convertidos em questões públicas.

Na visão de Hannigan (2009) existe diferenças entre a problemática ambiental e os denominados problemas sociais. Os primeiros são mais relacionados com as

⁷ A Conferência de Estocolmo foi denominada de Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Realizada na cidade de Estocolmo, Suécia, entre os dias 5 e 16 de junho de 1972.

explicações científicas, além de possuir o que se denomina de base física mais convincente. No caso da luta do Comitê de Defesa da Ilha, as bases e orientação científica levaram ao conhecimento daqueles que fariam parte do grupo, qual a problemática que estava instalada com a chegada da Alcoa. Conforme notamos, nesse processo, as ações e discursos de Raul Ximenes que representa nesse caso a expertise científica foram importantes na estruturação da questão ambiental.

Segundo Hannigan (2009, p. 104) “considerando a construção social dos problemas ambientais é possível identificar três tarefas importantes: juntar, apresentar e contestar os argumentos”. Esse processo de juntar os argumentos ambientais:

concerne à descoberta inicial e à elaboração de um problema incipiente. Neste estágio, é necessário se engajar numa variedade de atividades específicas: nomear o problema, distinguir de um outro similar [...] determinar as bases científicas, técnicas, morais, ou legais do argumento e decidir quem é o responsável pela tomada de ação.

Podemos pensar essa argumentação de Hannigan, como o momento que agentes locais souberam através de Raul Ximenes Galvão, químico, ecologista e um dos membros do Grupo de Trabalho constituído pelo governador da época João Castelo para avaliar, o que era o projeto Alcoa e o que significava a atividade desta empresa. Pois, conforme Hannigan (2009, p. 105), “os problemas ambientais frequentemente se originam na área da ciência. Uma razão para isto é que as pessoas comuns não têm a expertise nem os recursos para encontrar novos problemas”. É o momento que o Comitê de Defesa da Ilha realiza as primeiras reuniões, se debruça sobre a questão, contando com apoio do próprio Raul Ximenes, e entende que é uma luta em bases ambientais, sociais e pela defesa da vida na Ilha. Mas, é também o momento que resulta na formação do Comitê oficialmente e emerge a liderança de Nascimento de Moraes Filho⁸.

“Ao apresentar um argumento ambiental, os empreendedores da questão, tem um mandato duplo: eles precisam atrair a atenção e legitimar seus argumentos” (HANNIGAN, 2009, p. 108). Nesse caso para atrair a atenção é importante “o uso evocativo do imaginário verbal e visual dos argumentos” (HANNIGAN, 2009, p. 108). Para atrair a atenção, o Comitê publicizou a questão. Inclusive e não apenas transmitindo-a através de jornal com importante circulação na cidade, caso do *Jornal Pequeno*. Mas, desenvolvendo solidariedades e alianças com as comunidades que seriam atingidas com

⁸ Nascimento de Moraes Filho foi um poeta, funcionário público e filho do também poeta Nascimento de Moraes. Fez parte da Academia Maranhense de Letras e foi um dos agentes centrais no processo de organização do Comitê de Defesa da Ilha.

o projeto da Alcoa. Através de programas de rádio, distribuição de panfletos, uso de sistema de som numa das ruas mais movimentadas da cidade ou, até, através de parlamentares identificados com a luta.

Dentro desse processo, o Comitê passou a utilizar uma linguagem não apenas em tom denunciativo, informando por exemplo, que São Luís poderia tornar-se um lixeiro, ou comparada a Cubatão. Mas também foi usada uma linguagem dramática, religiosa e carregada de imagens e figuras que faziam parte do imaginário do maranhense. Caso da Serpente⁹, da linguagem associando a Alumar à “Besta-Fera” ou através do termo Alumatá, uma expressão utilizada pelos membros do Comitê visando fazer um trocadilho com o nome Alumar, que foi o nome adotado pelo consórcio entre Alcoa e a BHP Billiton. Tais expressões visavam o entendimento que essa corporação destruiria os rios, praias, contaminaria o lençol freático e provocaria o desaparecimento de espécies além da poluição atmosférica. Nesse caso, houve toda uma dramatização com utilização do universo simbólico local.

Aqueles que não cooperavam com a luta eram vistos como “judas”, “traidores”, assim como se construía a imagem da empresa como um “mal”, instituído na destruição desta Ilha, o que também objetivava não apenas chamar atenção mas produzir identificação com a luta do Comitê. No processo de legitimação dos seus argumentos, o Comitê não apenas utilizou informações científicas e técnicas, mas também comparações com outras cidades e regiões atingidas por processos produtivos altamente poluentes. Procurou conhecer e estudar o que significava a produção de alumina e alumínio. Mas também se valeu de informações jornalísticas e instrumentos jurídicos.

E houve forte contestação por parte do Comitê, posicionando-se contrário ao estabelecimento da Alcoa na Ilha, pois compreendia que tal projeto redundaria em pesadas consequências sociais, ambientais e econômicas para esta localidade. Mas, para construção desse processo, teve que enfrentar além do posicionamento da própria Alcoa, do governo do Estado interessado no projeto, órgãos como a CDI e jornais que atuavam a favor da instalação da corporação estrangeira. Houve disputas pela legitimidade de construções em relação a realidade local. Grupos contrários a existência do movimento estabeleciam ações no sentido de visar deslegitimar suas argumentações. Nesse sentido,

⁹ No imaginário ludovicense a lenda da Serpente consiste na interpretação que existe uma serpente que vive crescendo e que está no subsolo da Ilha. Porém, esse crescimento resultaria num processo em que a cabeça e a cauda se encontrariam, ocorrendo o desaparecimento da Ilha do Maranhão.

falavam de não poluição por parte da Alcoa, apresentaram histórico da empresa em outras regiões visando estabelecer o sentido de que a empresa tinha modernos implementos tecnológicos e compromisso de que não iria poluir. Além disso, procuram criar a representação do movimento como “coisas de radicais”, ou “profetas do pessimismo” como na fala do presidente da República João Figueredo noticiada no jornal *O Estado do Maranhão* (O ESTADO DO MARANHÃO, 23/09/1982, p. 03).

É nesse formato que o trabalho de Hannigan contribuiu como referencial explicativo para entender como que um movimento que teve em sua composição profissionais liberais, poetas, figuras identificadas com questões sociais e progressistas, construiu, num universo de confronto contra uma multinacional, um engajamento em referenciais ambientais. Ou seja, como o Comitê de Defesa da Ilha construiu na realidade local e ainda nos anos de 1980, precisamente início dos anos de 1980, uma questão ambiental na Ilha.

Outro conceito importante na estruturação deste trabalho é o de ambientalização dos conflitos sociais. Segundo Leite Lopes (2004, p. 17), “nesses mais de 30 anos foi se configurando internacionalmente, e no Brasil, com suas apropriações específicas, uma nova questão pública, com diferentes dimensões: a questão da preservação do meio ambiente”.

Ocorre nesse caso e nos termos de Leite Lopes (2004, p. 18) uma ambientalização dos conflitos sociais:

A ambientalização dos conflitos sociais está relacionada à construção de uma nova questão social, uma nova questão pública. Pode-se supor que a constituição dessa questão tenha se iniciado nos países desenvolvidos industriais, relacionada à produção de acidentes industriais ampliados, de grandes riscos e de sua internacionalização. Assim, a conferência de Estocolmo de 1972 teria sido proposta pela Suécia, incomodada pela poluição no mar Báltico, por chuva ácida, por pesticidas e metais pesados encontrados nos peixes.

Conforme esclarece Leite Lopes (2004) o termo ambientalização é um neologismo similar a outros que são utilizados na compreensão de novas questões desenvolvidas na vida social. De acordo com o autor:

O sufixo comum a todos esses termos indicaria um processo histórico de construção de novos fenômenos, associados a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais – e, nos casos da “ambientalização”, dar-se-ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do “meio ambiente”. Essa incorporação e essa naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela

transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização (LEITE LOPES, 2004, p. 17)

Sendo assim, o processo de ambientalização é resultado de ações desenvolvidas principalmente a partir da Conferência Estocolmo, quando ocorre a publicização da questão ambiental, afetando comportamentos não apenas de pessoas e grupos, mas de governos também, inclusive com a incorporação de novas linguagens voltadas para interpretação desta questão. Compreendemos que esse processo de inserção da Alcoa no Estado, resultou na construção de interpretações por partes de determinados agentes da Ilha, afetando comportamentos, que, num contexto de lutas sociais, ao tomar conhecimento através da fala de um cientista (Raul Ximenes), engajam a questão também numa luta ambiental. O movimento constrói interpretações sobre as consequências desse projeto para o ambiente local. Porém, compreende que o projeto da Alcoa tem profundas consequências sociais para a Ilha, resultando inclusive no deslocamento de famílias e perda de território e meios de sobrevivência para estas comunidades. Neste caso, se constituindo também numa questão com dimensão social.

À medida que o conflito vai se configurando, o Comitê de Defesa da Ilha compreendeu que deveria publicizar a respeito da Alcoa, seu projeto e suas consequências para esta localidade. Este processo de publicização passa por caminhadas em bairros da cidade de São Luís e áreas da zona rural. Por publicação em jornais da cidade, rádios e até em sistemas de som de um dos grandes centros de movimentação da cidade, a Rua Grande. E, aí, verificou-se entre os grandes aliados do Comitê, o *Jornal Pequeno* e a rádio *Educadora*, onde o grupo desenvolveu um programa, pois um dos objetivos do grupo era “conscientizar” a população da Ilha sobre a luta contra a Alcoa e a tomada de um posicionamento por parte da população a favor da luta do Comitê. Nesse processo, o movimento começou a falar de contaminação de lençol freático, poluição da atmosfera da cidade, desaparecimento de espécies que fazem parte da baía de São Marcos e São José. Em suas comunicações os agentes do Comitê utilizavam a representação da cidade sendo transformada futuramente num lixeiro.

3. A FORMAÇÃO DOS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS NO BRASIL

O objetivo deste capítulo é apresentar o processo de desenvolvimento dos movimentos ambientalistas no Brasil, principalmente entre os anos 1970 e início dos anos 1980, uma vez que nosso trabalho está concentrado sobre o início dos anos 1980. Também será informado o contexto de formação desses grupos e as oportunidades políticas para a ocorrência desse processo. Para a construção deste objetivo examinaremos o contexto histórico de redemocratização do país e o ressurgimento dos movimentos sociais nesse contexto e como esses fatos contribuíram para o desenvolvimento de questões ambientalistas pelo Brasil. Outro momento importante do capítulo é analisar algumas características desse novo ambientalismo, principalmente sob a orientação do socioambientalismo.

3.1 O desenvolvimento de grupos ambientalistas

Alguns estudiosos da temática ambiental no Brasil, demarcam os anos 1970, como o período de início do desenvolvimento dos movimentos ambientalistas no Brasil. Gonçalves (2006, p. 13), cita que no país “o movimento ecológico emerge na década de 1970 em um contexto muito específico. Vivia-se sob uma ditadura que se abateu de maneira cruel sobre diversos movimentos como o sindical e o estudantil”. Viola (2018, p. 6) procura ser preciso e data a seguinte informação sobre o movimento ambiental no país: “quase paralelamente ao 1º Mundo, ainda que numa escala muito menor, desenvolveram-se no Brasil os movimentos ecológicos. Podemos situar seu início em 1974, ano em que se inicia a política de ‘distensão’ do presidente Geisel”. Segundo Alonso, Costa e Maciel (2007, p. 155), “ao longo dos anos 1970, foram surgindo grupos que começaram a dar conotações mais políticas à questão ambiental”. Portanto, em termos de Brasil, o desenvolvimento de grupos que caracterizaram a paisagem da luta ambiental ocorre, mais fortemente a partir dos anos 1970.

É importante observar que, desde o governo de Juscelino Kubitschek, os governos brasileiros assumiram majoritariamente posturas desenvolvimentistas com o discurso de tirar o país de uma situação de atraso. Realizou-se uma política voltada para uma forte industrialização, pela qual o governo fomentava a infraestrutura necessária, além de conceder subsídios a empresas multinacionais com vistas a sua instalação no Brasil. Viola (2018, p. 7) esclarece que:

A ideologia do crescimento acelerado e predatório chegou ao paroxismo durante a presidência de Médici, quando o governo brasileiro fazia

anúncios no jornais e revistas do 1º Mundo convidando as indústrias poluidoras a transferirem-se para o Brasil, onde não teriam nenhum gasto em equipamento antipolvente, e a delegação brasileira na Conferência Internacional do Meio Ambiente (Estocolmo, 1972) argumentava que as preocupações com a defesa ambiental mascaravam interesses imperialistas que queriam bloquear o ascenso dos países em desenvolvimento.

As elites do período ditatorial, com vistas ao apoio de uma parcela da sociedade civil as suas políticas, fomentaram suas ações num discurso ideológico centrado em segurança e desenvolvimento. Usavam como tática o discurso de que as intervenções e atrocidades cometidas pelas ações desenvolvimentistas se justificariam com vistas à manutenção da ordem e do crescimento econômico que seria revertido em ganhos sociais para a população. Pode-se dizer que a imensa maioria da população não viu esse ganho ser revertido em benefícios, agravando as desigualdades econômicas e sociais no país. Por outro lado, sua política de crescimento econômico centrada em números e propagandas que tentavam apresentar um Brasil robusto em termos de mudanças que aconteciam, resultou em ações predatórias sobre a natureza e que alargaram conflitos em regiões como a amazônica, aumentaram o desmatamento pelo país, propiciaram a concentração de terras nas mãos de grandes proprietários rurais, o que também resultou em sérios conflitos por terras, principalmente em regiões norte e nordeste. Estes fatos também geraram um grande deslocamento de trabalhadores do campo para grandes centros urbanos, provocando um aumento populacional nas cidades, além de gerar o crescimento de favelas e ocupações urbanas.

Com os grupos hegemônicos usando o discurso do “milagre econômico brasileiro”, colocar-se contra as políticas empreendidas pela ditadura empresarial-militar era entendido como colocar-se contra o progresso do país. Porém, além das desigualdades e conflitos já apontados, inclusive do agravamento da situação ambiental, o discurso das elites citadas continuava na lógica do crescimento a qualquer custo. É nesse contexto que na Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente “o Brasil, ao lado de outros países em desenvolvimento, defendeu na conferência a prioridade ao crescimento acelerado em detrimento de questões ligadas à preservação do meio ambiente” (LOUREIRO; PACHECO, 1995, p. 138).

Segundo Diegues (2001, p. 126):

O fato de o Brasil, naquele momento, estar sob regime militar, repressor dos movimentos sociais de protesto, favorecia o surgimento de entidades e movimentos de crítica ao modelo econômico brasileiro, sem estarem, no entanto, vinculados necessariamente aos partidos e grupos de esquerda, esses severamente combatidos pelo Governo. Os anos 70 apresentaram um

crescimento rápido da economia brasileira, sobretudo mediante grandes projetos que geravam graves impactos sobre a natureza. Grande parte deles, como centros químicos e petroquímicos, foram implantados ou ampliados nas zonas litorâneas, as mais populosas do país, como os de Cubatão, Rio de Janeiro, Aratu (Bahia), trazendo consigo níveis de degradação nunca vistos no Brasil.

Diante do agravamento da situação ambiental no país, grupos começavam a surgir e denunciar agressões contra a natureza. Embora citemos alguns grupos que foram originados nos anos 1970, já existia no país uma organização que se destacou, a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), cuja origem estava na cidade do Rio de Janeiro. Viola (2018), pontua que esta organização “faz parte da pré-história do ecologismo brasileiro, já que seus objetivos e modo de atuação foram estritamente conservacionistas, na linha das sociedades protetoras de animais surgidas em vários países no século XIX”. Alonso, Costa e Maciel (2007) também pontuam o grupo em questão na origem do ambientalismo brasileiro e de orientação conservacionista. “Seus membros eram, sobretudo, engenheiros agrônomos e cientistas naturais, trabalhando na burocracia estatal e envolvidos com a questão ambiental por razões profissionais” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 155).

No ano de 1971 e sob a direção de José Lutzenberger, foi formada em Porto Alegre a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) (VIOLA, 2018). De acordo com Viola (2018, p. 8):

Os pontos principais do programa fundacional da AGAPAN eram os seguintes: defesa da fauna e da vegetação; combate ao uso exagerado dos meios mecânicos contra o solo e à poluição causada pelas indústrias e veículos; combate ao uso indiscriminado de inseticidas, fungicidas e herbicidas; combate à poluição dos cursos d'água pelos resíduos industriais e domiciliares não-tratados; combate às destruições desnecessárias de belezas paisagísticas; luta pela salvação da humanidade da destruição, promovendo a ecologia como ciência da sobrevivência e difundindo uma nova moral ecológica.

Dentre as lutas realizadas pela AGAPAN, destaca-se aquela realizada contra uma empresa denominada Celulose Borregard. Segundo Pereira (2015, p. 72):

[...] A Borregaard foi uma indústria de processamento de celulose norueguesa que se instalou no município de Guaíba, às margens do lago de mesmo nome, e começou a funcionar em 16 de março de 1972. Foi um dos grandes projetos do período no Estado, incentivado pela ditadura militar, que não teve precauções ambientais. De sua chaminé exalava um mau cheiro que alcançava Porto Alegre e a região metropolitana.

As atividades realizadas contra a empresa em questão despertaram em Porto Alegre toda uma movimentação e resultaram em seu fechamento. Embora a mesma tenha sido reaberta posteriormente, acabou vendida a um grupo nacional que melhorou

mecanismos de controle da poluição e depois foi transferida a outros donos (PEREIRA, 2015).

Outro grupo ambientalista que se destacou no período foi o Movimento Arte e Pensamento Ecológico (Mape) que “surgiu em São Paulo, em 1973, formado por artistas plásticos, escritores e jornalistas vinculados aos movimentos contraculturais e preocupados com a poluição urbana” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 155).

Ainda em São Paulo, foi criada a Associação Paulista de Proteção Natural (APPN), com indivíduos advindos do meio profissional ou empresarial, com participações em grupos associativos e políticos. O grupo foi resultado do trabalho de moradores que se sentiram prejudicados com a construção de um aeroporto por parte do governo. Coletaram assinaturas contrárias à obra e despertaram o interesse de profissionais da Universidade de São Paulo (USP), pois a área da mesma também era atingida pelo projeto. As mobilizações do grupo em questão chamaram a atenção do país na época (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007).

Pereira (2015) destaca a fundação de grupos ambientalistas no Paraná e Santa Catarina nos anos 1970. Na cidade de Curitiba, foi fundada a Associação de Defesa e Educação Ambiental (ADEA). De acordo com a autora em questão:

Entre as principais ações promovidas pela ADEA, destacaram-se a criação da Estação Ecológica da Ilha do Mel, a constituição do Parque Estadual do Pico do Marumbi na Serra do Mar e a organização do Parque Estadual de Vila Velha. Nos arredores de Curitiba, a entidade trabalhou pela implantação da Reserva Ecológica do Cambuí, onde instituiu o Museu de Ciências Naturais e o Instituto de Educação Ecológica para conscientização dos jovens sobre a importância da preservação e conservação da natureza (PEREIRA, 2015, p. 74).

No ano de 1978, também no Paraná, mas agora em Londrina, foi organizado outro grupo ambientalista, a Associação Paranaense de Proteção e Melhoria do Meio Ambiente (APPEMMA), cujas atividades estavam centradas em evitar a contaminação das águas de Londrina (PEREIRA, 2015). Em relação à Santa Catarina, a autora concede a seguinte informação: “A mais antiga entidade do estado de Santa Catarina é a Associação Catarinense de Preservação da Natureza (ACAPRENA), fundada no ano de 1973, em Blumenau, por iniciativa de um grupo de estudantes do Curso de Ciências Biológicas da FURB¹⁰” (PEREIRA, 2015, p. 74). O grupo destacou sua luta na conquista do estabelecimento de secretárias voltadas para temas com ligação ao meio ambiente. Segundo Pereira (2015, p. 75), foram criadas devido a luta do grupo em questão:

¹⁰ Universidade Regional de Blumenau.

Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente (SETMA) e da Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente (FATMA), ambas de âmbito estadual, em 1975, pelo então governador Antônio Carlos Konder Reis. Também por sua atuação foi criada a Assessoria Especial do Meio Ambiente (AEMA) na Prefeitura Municipal de Blumenau, em 1977. Desde sua fundação, a ACAPRENA tem realizado trabalhos de educação ambiental e tem participado ativamente das grandes discussões de cunho ambiental até os dias atuais.

Loureiro e Pacheco (1995, p. 138) destacam que:

No âmbito da sociedade, a bandeira da ecologia ou da defesa ambiental estava restrita, até os anos 70, a certos segmentos sociais cujas reivindicações caracterizavam-se por objetivos pontuais e específicos, tais como: manifestações de protesto contra o acordo nuclear Brasil-Alemanha, a poluição em Cubatão, o desflorestamento da Amazônia, o uso abusivo de agrotóxicos, denúncias da destruição de outros recursos naturais por parte de grupos econômicos poderosos ou ainda mobilizações para a conservação de reservas florestais e preservação de espécies em extinção.

O que também deve ser destacado é que, mesmo num período ditatorial, o país assistiu ao surgimento de grupos ambientalistas e ainda que lutaram por questões específicas. Seu aparecimento indicava que determinados indivíduos no meio social aderiam a bandeiras ambientalistas que faziam parte das reivindicações sociais pelo país nas décadas seguintes. Devido às cobranças de grupos ambientalistas, não apenas ao nível nacional, mas também internacional, e apresentação de dados indicando agravamento na situação ambiental do país, foi estabelecida, em 1973, a Secretária Especial de Meio Ambiente (SEMA). Em estados com industrialização avançada e que já enfrentavam sérios dilemas ambientais, caso de Rio de Janeiro e São Paulo, surgiram órgãos destinados a enfrentar o problema da poluição provocada pelas indústrias (LOUREIRO; PACHECO, 1995).

Viola (1987, p. 7) indica outros motivos que resultaram na formação da SEMA:

A Secretária Especial de Meio Ambiente (SEMA) foi criada [...] com o único objetivo de cumprir exigências de alguns organismos internacionais que exigiam a existência formal deste tipo de órgão, junto com relatórios de impacto ambiental, para a aprovação de empréstimos destinados a grandes obras públicas. Durante o regime militar a SEMA foi uma agência marginal do Ministério do Interior chefiado patrimonialisticamente por Paulo Nogueira Neto.

Com a formação de uma estrutura institucional voltada a questão ambiental e mesmo com a atuação de grupos ambientalistas, as ações por parte do governo na área ambiental continuavam privilegiando o desenvolvimentismo, cumprindo muitas vezes apenas um formalismo e privilegiando os interesses de grandes corporações econômicas e grandes proprietários do capital do país e exterior. Isto quer dizer que, apesar da sua existência, os grupos ambientalistas precisavam rever seus formatos de ações nas suas

lutas para a construção de um melhor enfrentamento em relação as ações do Estado e grupos econômicos cujas medidas eram nocivas ao ambiente natural.

Ao mesmo tempo, a citação de Viola (1987) acima esclarece o quanto a sedução do discurso do desenvolvimento utilizado pelas elites do país ainda era forte e continuaria a povoar o imaginário das pessoas. Esse discurso foi muito bem utilizado durante a ditadura civil-militar. Construir ações e defender políticas que contrariassem propostas que prometiam alavancar o crescimento do país e melhorar a situação da população era colocar-se contra o crescimento do país, isto segundo a visão do regime. Com um Estado e elites centrados em políticas desenvolvimentistas e com a utilização por parte do regime ditatorial dos números do dito ‘milagre brasileiro’ e da afirmação de que o país ia muito bem, não surpreende que a criação de uma secretária voltada para políticas ambientais tenha exercido, naquele contexto, uma posição de marginalidade na estrutura de um ministério.

Segundo Viola (1987):

A partir de 1979 o debate cultural brasileiro ganha em amplitude com a entrada de alguns esquerdistas voltados do exílio como Fernando Gabeira que introduz valores pós-materialistas na cultura de massas, em particular na juventude [...]. Esta oxigenação cultural criará um clima social muito mais favorável para as atividades do movimento ecológico. Um setor significativo da população de nível cultural médio e alto vai passando de uma situação de desinformação com respeito a questões de meio ambiente e a conseguinte percepção do movimento ecológico como minoria folclórica, para uma postura de certa atenção para a relevância do problema e conseguinte respeito dos ecologistas. Em 1979 difunde-se pelo país um movimento de defesa da Amazônia que denuncia a voraz depredação a que esta estava submetida desde o início da década de 70. Este movimento encontra simpatia difusa na opinião pública e, apesar de não gerar nenhum ganho pontual no curto prazo, criou uma mentalidade mais inclinada à defesa ambiental nas agências estatais amazônicas.

A construção apresentada relata sobre o retorno de agentes, que possibilitaram a emergência de novos referenciais na interpretação da questão ambiental. Cita o caso de figuras como Fernando Gabeira, que contribuíram com ideias na estruturação de interpretações com referenciais centrados em valores pós-materialistas, mas também nesse período as causas ambientais começaram a deixar de vista como fabricações de “malucos” que estariam fora de realidade e despertavam a atenção da sociedade ao apontar suas contradições, como o caso envolvendo a Amazônia, no final dos anos 1970. Também neste período ocorreu a produção de livros de José Lutzenberger: *Fim do futuro? Manifesto ecológico brasileiro* e *Pesadelo atômico*. Outro marco do período é o

questionamento construído no movimento ambientalista em relação ao acordo construído entre Brasil e Alemanha sobre a questão nuclear.

De acordo com Loureiro e Pacheco (1995, p. 138):

Foi só a partir de meados dos anos 80 que a ótica ambiental se difundiu de forma generalizada por diversos setores da sociedade. Vários movimentos sociais, partidos e sindicatos passaram a incorporar a questão ambiental em suas atuações; na universidade, as pesquisas sobre meio ambiente multiplicaram-se em várias disciplinas; setores empresariais debateram o tema e incorporaram a dimensão ambiental em suas estratégias de marketing; surgiu um mercado ambiental, com empresas de consultoria e tecnologia ambientais. Nos meios político-partidários, os "verdes" entraram nas disputas eleitorais a partir de 1982 e, hoje em dia, quase todos os partidos têm deputados ou vereadores ligados à defesa ambiental.

O texto acima fala da questão ambiental se difundindo de forma generalizada por vários lados da sociedade. Porém, é importante observar que esse processo não foi automático. Ainda que determinados setores iniciassem o interesse e ações pela temática ambiental, foram necessários, nos anos 1970 e 1980, alguns eventos e mudanças que resultaram num contexto favorável à luta ambiental no país.

3.2 Redemocratização, movimentos sociais e ambientalismo

Os governos militares, desde o Presidente da República Ernesto Geisel (1974-1979), iniciaram, ainda que de forma tímida e lenta, o processo de distensão e, posteriormente, abertura democrática. Conforme esclarece Carvalho (2014, p. 177) “a abertura começou em 1974, quando o general presidente diminuiu as restrições à propaganda eleitoral, e deu um grande passo em 1978, com a revogação do AI-5, o fim da censura previa e a volta dos primeiros exilados políticos”.

Lembrando que muitos desses exilados, ao retornar ao país, traziam o contato com ideias de grupos ambientalistas da Europa e se envolveram em campanhas ambientalistas em nosso território. No mesmo ano de 1978, foi estabelecido o fim do bipartidarismo, favorecendo o aparecimento de novos partidos na cena política nacional.

Com o estabelecimento de novas estruturas partidárias no Brasil, caso do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do Partido Popular (PP), do Partido Democrático Social (PDS), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do Partido Democrático Trabalhista (PDT), e do Partido dos Trabalhadores (PT). Sem dúvidas a formação do PT não deixaria de provocar atenção. Segundo Carvalho (2014, p. 180-181):

Todos os partidos brasileiros, antes e depois de 1964, com exceção do Partido Comunista, tinham sido criados por políticos profissionais ou por

influência do Poder Executivo, e haviam sido sempre dominados por membros da elite social e econômica. O PT surgiu de reunião ampla e aberta de que participaram centenas de militantes. Sustentou-se em três grupos principais, a ala progressista da Igreja Católica, os sindicalistas renovadores, sobretudo os metalúrgicos paulistas, e algumas figuras importantes da intelectualidade. Eram grupo heterogêneos que conviviam dentro do partido graças ao amplo espaço existente para a discussão interna.

Foi também estabelecida a realização de eleições diretas para governadores de estados, fato que passou a ocorrer a partir de 1982. Com o retorno de exilados políticos, surgiram novos partidos na política brasileira, inclusive um com características diferentes em seu processo de formação, como o caso do PT; obteve-se maior liberdade na televisão e rádio, conquistou-se a realização de eleições diretas. Enfim, o país vivia um processo de redemocratização. É nesse cenário de maior liberdade e abertura comparado aos anos anteriores de ditadura, que novos movimentos e novos formatos de mobilizações marcaram o cenário histórico brasileiro nos finais dos anos 1970 e 1980, fato que também contribui para mobilizações ambientalistas nos anos 1980.

Para explicitar o papel dos movimentos sociais nesse período, é importante compreender o papel da Igreja Católica em relação aos movimentos na época. Carvalho (2014, p. 187) informa que:

Dentro da Igreja Católica, no espírito da teologia da libertação, surgiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A Igreja começou a mudar sua atitude a partir da Segunda Conferência dos Bispos Latinos-Americanos, de 1968, em Medellín. Em 1970, o próprio Papa denunciou a tortura no Brasil. A hierarquia católica moveu-se com firmeza na direção da defesa dos direitos humanos e da oposição ao regime militar. Seu órgão máximo de decisão era a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A reação do governo levou a prisões e mesmos assassinatos de padres. Mas a Igreja como um todo era poderosa demais para ser intimidada, como o foram os partidos políticos e os sindicatos. Ela se tornou um baluarte da luta contra a ditadura.

Observamos que a Igreja Católica, diante das atrocidades e torturas cometidas pela ditadura empresarial militar no país, se posicionou defendendo a vida. Mas esse novo posicionamento se manteve mesmo com ameaça a religiosos. E, inspirada nos ideais da teologia da libertação, a Igreja aproximou-se das populações desfavorecidas tanto no campo quanto na cidade. “O trabalho religioso ligava-se diretamente às condições sociais desses grupos e era ao mesmo tempo um esforço de conscientização política” (CARVALHO, 2014, p. 187). E a Igreja utilizou as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) para realizar essa aproximação com as comunidades. De acordo com Frei Beto (1981, p. 7):

As Comunidades Eclesiais de Base são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEBs podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de Comunidade Eclesial de Base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto.

Esse trabalho de aproximação da Igreja Católica com suas bases não ficava apenas numa mensagem religiosa. A ideia era associar as mensagens com as situações vivenciadas por pessoas desfavorecidas em seu meio social. Ao mesmo tempo o objetivo era proporcionar esperança e utilizar a força e fé daqueles indivíduos que necessitavam lutar por melhores condições de vida. Portanto, encontramos nesse trabalho, a Igreja indo até suas bases, mas encorajando seus fiéis a tomar decisões que alterassem as estruturas em que estavam envolvidos. Sendo assim, a Igreja passou a exercer um trabalho de fazer com que esses sujeitos se tornassem senhores de sua própria história.

Um dos trabalhos da Igreja Católica foi com os trabalhadores que viviam no campo. Scherer-Warren (2008, p. 10) informa que na “segunda metade da década de 1970 entraram em cena novas organizações rurais como os movimentos dos atingidos pelas barragens, dos sem-terra, dos bóias-frias mediados especialmente pela CPT¹¹”. Portanto, a Igreja Católica, no período dos anos 1970 e 1980, perante os movimentos sociais, exerceu o papel de contribuir na articulação destes, pois era um momento em que os mesmos ainda procuravam organizar-se, buscavam referencial e ajuda na luta por direitos e injustiças provocadas pelas políticas do regime ditatorial. Gohn (2000, p. 18) cita que nesse contexto dos anos 1970:

[...]Os movimentos sociais emergem das cinzas. Nas cidades, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), embaladas pela Teologia da Libertação, organizaram milhares de pessoas e deram origem a movimentos populares vigorosos como Custo de Vida (depois Carestia), movimentos pelos transportes, de favelados pelo direito real de uso da terra onde estavam, pela saúde nos centros e postos comunitários de saúde, por vagas nas escolas etc. Grande parte desses movimentos serviu de base de apoio às greves que se espalharam pelo país entre 1978-1979. Eles formaram os comitês de compra de gêneros de primeira necessidade e de apoio aos operários em greve.

Os movimentos que aconteceram nas cidades sofreram crescimento principalmente com o processo de distensão implementado pelo presidente Geisel e foram

¹¹ CPT: Comissão Pastoral da Terra

caracterizados por estarem voltados aos dilemas que os indivíduos enfrentavam em suas vidas diárias. Grandes cidades do país, sofreram um aumento populacional, porém as estruturas de serviços oferecidas pelas lideranças políticas dessas cidades, não resultaram numa qualidade e quantidade de serviços compatíveis com a expressiva população de suas localidades (CARVALHO, 2014). Em boa parcela de casos, nem serviços e estruturas eram oferecidas mediante ao surgimento de bairros e ocupações. Carvalho (2014, p. 188) cita que movimentos como os dos favelados e de associações de moradores cobravam “medidas elementares, como asfaltamento de ruas, redes de água e de esgoto, energia elétrica, transporte público, segurança, serviços de saúde”.

Um dos movimentos urbanos que se destacaram nos anos 1970, embora lançado um pouco antes da abertura promovida por Geisel, foi o movimento inicialmente chamado de Custo de Vida e posteriormente denominado de Movimento de Luta Contra a Carestia (GOHN, 2001). Segundo Gohn (2001, p. 111):

[...] O Movimento do Custo de Vida surgiu ligado às ações da Igreja Católica, em sua ala da Teologia da Libertação. As Comunidades de Base foram seu espaço de estruturação inicial. Em 1973 os militantes enviaram carta ao Presidente da República protestando contra as péssimas condições de vida em que se encontravam. Foi um dos seus marcos iniciais, enquanto ação dirigida para fora de seus domínios. Um outro momento significativo de sua trajetória ocorreu em 1975, quando os militantes resolveram fazer uma enquete na periferia, a partir de três questões, para saber como as famílias das camadas populares sobreviviam. Essa enquete abrangeu dois mil questionários. Três anos depois, e sem ter a resposta às suas demandas, o movimento resolveu fazer um abaixo-assinado, em âmbito nacional, pedindo ao governo federal o congelamento de gêneros alimentícios. Com mais de um milhão de assinaturas, o abaixo assinado foi encaminhado a Brasília, por uma comissão do movimento. O governo se recusou a receber a comissão e montou um grande aparato policial para cerceá-la.

Para a compreensão da importância desse movimento nos anos 1970, a estudiosa dos movimentos sociais Maria da Glória Gohn (2001, p. 110-111) cita que o referido movimento foi um dos principais da época e “não seria exagero elegê-lo como o principal. Isto se deve à importância que teve em todo território nacional como organizador de vários movimentos sociais que lhe seguiram, e como reordenador da participação popular na vida associativa pública”.

É compreensível a afirmação de Gohn se levarmos em consideração que a possibilidade de protestos foi cerceada com o AI-5 e com toda a perseguição feita a formas de mobilização e manifestantes pelo país, oportunidades de protesto estavam

proibidas pelo regime. Com as ações do movimento, voltava-se a vislumbrar e agir por algum tipo de mudança. Nesse caso por melhores condições de vida.

De acordo com Scherer-Warren (2008, p. 11):

[...] nesses movimentos “uma das diretrizes mais importantes era a autonomia política e organizacional em relação às estruturas estatais e governamentais. Algumas análises concluíam que os movimentos de base “davam as costas ao Estado”, mas, muito mais do que uma separação nítida em relação ao governo, rejeitava-se o regime opressor e restritivo em relação à participação popular em sua totalidade. Os movimentos sociais no Brasil e na América Latina, em geral sempre tiveram o Estado como referência importante, seja para contestar, seja para negociar.

Não podemos deixar de observar que os movimentos da época emergiram num contexto de uma sociedade marcada por autoritarismo e no meio de uma ditadura. Ainda que esse regime acenasse com a abertura para uma sociedade democrática, as perseguições e truculências do Estado eram fortes. Fato que se verificou em muitas greves do final dos anos 1970. Diante desse contexto e numa sociedade que há anos vivia sob um regime opressor, é compreensível discursos e falas de movimentos que apontam para a temática da autonomia em suas ações frente ao Estado. Pois, existia nessas ações dos movimentos uma clara oposição àquilo que representava o regime da época. Mas, a questão da autonomia nos movimentos também tinha a procura de um distanciamento “em relação às práticas populistas e clientelísticas presentes nas associações de moradores, nos sindicatos e nas relações políticas em geral” (GOHN, 2007, p. 282).

Por outro lado, os movimentos necessitavam estabelecer algum tipo de relação com o Estado, seja para fazer exigências, o que poderia resultar em negociações de como propor a realização de serviços à população, de melhorar as condições sociais dos sujeitos, ou para contestá-lo em suas ações. Por exemplo, os novos movimentos de moradores e de favelados que surgiram no período, procuraram de forma direta o contato com o Estado (CARVALHO, 2014). O que demonstra a tentativa de autonomia por parte desses grupos. Porém, para conseguir fazer valer seus objetivos, era necessário estabelecer algum tipo de contato com a estrutura estatal. Nesse caso, precisaram construir negociações com as prefeituras de suas localidades. Também deve ser destacado que movimentos como os acima citados, apesar de não possuírem ligação com partidos “representaram o despertar da consciência de direitos e serviram para o treinamento de lideranças políticas. Muitos presidentes de associações ingressaram na política partidária” (CARVALHO, 2014, p. 188). Nesse caso tivemos membros de movimentos fazendo parte da política partidária.

É importante também esclarecer que, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, ao se observar o aparecimento de movimentos com discursos, ações e objetivos distintos dos existentes até então, o tema dos novos movimentos, passou a ser utilizado para demarcar os grupos que surgiam naquele contexto. Segundo Gohn (2007, p. 283)

[...] o novo passou a ser referência para movimentos que demandavam não apenas bens e serviços necessários a sobrevivência cotidiana - característica básica das ações dos movimentos populares, que inscreviam suas demandas mais no campo dos direitos sociais tradicionais: direito à vida com reivindicações de alimento, abrigo e outras condições básicas para sobrevivência elementar do ser humano. O novo nos movimentos ecológicos, das mulheres etc. referia-se a uma outra ordem de demanda, relativa aos direitos sociais modernos, que apelavam para a igualdade e a liberdade, em termos das relações de gênero, raça e sexo.

Isto quer dizer que nesse período de efervescência não se assistia apenas ao crescimento e lutas de movimentos populares no campo e nas cidades que demandavam questões básicas de sobrevivência humana, mas também ocorreram novos formatos de exigências, como as do movimento negro, por exemplo, que no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, denunciou a existência prejudicial do mito da democracia racial na realidade brasileira, apontando a necessidade de uma relação de igualdade de direitos entre as etnias, além da afirmação da identidade negra. É nesse contexto que assistimos ao desenvolvimento dos movimentos ambientalistas no país. Percebemos que nesse período as lutas não ficaram centradas apenas em críticas às questões econômicas e sociais do país, mas também a dimensão cultural de nossa sociedade foi incorporada nas críticas que os novos movimentos realizavam.

O que ocorreu na sociedade brasileira desde os anos 1970, foi uma crise nas elites que dirigiam a ditadura empresarial-militar. Nesse processo, a oposição cresceu obtendo uma vitória sobre o governo nas eleições de 1974. Iniciou-se, assim, um processo de distensão política com vistas a um regime democrático, embora este processo fosse resultado, também, da crise que a economia brasileira passou a vivenciar depois de 1973. Diante desses eventos, movimentos começaram a se articular no país, exigindo melhorias em condições básicas de vida. Grupos também se articularam exigindo a volta dos exilados políticos. Greves voltaram a ocorrer no Brasil com um sindicalismo de novas faces. Mesmo com resistências de alas mais duras ligadas aos militares, a censura nos rádios, televisão e imprensa diminuiu, se comparada aos anos anteriores. Nesse quadro e sob a orientação da Igreja Católica, grupos tanto nas cidades quanto nos campos demarcavam mais protestos pelo país.

No início dos anos 1980 também ocorreram eleições para governadores. Movimentos emergiam apresentando novas formas de mobilizações e exigências como os movimentos negros, feministas e ecológicos. É, portanto, diante de uma sociedade mais permissiva às mobilizações, se comparado aos anos anteriores de regime ditatorial, e num clima bem intenso de protestos sociais que os movimentos ecológicos aparecem com mais força em nossa sociedade, denunciando as contradições presentes no modelo desenvolvimentista fomentado pelos governos ditatoriais.

Um trabalho importante para compreendermos esse processo de constituição do ambientalismo brasileiro é o artigo *Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro*, de Angela Alonso, Valeriano Costa e Débora Maciel (2007), que adota como referencial as teorias do Processo Político e dos Novos Movimentos Sociais para entendimento do referido processo. De acordo com os autores do artigo:

[...] Em consonância, atentaremos aqui tanto para as dimensões materiais e estratégicas, ressaltadas pela Teoria do Processo Político - isto é, as estruturas de oportunidades políticas nas quais grupos ambientalistas se configuram, e, em vista das quais adotaram determinadas estratégias de mobilização, quanto para as dimensões simbólicas enfatizadas pela Teoria dos Novos movimentos Sociais, como os contextos de micromobilização nos quais identidades coletivas foram construídas e frames, isto é, as interpretações da questão ambiental, foram gerados pelos ativistas (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 153).

A partir do final dos anos 1970, aconteceu no país o crescimento das lutas empreendidas pelos movimentos sociais, entre outras questões, pela redemocratização do país. Neste período “a vasta literatura sobre movimentos sociais que se constitui no Brasil durante o ciclo de protestos da Redemocratização, inspirada no marxismo, privilegiou os movimentos populares e deu pouca atenção ao ativismo ambientalista, mais restrito à classe média” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 152).

Quando se encerrou a luta pela Redemocratização do país, uma série de movimentos sociais enfrentaram um processo de institucionalização. Muitos estudiosos interpretaram esse acontecimento como “sinal de desmobilização e cooptação” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 152). Porém, alguns analistas questionaram esse modelo de interpretação explicitando “que o aparente declínio dos movimentos sociais podia ser explicado pela dinâmica de sua interação com o Estado e pelos dilemas daí decorrentes acerca de estratégias, ou então pelo próprio caráter fluido dos movimentos” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 152).

Os analistas dos movimentos no período dos anos 1990, não adotaram as indicações proferidas a pouco. Ainda nos anos 1990, novos atores sociais ganharam destaque nas análises sobre os movimentos, entre eles o movimento ambientalista, porém, os estudos estavam centrados principalmente na formação das identidades desses movimentos. Posteriormente, as problematizações sobre movimentos sociais não alcançaram o mesmo destaque, principalmente com análises mais focadas em questões como associativismo e participação da sociedade civil na esfera pública (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007). Portanto, na visão dos autores, não se analisou a questão da constituição do movimento ambientalista adotando como forma de estudo tanto suas estratégias de luta como seu referencial simbólico. É justamente essa questão que moveu os autores na constituição do seu artigo (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007).

Para construção da análise sobre a constituição da luta ambiental no país, os autores se basearam em três estruturas de oportunidades políticas, as lutas pela Redemocratização, a Assembleia Constituinte e a ocorrência da Rio-92. No desenvolver desses acontecimentos, os grupos ambientalistas foram atuando, definindo estratégias, alianças, sedimentando identidades, constituindo a luta ambiental no país (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007). Isto quer dizer que no decorrer de cada uma das três estruturas de oportunidades políticas “grupos de ativistas ambientalistas se formaram autonomamente e enfrentaram dilemas comuns relativos a seus frames e estratégias de mobilização” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 153).

Para explicar o início da luta ambiental, os autores em questão se basearam na Teoria do Processo Político que enfatiza o surgimento de movimentos a partir de alterações nas oportunidades políticas, ou seja, quando determinados acontecimentos propiciam mudanças que resultam numa melhor oportunidade para ocorrência de protestos por parte de certos grupos existentes no corpo social (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007). No Brasil, as mudanças que propiciaram o aparecimento das mobilizações ambientais aconteceram, conforme apresentamos, principalmente na segunda metade dos anos 1970. De acordo com Alonso, Costa e Maciel (2007, p. 154):

Quatro dimensões dessa nova estrutura de oportunidades políticas são decisivas para entender a emergência de protestos ambientais no Brasil. Primeiro, a Abertura significou uma amainamento da repressão aos protestos sociais em geral. Segundo, os ativistas ambientalistas podiam contar com aliados em outros movimentos sociais, bem como na Igreja Católica e na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), apoiadores potenciais dos protestos contra o regime autoritário em fins dos anos 1970. Terceiro, as instituições políticas e administrativas se tornaram mais permeáveis às demandas da sociedade civil. Desde 1973, com a criação da Secretaria Especial do Meio

Ambiente, o aparato burocrático-legal ambiental foi sendo incrementado com a criação de órgãos e legislação específica, fornecendo aos ativistas novos espaços políticos e novas estruturas de mobilização para veicular suas reivindicações. Por fim, durante a Redemocratização, estava em curso uma agenda ambientalista internacional. A Conferência de Estocolmo, reunião da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento em 1972, abriu a discussão pública nacional sobre a questão ambiental no Brasil. Além disso, associações ambientalistas internacionais e partidos verdes nacionais recém-formados ofereciam novos modelos organizacionais e estratégias de mobilização.

Conforme explicitado, essa série de acontecimentos fomentaram um contexto favorável a ocorrência da luta ambiental no país. O passo seguinte foi abordar como, dentro deste contexto, aconteceu a formação dos grupos ambientalistas. Segundo os autores em questão, a mudança:

[...] entre os grupos se deve mais aos distintos “contextos de micromobilização” nos quais se formaram. Isto é, a microcontextos de interação social, tais como instituições profissionais, grupos culturais e redes de amizade, nos quais cidadãos comuns se converteram em ativistas ambientalistas (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 154).

Explicitam que não basta apenas observar que esses membros vieram das classes médias, sendo necessário levar em consideração esses contextos de micromobilização.

Mas os ativistas também interpretam as questões em que estão colocados com vistas a construir protestos a partir dessas interpretações. Frames na concepção de Alonso, Costa e Maciel (2007, p. 156) “são esses instrumentos cognitivos e guias para ação que permitem aos ativistas questionar uma dada situação social antes não problemática, atribuir responsabilidade a grupos ou autoridades por tal estado de coisas e apresentar estratégias para alterá-lo”. De acordo com o contexto de oportunidades, os movimentos fomentaram alianças e estratégias para enfrentar os desafios colocados. Nessas circunstâncias, um frame ou outro predominou em cada contexto. No caso brasileiro, ocorreu a formação do frame conservacionista e outro socioambientalista¹² (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007).

Segundo o artigo em questão, no período das lutas pela Redemocratização, surgiram obstáculos que exigiam articulação entre os grupos ambientalistas. Caso da Campanha em Defesa da Amazônia, da Campanha contra a Utilização de Energia Nuclear e do Adeus Sete Quedas, este último foi um protesto realizado em julho de 1982, nas proximidades das Cataratas do Iguaçu e que se posicionou contrário a instalação da

¹² Alonso, Costa e Maciel (2007) operam com o termo conservacionismo para denominar movimentos voltados para a conservação ambiental *strito sensu* e socioambientalismo para denominar os movimentos que buscam articular questões ambientais a questões sociais.

hidrelétrica de Itaipu (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007). Essas campanhas resultaram das interpretações dos grupos ambientalistas que, partindo de uma orientação do frame socioambientalista, observaram que os objetivos desenvolvimentistas do governo militar estavam provocando graves consequências ambientais. Entendiam também que esses dilemas não estavam desvinculados de outras problemáticas como as sociais e econômicas, existindo necessidade de articulação com outros grupos que também emergiam nas lutas sociais do período (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007).

Sendo assim, não é por acaso que, em todas essas campanhas, os grupos ambientalistas não apenas se articularam, mas também contaram com apoio de grupos que também estavam envolvidos na luta pela Redemocratização (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007). “Em todas essas campanhas, a existência de aliados na arena social e na política favoreceu as primeiras conexões relativamente estáveis entre grupos antes autônomos, configurando uma rede de ativismo ambiental” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 159). Por exemplo, na Campanha Contra Utilização de Energia Nuclear, participaram o “movimento estudantil, movimentos populares, movimentos culturais, cientistas, políticos, artistas e religiosos” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 159).

Esses acontecimentos fomentaram o surgimento de associações ambientalistas, mas também “suscitaram um debate em torno do melhor formato organizacional para a coalizão emergente” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007 p. 159). No final, a AGAPAN adquiriu uma posição de dominância na rede existente no período, o socioambientalismo aparece como o frame dominante e Lutzenberg aparece como a grande liderança do movimento (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007). Segundo Alonso, Costa e Maciel (2007, p. 159-160):

Assim, em meados dos anos 1980, estava configurada a primeira coalizão estável entre grupos de ativistas. As campanhas conjuntas indicam o estabelecimento de um campo ambiental, com liderança e agenda própria. Além disso, havia agora um frame dominante. O conservacionismo da FBCN ficou na sombra. A agenda da Redemocratização ajudou a consolidar a abordagem politizada da questão ambiental: o socioambientalismo.

O que observamos foi que no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, diante das graves consequências dos planos desenvolvimentistas dos governos militares, num clima de crescimento dos protestos sociais e com as instituições governamentais mais permissivas às lutas, os grupos ambientais antes isolados necessitaram de articulação para enfrentar os desafios colocados. Este fenômeno contribuiu para a formatação de um

movimento ambientalista não apenas com lideranças, mas com uma agenda e discurso mais politizado e adequado ao momento vivido no país.

O processo de Redemocratização exigiu dos grupos ambientalistas a criação de rede entre os mesmos, o que nos leva a falar de um movimento. Porém, o estabelecimento de um processo para elaboração de uma nova Constituição para o país produziu um novo desafio, que era “a definição da estratégia de mobilização mais adequada para inserir a temática ambiental na agenda política” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 160). Formaram-se coalizões ao nível nacional para enfrentar o desafio que se fazia presente. Uma coalizão criou o Partido Verde, enquanto outra coalizão decidiu prestigiar políticos já engajados em outros partidos e voltados para defesa de temas ambientais (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007).

Com um processo constituinte que incentivava participação da sociedade civil, os grupos adotaram desde a criação de abaixo-assinados como forma de pressionar os parlamentares até a criação de grupos que debateriam suas questões, nas chamadas subcomissões (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007). “Fieldman se consolidou como um broker entre as duas arenas de mobilização ambiental: a da sociedade civil e a da negociação institucional no Congresso. Essa combinação de estratégias resultou na proposição de um capítulo exclusivo sobre a questão ambiental na Constituição” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 162). Com a reação de políticos conservadores às propostas das coalizões ambientalistas, a parte referente à questão ambiental no texto da Constituição resultou em medidas com predominância conservacionista.

O novo desafio enfrentado pelo movimento ambientalista foi a ocorrência da Rio-92, momento este que Alonso, Costa e Maciel (2007) apresentam como fundamental na consolidação do movimento ambiental no país. “A Rio-92 trouxe um novo problema de coordenação da ação coletiva: a construção de um frame capaz de aglutinar os grupos ambientalistas” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 163). Com o governo Collor, eleito em 1989, as estruturas do Estado se fecharam em relação aos atores ambientais. Alguns grupos chegaram a ter um fim enquanto outros passaram por um processo de profissionalização. Porém, existia uma série de questões a se debater durante a Rio-92. Entre elas existia aquela de como construir um desenvolvimento sustentável para o planeta.

O discurso agora defendia falar a mesma língua em torno da noção de sustentabilidade, ou seja, equacionar as diferenças em virtude da saúde ambiental do planeta. Formou-se uma rede entre os grupos, com liderança da SOS Mata Atlântica,

“grupo a meio caminho entre o conservacionismo e o socioambientalismo, que, como broker, orquestrou a convergência entre os dois frames originalmente contrastantes” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007 p. 164). O resultado desse processo foi um novo frame, denominado de neoconservacionista, com um movimento centrado em coalizões e não mais em determinadas figuras como líderes (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007).

O que observamos é que a constituição dos movimentos ambientalistas brasileiros ocorreu num meio de uma sociedade que vivia uma ebulição social. Uma sociedade que vivia um processo de abertura rumo à democracia, emergências de movimentos populares no campo e nas cidades, crescimentos de novos movimentos, novos partidos na cena política nacional, ou seja, a questão ambiental emergiu diante de uma sociedade em que os “movimentos sociais tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque eram ignoradas nos cenários públicos instituídos. Por isso mesmo o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos” (SADER, 1988, p. 199).

No caso dos grupos ambientalistas, eles tiveram que encontrar estratégias para melhor enfrentar, por exemplo, no contexto da redemocratização, os projetos desenvolvimentistas dos militares que causavam problemas não apenas sobre a natureza, mas também econômicos e sociais, assim como construir ações em uma sociedade cuja elite estava centrada na ideia do crescimento econômico a qualquer custo. É nesse contexto que os movimentos ambientalistas iniciam a construção de suas identidades, objetivando conferir à problemática ambiental maior visibilidade nos cenários públicos.

Neste cenário, os grupos ambientalistas também se articularam com outros grupos que lutavam pela redemocratização. Sendo assim, percebe-se que, para avaliar a problemática ambiental brasileira neste contexto de forte contestação social, não se pode desvincular as questões levantadas pelos movimentos ambientalistas de outras problemáticas existentes naquele contexto. Os efeitos causados por determinados projetos desenvolvimentistas tiveram consequências em várias esferas sociais. Isto quer dizer que, para compreender o aparecimento de grupos ambientalistas no país, no início dos anos 1980, no caso desta pesquisa precisamente em São Luís, deve-se examinar as questões que reverberavam no período e examinar se elas tiveram relações com a discussão ambiental e as ações do grupo ambientalista na cidade. Isso significa levar em consideração o momento enfrentado no país e olhar, também, para a particularidade do contexto local e possíveis relações com a problemática ambiental.

Nesse período ocorreu a formação de grupos ambientalistas cujos referenciais interpretativos estão em outras bases. Foi o momento em que passou a ser desenvolvido o socioambientalismo. Segundo Alonso; Costa e Maciel (2007, p. 157):

O socioambientalismo apenas emergiu com o processo de Redemocratização, adotado por praticamente todas as associações formadas nos anos 1970. Nesse frame, a definição do problema ambiental passa das ciências naturais para as humanas, com ênfase na relação entre processos sociais e naturais. O humanismo da contracultura é incorporado, sob a forma de demanda por uma “ética ecológica”. A própria ideia de meio ambiente é redefinida como relação entre grupos sociais e recursos naturais. Essas dimensões sociais foram incorporadas de diferentes maneiras pelos ativistas brasileiros. A Agapan enfatizava questões rurais, como os agrotóxicos, enquanto o Mape criticava a degradação causada pela expansão da sociedade de consumo e a APPN a associava ao “modelo brasileiro de desenvolvimento”. Nesses dois últimos sentidos, o discurso ambiental incorporou a crítica ao processo de industrialização em curso no país nos anos 1970 e demandou alterações no estilo de vida urbano-industrial. Assim, o novo frame associou fortemente os problemas ambientais com causas políticas e econômicas. Por isso, o chamamos aqui de sociambientalismo.

O socioambientalismo representa nesse contexto um novo referencial interpretativo em termos de mobilizações ambientalistas. As ciências humanas são utilizadas principalmente para desenvolver as análises que agora frisam o relacionamento entre processos que ocorrem na vida social e no ambiente natural, sendo que a própria noção de meio ambiente passa por uma nova definição. Ocasionalmente um novo formato para interpretar a problemática ambiental não deixando de relacionar os processos de desenvolvimento, ações políticas em curso na sociedade brasileira e suas consequências sobre o ambiente. O resultado é um ambientalismo cujas ações não estão voltadas simplesmente para preservar a vida selvagem, mas é baseado em formatos de ações que levam em consideração o contexto social e histórico, questionando modelos de desenvolvimentismo e ações de grandes corporações e decisões políticas que afetam o ambiente. Ximenes (1987, p. 04) explica as mudanças que ocorreram nesse período em termos de modelo de desenvolvimento que vinha sendo implementado no país:

Durante esse período, na tentativa de viabilizar o capitalismo moderno no país, foi adotado um modelo econômico preponderantemente voltado a exportação e, para atingir níveis de eficiência compatíveis com a economia internacional, foram estabelecidas metas de produção que utilizam pouca mão-de-obra, exigem grande concentração de capital e se apropriam dos recursos naturais sem nenhuma prudência ecológica. Isso pode ser visto mais notadamente na agricultura e na indústria, onde a importação de tecnologias desenvolvidas no Hemisfério Norte e sua implantação no Hemisfério Sul, em condições ambientais totalmente diversas, tanto do ponto de vista físico como social, causou impactos imediatos sobre o ambiente e sobre a qualidade de vida. Esse modelo econômico gerou inúmeros empreendimentos que causaram modificações em todo o território nacional, em graus e ritmos diretamente relacionados com os processos de produção: desmatamentos, ocupação desordenada das

margens dos rios de várias bacias hidrográficas, uso intensivo do solo etc. Por ser minha preocupação central a faixa costeira, citarei alguns empreendimentos localizados nos ecossistemas estuarinos.

Nada mais lógico, dentro da lógica capitalista, do que estabelecer polos industriais voltados à exportação em determinados estuários com profundidade adequada a construção de cais de atração e onde há água em abundância para operação das indústrias. Por essas razões vemos, infelizmente, o modelo do complexo industrial de Cubatão reproduzido ao longo da costa brasileira. Assim, acompanhando o litoral com rápida visão, vamos encontrar degradação quase que total na Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, causada por dejetos industriais de todos os tipos. Na Baía de Criciúma, em Santa Catarina, vemos o impacto ambiental causado pela exploração de carvão. Já no estado de São Paulo está o polo petroquímico de Cubatão, que tornou a Baía de Santos a mais poluída do mundo. Na Baía de Todos os Santos, na Bahia, encontramos altos índices de poluição causados pelos polos industriais de Camaçari e Aratu. Continuando nossa viagem vem o polo industrial de Aracaju, em Sergipe, que começou com a Petromisa, da Petrobras, que lança ao mar cerca de 1 milhão e 300 mil toneladas de cloreto de sódio por ano, causando a destruição das condições biológicas que suportam a vida nessa região. No litoral de Alagoas há um polo industrial que produz soda a partir do sal-gema e lança no mar o excedente de cloro, o que liquidou com os bancos de camarão da região, com reflexos na depredação biológica das Lagoas de Mundau e Manguaba. E esse polo vai ser ampliado com a implantação de uma indústria para produção de álcool, o que certamente causará forte impacto social decorrente da apropriação de terras para o plantio da cana-de-açúcar. Uma das maiores agressões ao ambiente foi realizada no litoral de Pernambuco para a construção do porto de Suape: foi dinamitado o maior recife coralino do Hemisfério Sul, o que ocasionou inclusive modificações nas correntes marítimas da região. Esse porto foi criado para tornar viável a instalação de um polo industrial que, até hoje, não se concretizou.

O texto de Raul Ximenes expressa os investimentos realizados pelo capital principalmente na costa brasileira. Ele ainda cita as contaminações que ocorrem no golfo maranhense. Nesse caso, ocorre um modelo de desenvolvimento do capital com forte concentração e favorecimento a grandes corporações com agressões pesadas ocorrendo ao que denomina de natureza. Isto exigiu dos grupos ambientalistas não apenas interpretação desse modelo de desenvolvimento do capital. Mas a compreensão das ações e desenvolvimento de solidariedades que devem ser estabelecidas na estruturação de suas lutas. É necessário, portanto, não apenas entender as questões econômicas desse processo, como entender as decisões políticas que afetaram o ambiente dessas regiões. Numa sociedade com esse modelo de desenvolvimento, os movimentos ambientalistas tiveram que construir um novo modelo interpretativo, nesse caso o socioambientalismo.

É nesse contexto que surgiu o que foi chamado de ecologismo social. “Ele é representado pelo Conselho Nacional de Seringueiros, pelo Movimento dos Atingidos pelas Barragens, pelo Movimento dos Pescadores Artesanais, pelos Movimentos Indígenas etc,” (DIEGUES, 2001, p. 130). Esse tipo de ambientalismo luta para “manter

acesso aos recursos naturais de seus territórios, valoriza o extrativismo, os sistemas de produção baseados em tecnologias alternativas” (DIEGUES, 2001, p. 130). Diante do destaque e do impacto que teve no período, não podemos deixar de mencionar o caso do movimento dos seringueiros como um exemplo de movimento socioambiental.

O movimento dos seringueiros surgiu como uma “forma de enfretamento ao modelo de desenvolvimento concebido pelos governos ditatoriais implantados no Brasil a partir de 1964” (SANT’ANA JÚNIOR, 2011, p. 318). De acordo com Diegues (2001, p. 146), sobre o Movimentos do Seringueiros:

Esse movimento, iniciado na década de 70, quando se aguçou o conflito de terras no Acre, organizou os primeiros empates pelos quais os seringueiros organizados se antepunham às máquinas que derrubavam a floresta e ameaçavam seu modo de vida. Em 1975, quando foi criado o primeiro sindicato rural em Basiléia (Acre), num dos centros de grande densidade de seringais, a reação dos novos proprietários foi violenta, e houve muitos casos de queima de casas de seringueiros e assassinatos de seus líderes. O CONSELHO NACIONAL DE SERINGUEIROS, estabelecido em 1985, tinha como estratégia a criação de reservas extrativistas. Partindo de um movimento pela posse efetiva da terra e do modo de vida tradicional, passou a contar também com apoio de grupos ambientalistas e organizações não-governamentais nacionais e internacionais. Ademais, em 1986 foi criada a ALIANÇA DOS POVOS DA FLORESTA que englobava também as populações indígenas. O esforço conjunto das lideranças indígenas, dos seringueiros, dos atingidos pelas barragens, apoiados por organizações ambientalistas do Brasil e do exterior tornou possível, por exemplo, a realização do Encontro dos Povos da Floresta, em Altamira (1989), para protestar contra a construção de hidrelétricas no rio Xingu, onde muitas reservas indígenas estão localizadas.

Os conflitos de terras no Acre foram resultados das políticas desenvolvimentistas estabelecidas sobre a Amazônia a partir dos governos dos ditatoriais, principalmente projetos centrados na área da pecuária. Com a criação desses projetos, as atividades e o sustento de famílias que dependiam das atividades nos seringais ficavam comprometidas, pois os referidos projetos implicavam na derrubada da floresta. Porém, percebemos nas citações acima que os seringueiros, diante da situação instalada, não ficaram de braços cruzados, organizando, inclusive com apoio da Igreja Católica em suas vertentes mais progressistas, mobilizações, encontros e movimentos.

Segundo Sant’Ana Júnior (2011, p. 320-321):

O desmatamento e expulsão dos seringueiros estavam diretamente relacionados com o projeto do Governo Federal encampado pelo governo do Estado do Acre, de pecuarizar a economia acreana. Houve uma intensa campanha de divulgação no centro-sul do país que estimulava a compra de terras e incentivava o investimento na pecuária, a partir de slogans como “Amazônia: uma terra sem homens para homens sem terra” ou “Produza no Acre e exporte pelo Pacífico”, slogan esse que associava terras baratas, incentivos fiscais e a construção de estradas que ligariam a Amazônia ocidental aos portos peruanos do Oceano Pacífico.

Os projetos do governo desconsideravam completamente os modos de vida das populações tradicionais que habitavam a região. Em sua propaganda é anunciada que a região é uma terra sem homens. Mas sabe-se que haviam populações que há séculos exerciam estilos de vida sobre a localidade citada. Porém, para o modelo econômico e os projetos do governo federal essas formas de vida não estavam sendo consideradas, pois não serviam aos seus anseios de ‘desenvolvimentismo’. Ainda de acordo com Sant’Ana Júnior (2011, p. 321):

A chegada dos primeiros fazendeiros vindos de outras regiões, denominados localmente (independentemente de sua origem) de “paulistas”, e as consequentes derrubadas de trechos da floresta, chamadas de “limpeza de áreas”, para implantação de pastagens redundaram em amplos processos de expulsão de seringueiros que sobreviviam nas e daquelas florestas. A “limpeza de área” implicava, então, em retirar árvores, animais e pessoas. Todo este processo gerou movimentos de resistência por parte dos seringueiros e resultou em intensos e prolongados conflitos pelo controle e uso do território.

Com a chegada dos fazendeiros, os Seringueiros passaram a se organizar sobretudo através dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, sendo o sindicato de Basiléia um dos primeiros a atuar na defesa destes. Como estratégia em sua luta, os seringueiros passaram a realizar os chamados “empates” (SANT’ANA JÚNIOR, 2011). Uma das lideranças dos seringueiros, Osmarino Amâncio, numa entrevista concedida a Horácio Antunes Sant’Ana Júnior, explica que o termo empate foi formulado por um líder sindical de Basiléia, Wilson Pinheiro. Além disso, também explicita o que seria o “empate”:

Foi o Wilson Pinheiro quem surgiu com a ideia do empate... O quê que era o empate? Empatar significa: nós, para sobreviver aqui na floresta, nós não precisamos desmatar, nós não precisamos fazer o desmatamento. Mas, também, se eles desmatarem nós não temos como ficar aqui, porque o que nós sabemos fazer é cortar seringa, quebrar castanha, trabalhar no extrativismo. Ninguém está adaptado à agricultura. Então, vamos empatar: nem nós derrubamos nem eles derrubam, então está empate. Nós não derrubamos, mas eles também não derrubam. Só que para nós era uma vitória, porque se a floresta ficasse em pé, nós sobrevivíamos (OSMARINO AMÂNCIO, citado numa entrevista concedida a SANT’ANA JÚNIOR, 2011, p. 322)

O chamado empate consistia numa ação que favorecia aos seringueiros, pois conforme o relato acima, garantia a sobrevivência não apenas da floresta, mas dos seringueiros e das populações que dependiam da mesma. Os seringueiros com suas ações estabeleceram uma série de “empates” pela região da Amazônia e Acre, fortalecendo através dos sindicatos a organização de suas lutas. Criaram, nos anos 1970, sindicatos nas regiões atingidas pelas lutas do movimento, contando não apenas com a Igreja Católica, mas com ajuda da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e

depois também atuaram na formação do Partidos dos Trabalhadores na região (SANT'ANA JÚNIOR, 2011).

Diante desses acontecimentos, ocorreu a aproximação dos seringueiros com outro movimento que também passava a atuar de forma mais crescente no país que era o movimento ambientalista. Na entrevista concedida a Sant'Ana Júnior, Osmarino Amâncio destaca essa aproximação:

[...] quando esse movimento surgiu, a gente não sabia o que era essa história de ecologia, essa história de defender o meio ambiente. Aí nós descobrimos que os ambientalistas e os ecologistas estavam querendo uma coisa, porque eles explicavam pra gente que se a mata fosse desmatada ia aumentar a temperatura, o que eles chamam de efeito estufa. Tinha uma camada de gelo acumulada não sei onde e se o efeito estufa aumentasse a camada de gelo ia se dissolver e as cidades na beira-mar iam ficar debaixo d'água, iam sumir, o mar ia subir 12 a 14 metros, o sol... tinha um buraco na camada de ozônio. A gente nem sabia o que diabo era isso, essas coisas. Eles vinham falando essas coisas e a gente mandava depois eles trocaram em miúdo, pra gente, o que que era isso... Então esse pessoal veio e, aí, a gente passou a ir descobrindo que eles eram os aliados importantes. Porque a nossa briga aqui era pela reforma agrária. Agente queria o direito de ficar na terra (OSMARINO AMANCIO, citado numa entrevista concedida a SANT'ANA JÚNIOR, 2011, p. 323).

Pela entrevista, observa-se que a luta dos seringueiros tinha uma conotação social. Era uma luta pela posse de suas terras, pela defesa da floresta e de seu sustento e permanência de vida. Porém, diante de fortes adversários, o movimento não apenas encontrou estratégias em suas lutas através dos chamados “empates” como procurou estabelecer alianças. Uma dessas redes de relações que o movimento construiu foi com grupos ambientalistas. Nesses termos, o movimento percebeu que sua luta poderia contar com um aliado importante já que ambos os movimentos trabalhavam pela defesa da floresta. Nota-se também que as questões e linguagens ambientalistas também começaram a ser utilizadas pelo movimento dos seringueiros no enfrentamento de sua luta.

O movimento dos seringueiros ao “aliar-se com o crescente movimento ambientalista, assumiu um caráter cada vez mais propositivo e começou a elaborar alternativas de desenvolvimento que incluíssem o extrativismo, a qualidade de vida dos extrativistas, bem como a preservação ambiental” (SANT'ANA JÚNIOR, 2011, p. 323). Nesse caso, o movimento que não possuía a perspectiva ambiental em sua luta, passa a incorporá-la. Acontece aquilo que Leite Lopes (2004) denomina de ambientalização de um conflito social. Daí, quando se pensa no movimento dos seringueiros, encontramos o caso de um movimento que, além do componente social na constituição de sua luta,

também encontrou no ambientalismo outro referencial importante na construção de sua identidade.

Nesse processo de ambientalização da luta dos seringueiros e de publicização do movimento e do socioambientalismo, foi importante atuação de Chico Mendes. De acordo com o Memorial Chico Mendes (2018):

Em 1983 Chico foi eleito presidente do STR de Xapuri e intensificou sua luta pelos direitos dos seringueiros, pela defesa da floresta e pela luta política contra a ditadura e pelos direitos dos trabalhadores.

A convivência de Chico com a floresta e o conhecimento que adquiriu sobre como obter da natureza os meios de vida instigaram sua curiosidade e deram origem a uma teoria que seria, mais tarde, comprovada: a de que os benefícios derivados da manutenção da floresta são maiores do que o valor que se obtém com a sua derrubada.

Foi essa matriz ideológica formada pelo sindicalismo, pela defesa dos direitos humanos, pelo respeito à floresta marcou a identidade de Chico Mendes como líder político e que transcendeu sua localidade e conquistou o respeito do internacional.

Em 1985 Chico liderou a organização do primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros.

Mais de 100 seringueiros criaram o Conselho Nacional dos Seringueiros como entidade representativa e elaboraram uma proposta original de reforma agrária: as Reservas Extrativistas.

Depois do Encontro Nacional, a luta dos seringueiros começou a ficar conhecida. Sua projeção internacional foi resultado do documentário produzido por Adrian Cowell, cinegrafista inglês que filmou o Encontro Nacional e decidiu acompanhar o dia a dia do trabalho do Chico. Em 1987 ele lançou internacionalmente o documentário “Eu Quero Viver” onde mostrou a luta de Chico para proteger a floresta e os direitos dos trabalhadores.

Entre 1987 e 1988 Chico Mendes ganhou o Global 500, prêmio da ONU, na Inglaterra, e a Medalha de Meio Ambiente da Better World Society, nos Estados Unidos e deu entrevistas aos principais jornais do mundo. Jornalistas e pesquisadores o visitaram nos seringais e difundiram suas ideias pelo planeta.

Mas ao mesmo tempo em que Chico conquistava o respeito internacional, era mais ameaçado em Xapuri. Os empates terminavam em prisão. As promessas de regularização dos conflitos fundiários não se concretizavam. A ideia de criação de reservas extrativistas se arrastava na burocracia federal.

Em 22 de dezembro de 1988, em uma emboscada nos fundos de sua casa, ele foi assinado a mando de Darly Alves, grileiro de terras com história de violência em vários lugares do Brasil.

O movimento dos seringueiros através dos “empates”, das alianças com outros povos da floresta, estabelecendo conselhos a nível nacional, mas também através de agentes como Chico Mendes, não apenas despertou com suas ações a atenção do país, mas os olhares da mídia e organizações internacionais. Nesses casos nota-se um

movimento que, através de suas alianças, agentes e incorporação da dimensão ambiental, publiciza uma luta para além de sua região. Nesse caso, observamos um movimento que na construção de sua luta e identidade, embora tenha iniciado esse processo com uma dimensão social, incorpora o ambientalismo, como linguagem, referencial de ações e interpretação de sua situação. Ambientaliza, assim, sua luta e constitui-se como um movimento socioambiental. A própria trajetória de um agente importante como Chico Mendes é um bom exemplo desse processo conforme destacamos acima.

3.3 Institucionalização da questão ambiental

A luta dos movimentos ambientalistas no Brasil, ocorreu numa sociedade que também institucionalizou a questão ambiental. Entendemos que é importante compreender este aspecto da institucionalização deste tema. Significa a inserção da temática citada na agenda pública, com a criação de secretarias nos Estados e municípios. E que essas agências estabelecidas se tornaram, por exemplo, “interlocutores privilegiados nos conflitos que envolvem as disputas pelos usos múltiplos da água e nas questões relativas ao saneamento, tais como canalização e destinação de esgotos e ocupação das áreas de mananciais” (LOUREIRO; PACHECO, 1995, p. 141). O que podemos interpretar que, na medida em que a luta em defesa do ambiente natural se constituiu no Brasil, foi necessário o estabelecimento de interlocutores no Estado, para arbitrar os conflitos envolvendo movimentos ambientalistas, grupos empresariais e grupos atingidos por projetos que tiveram graves impactos em suas áreas.

Não se pode esquecer que a luta dos movimentos acontece em sociedades cujas determinadas questões, à medida que emergem com força no cenário público, despertam interesses de diversos grupos existentes na sociedade e, também, atravessam uma institucionalização. Não foi diferente com a questão ambiental. Sendo assim, compreender as lutas ambientalistas em uma sociedade significa também entender como estavam o posicionamento das instituições sociais diante de tais questões.

Conforme já citado neste trabalho, embora o governo brasileiro tenha pronunciado na Conferência de Estocolmo, de 1972, uma posição a favor do crescimento econômico e que o país estaria aberto a empresas poluidoras, em 1973 estabeleceu a Secretaria do Meio Ambiente (Sema). Ainda que o governo tenha criado a citada Secretária com interesse de conseguir financiamentos internacionais, a partir desta data, ocorreu o surgimento de agências e medidas reguladoras voltadas ao meio ambiente. Não se pode esquecer que a criação dessas instituições também teve relação com a formatação

de grupos ambientalistas que passaram a pressionar o Estado e com a própria importância que a discussão ambientalista ganhou no espaço público. O que exigiu certos processos de normatizações sobre o uso da natureza.

Foram criadas instâncias reguladoras em São Paulo e Rio de Janeiro. Na primeira cidade e no ano de 1974, foi criada a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e, na segunda, a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema), já em 1975 (LEITE LOPES, 2006). De acordo com Leite Lopes (2006, p. 37):

Cria-se a figura do “licenciamento ambiental” para atividades industriais, obras de construção civil, serviços, que possam causar “impactos” sobre a natureza, o patrimônio urbano ou a saúde pública. Nesse sentido elaborase nesses anos na Feema o SLAP – Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras –, catálogo de prescrições técnicas de atividades produtivas nos limites toleráveis para o licenciamento, com base na experiência da EPA (Environmental Protection Agency), agência federal de controle ambiental norte-americana.

O governo criou o SLAP em 1977 e dois anos depois surgiu o Manual do Meio Ambiente, “onde são consolidados os procedimentos, as normas e a legislação pertinentes” (LEITE LOPES, 2006, p. 37). Mas, conforme já listamos, essas medidas diziam respeito ao nível dos estados. Em seguida, foram implementadas decisões ao nível Federal, nos anos 1980:

Estabeleceu-se a Política Nacional do Meio Ambiente (1981) e surgiu o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (1985), que consolidaram estratégias e arranjos institucionais novos para a área ambiental. Criou-se, também, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), diretamente vinculado à Presidência da República e encarregado da formulação de políticas ambientais. Foram igualmente institucionalizados os conselhos ambientais estaduais e o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), abrangendo o conjunto de instituições do governo ligadas à proteção ambiental (nos níveis federal, estadual e municipal) e outros órgãos afins da administração pública. Finalmente, a nova Constituição Federal do Brasil de 1988 e as que se seguiram nos diversos estados da Federação trouxeram capítulos específicos sobre meio ambiente, marcando definitivamente sua incorporação à ação reguladora do Estado (LOUREIRO; PACHECO, 1995, p. 140).

Não se pode esquecer que, entre as medidas criadas no ano de 1985, foi também estabelecida a lei de ação civil pública. Sobre essa lei, e outros mecanismos criados, Leite Lopes (2006, p. 40) esclarece que:

[...]Essa lei de 1985 dá direito a que associações privadas, ONGs e Ministério Público, sem prejuízo das ações populares (lei anterior, dos anos 1960), possam entrar com ações na justiça contra as fontes que causem danos ao ambiente, ao consumidor, assim como a valores artísticos, históricos, turísticos e paisagísticos. Instituem-se compensações aos danos ambientais. Criam-se fundos públicos de multas e compensações. E vão sendo formulados preceitos jurídicos sobre os novos “direitos difusos”. Em 1986, o Conama instituiu uma política nacional de avaliação de impactos ambientais, exigindo estudos e audiências públicas para o licenciamento de

atividades potencialmente poluidoras. Os EIA-Rima são introduzidos na mecânica do licenciamento, com toda a classificação de atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental (extração mineral, indústrias, obras, serviços, transporte, atividades agropecuárias, uso de recursos naturais).

Com o estabelecimento dessas políticas, criavam-se normatizações ao nível federal voltadas à questão ambiental, ou seja, estavam-se definindo as regras do jogo, quais os limites legais que os jogadores poderiam usar no meio das disputas envolvendo interesses ligados ao meio ambiente. No meio dessas normatizações aconteciam disputas entre determinados setores da sociedade. Isto quer dizer que a temática ambiental se constituiu num processo de constantes conflitos. Portanto, as formulações dessas políticas não aconteceram de forma harmônica, mas construídas sob fortíssimas relações de poder. Leite Lopes (2006, p. 38-39) apresenta um exemplo importante sobre essa relação de construção de políticas voltadas à questão ambiental em meio a conflitos:

Todo o trabalho de construção institucional em torno do meio ambiente está permeado por conflitos sociais (entre diferentes grupos sociais desiguais relativamente aos meios e aos efeitos de poluição; e entre diferentes grupos militantes ou técnico-administrativos). Tal é o caso do decreto-lei de 1975, dito “decreto da poluição”, “que dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais”, promulgado em pleno regime militar. Esse decreto federal teve por origem um conflito social local, em torno do fechamento judicial de uma fábrica de cimento poluente em Contagem, Minas Gerais. Após manifestações de moradores das vizinhanças da fábrica contra a sua poluição, com o apoio do padre local, e após prisões de manifestantes, por suspeita de “subversão”, há uma reação de outras autoridades – que não as do aparelho de segurança – com apoio popular velado: o prefeito instaura uma ação por “direito de vizinhança” e o juiz fecha a fábrica, por desobediência às determinações municipais quanto à instalação de fábrica sem filtros. O governo federal reage fazendo o citado decreto, monopolizando no nível federal a faculdade de fechar fábricas (que tenham uma produção considerada de interesse nacional) por razões ecológicas e de poluição (note-se que após a redemocratização tem-se por jurisprudência permitir normas mais severas no nível local, isto é, as leis de controle ambiental podem ser mais restritivas no nível estadual, o mesmo sendo válido para o nível municipal).

Neste caso específico, observa-se que a formatação de uma lei com alcance federal foi resultado de disputas envolvendo inicialmente moradores das áreas vizinhas e o grupo responsável pela fábrica. Porém, diante da reação do prefeito local, o governo federal assumiu a função de fechar a fábrica. As disputas eram, inicialmente, locais e passaram pela avaliação das autoridades da cidade em questão. Porém, diante da possibilidade de fechamento da fábrica, os interesses do grupo econômico, possíveis relações com o governo ao nível federal e, também, os objetivos destes últimos condicionaram que a

questão tivesse encerramento pelas autoridades na esfera federal. Portanto, observa-se neste caso, como a formulação de leis ambientais aconteceram no meio de disputas que envolvem variados grupos e diferentes níveis da esfera estatal.

Leite Lopes (2006, p. 32) esclarece que:

Por outro lado, à medida mesmo que a temática se impõe e o movimento avança, os empreendedores eles próprios, causadores principais da degradação ambiental, também se apropriam da crítica à sua atuação e procuram usá-la a seu favor. O campo empresarial passa a dividir-se entre o pólo da acumulação primitiva ambiental e o pólo da apropriação da crítica, da “responsabilidade ambiental”, e mesmo da produção voltada para a viabilização da produção limpa e ambientalmente correta, acompanhada de novos lucros materiais e simbólicos. Entre esses pólos situam-se práticas que ora usam um ou outro elemento característico dos pólos típico-ideais opostos, de forma pragmática, como parte de estratégias no interior do campo. Tanto trabalhadores quanto partes das populações atingidas por danos ambientais passam a utilizar-se também da questão ambiental como repertório de seus interesses e reivindicações.

No meio dessas disputas, aqueles envolvidos e de acordo com as normas estabelecidas, assumem posicionamentos. Isto quer dizer que embora determinadas empresas possam ser acusadas, numa determinada situação, de causar danos ao meio ambiente, as mesmas, ao observarem novos formatos nas regras de jogo, podem melhor se posicionar e criar discursos “ambientalmente corretos”, com vistas a ganho no mercado e melhora da imagem da empresa perante suas sociedades, o que pode ocasionar mais ganho no mercado dependendo das exigências e vigilâncias de parcelas da sociedades sobre as políticas e os comportamentos dos sujeitos diante da realidade de seu ambiente natural. Por outro lado, movimentos e grupos atingidos por determinadas atividades que causaram problemas ambientais também refazem seus discursos e ações. O que permite o entendimento de que a construção de políticas ambientais e as ações dos movimentos ambientais acontecem num ambiente não apenas de permanente disputas e conflitos, mas numa rede de relações que se refazem constantemente de acordo com o momento histórico vivenciado.

Conforme alerta Leite Lopes (2006, p. 41) “essa produção de leis e normas e essa construção institucional continuam ao longo do tempo”. Um exemplo é que com a Rio-92, e com o estabelecimento da Agenda 21, novos formatos nas regras do jogo foram especializados. Porém, como o nosso estudo está centrado num grupo ambientalista dos anos 1980, ficamos concentrados nesse período. Outro ponto que não podemos deixar de mencionar, é que esse processo institucional no período aqui descrito, não apenas estava se iniciando como ainda era frágil. O objetivo foi explicitar como que, à medida que as

discussões em torno do ambientalismo foram sendo tecidas na sociedade com o aparecimento de movimentos sociais, conflitos também foram se instalando em torno dessa questão, assim como houve a necessidade do estabelecimento de regulamentações sobre o que se denominava “meio ambiente”. Nessas circunstâncias, não podemos achar que, de um momento para outro, houve um processo significativo da institucionalização dessa questão.

4. OS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA E A CHEGADA DA ALCOA NA ILHA DO MARANHÃO

Para a construção deste capítulo, inicialmente serão observadas as políticas desenvolvimentistas construídas principalmente pelos governos ditatoriais sobre a região norte e nordeste. Essas ações tiveram impactos no Estado, sendo que esta localidade também sofreu as consequências de tais políticas desenvolvimentistas, resultando em projetos como Grande Carajás e a instalação da Fábrica da Alcoa. Será examinado em que condições a empresa há pouco citada chegou a esta Ilha e as reações que esta entrada provocou no cenário local.

4.1 Programas desenvolvimentistas na Amazônia

Para o entendimento do que foi a formação do Programa Grande Carajás (PGC), é necessário antes recuperar as políticas de investimento concebidas pelo Governo Federal nos anos anteriores na Amazônia. Com o golpe civil-militar, o governo federal, sob o discurso da doutrina de “Segurança Nacional”, estabeleceu políticas voltadas para a região amazônica “com a argumentação de que a região Norte, por ser esparsamente habitada, deixava o país vulnerável a violações de fronteira, a movimentos de guerrilhas e ao ingresso de interesses econômicos estrangeiros” (ADRIANCE, 1996, p. 42). É nesse contexto que ocorre a produção da ideia da Amazônia como um “vazio demográfico”. De acordo com Marques (2007, p. 48):

A representação da Amazônia como um grande vazio demográfico, pode ser encontrada nos estudos de geopolítica que foram produzidos entre as décadas de 1930 e 1980. Influenciados por uma escola geopolítica que considerava a população como um dos instrumentos de poder dos estados, os estudiosos brasileiros, majoritariamente militares, detectavam na baixa densidade demográfica da região amazônica, um fator de risco à soberania nacional.

Uma representação como essa é construída com objetivos de demarcar novas relações de poder na região e a organização do espaço será ditada pelos objetivos do Governo Federal. Para isso, trabalhou com a ideia de que existia um “vazio de uma população comprometida com a preservação da soberania brasileira sobre a região” (MARQUES, 2007, p. 49). Percebe-se que a construção dessa concepção por partes dos militares e meios acadêmicos desconsidera a história de vida das comunidades que habitam a região, visando justificar determinados interesses das elites daquele período na localidade em questão.

Adriance (1996, p. 42) informa que:

Em outubro de 1966, exatamente dois anos e meio após a tomada de poder pelos militares, o governo criou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, ou SUDAM, com o propósito de integrar a região ao plano nacional de modernização. Sua principal atividade deveria ser estimular a economia amazônica por meio de um sistema de crédito e deduções tributárias para investidores privados. Companhia e empresários poderiam reduzir até 50% do imposto de renda devido, contanto que investissem o dinheiro na Amazônia. As reduções podiam constituir até dois terços do custo total do projeto. Uma vez que o plano global do regime militar para o progresso econômico do Brasil, orientava-se para as demandas do mercado exportador mundial, a produção deveria atender a essas demandas. Isso implicaria uma ênfase na agricultura comercial em grande escala, na criação de gado, nas atividades extrativas, na indústria e na mineração. Como, nos anos sessenta, a Amazônia era ainda a região isolada demais para constituir em mercado de produtos agrícolas comerciais, o regime deu incentivos especiais a fazendas de criação de gado.

Para institucionalizar novas políticas e dentro dos objetivos citados do governo federal, a SUDAM, deveria ser esse órgão de representação dos interesses do Estado na região, fomentando o dito desenvolvimento. Nota-se, nesta citação, que na visão dos representantes que fomentavam tais políticas, existe a construção da imagem desta região como “atrasada”. Ela aparece nas construções do Governo Federal como uma região problema, desconectada do país. Como não existem grandes concentrações industriais, construção de gigantescos projetos desenvolvimentistas, região apontada como de difícil acesso, ela é apresentada por essas caracterizações como uma região de baixo povoamento e que necessita de políticas desenvolvimentistas para gerar lucros ao país.

Neste caso e na visão das elites econômicas e políticas do período, a saída seria os projetos que alavancariam a integração dessa região ao país e que a tornariam como mais uma grande produtora e exportadora para o mercado mundial. Porém, percebe-se que já na sua concepção, as atividades desse órgão deveriam facilitar, com uma série de subsídios, os investimentos privados na região e o próprio Estado arcava com os riscos do projeto. Para fazer valer seus objetivos, os órgãos oficiais estabeleciam novas classificações na região. Sobre esta questão, Adriance (1986, p. 43) observa que:

A região para a qual o governo oferecia os incentivos fiscais não se limitava ao que tradicionalmente era conhecido como a Amazônia. Criou-se uma nova designação, “Amazônia Legal”, que incluía além dos Estados e Territórios cobertos pela floresta equatorial, a porção do Estado do Maranhão a oeste do meridiano 44, a parte do Mato Grosso acima do paralelo 16 ao sul do Equador e metade superior de Goiás, ao norte do paralelo 13, que atualmente compreende o Estado do Tocantins. A Amazônia Legal deveria cobrir cinco milhões de quilômetros quadrados, ou seja, 60% da área total do Brasil.

O estabelecimento do termo “Amazônia Legal” pelos órgãos oficiais não apenas expandia a possibilidade de crédito, mas também projetos para outras regiões que, agora,

integradas à Amazônia sob essa nova designação, também poderiam ser atingidas por tais objetivos. Neste caso, os órgãos oficiais do Estado, faziam classificações, divisões, demarcavam e criavam caracterizações sobre determinadas regiões do país, com vistas a implantar suas políticas e fazer valer seus objetivos. O projeto atraiu empresas e companhias não apenas de outras regiões do país, mas também de outros países. Porém, os problemas não demoraram em aparecer. “Entre 1966 e 1977, a SUDAM aprovou 549 projetos, dos quais a maioria era a fazenda de gado, sancionando mais de um bilhão de dólares em deduções tributárias” (ADRIANCE, 1996, p. 44).

A SUDAM falhou na observação e inspeção dos projetos. Quantias significativas foram investida na região pelo órgão em questão, porém, o dito crescimento não foi mantido. Interessante que o governo brasileiro que realizou tais políticas, argumentando entre outras questões a defesa do interesse nacional, com seus incentivos atraiu para a região uma série de grandes companhias mineradoras estrangeiras (ADRIANCE, 1996). Não podemos esquecer que tais projetos, também, resultaram numa migração desordenada para a Amazônia, principalmente de trabalhadores advindos do Nordeste. “Nos anos sessenta houve um súbito crescimento de assentamento espontâneo ao longo da Rodovia Belém-Brasília e de outras estradas construídas para facilitar os projetos em desenvolvimento” (ADRIANCE, 1996, p. 47). O governo federal ficou preocupado com a situação, ainda mais diante da seca que atingia o Nordeste, fato que impulsionava ainda mais trabalhadores e lavradores para a Amazônia.

Segundo Adriance (1996, p. 48):

[...] Em vez de propor a reforma agrária para a região, o que teria suscitado oposição por parte dos grandes proprietários rurais, Médici¹³ decidiu lançar um programa de colonização para redistribuir lavradores nordestinos. “Terra sem gente para gente sem terra” tornou-se o lema do governo, com patente desconsideração da condição humana e dos direitos à terra dos povos indígenas e dos migrantes que já povoava a Amazônia. Em junho de 1970, um decreto federal criava o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cujo objetivo era o reassentamento de lavradores.

A política de colonização de terras do governo resultou num grande insucesso. Além de não conceder aos pequenos produtores uma estrutura para desenvolver seus trabalhos, ficou complicado por parte destes acessos a mercados próximos. Os trabalhadores em questão ficavam expostos as ações de grileiros e pressão dos grandes proprietários que não aceitavam a expansão das políticas voltadas para colonização. O

¹³ Emílio Garrastazu Médici foi Presidente do Brasil entre os anos de 1969 e 1974.

próprio INCRA não obteve uma ajuda significativa do Estado, com vistas a reassentar lavradores que necessitavam de terras. Sendo assim, o INCRA alcançou um número bastante inexpressivo com relação àquilo que visava assentar (ADRIANCE, 1996).

As políticas na região amazônica continuaram beneficiando aos interesses do grande capital. Fato que permaneceu com a “chegada do general Geisel à presidência em 1974. Durante seu governo, houve uma completa mudança na política econômica, que abandonou a colonização pelos nordestinos em prol de grandes empreendimentos em mineração, silvicultura e criação de gado” (ADRIANCE, 1996, p. 51). A SUDAM continuou concedendo ajuda às corporações voltadas para mineração que se instalavam na região. O discurso da SUDAM apontava que tais investimentos eram necessários diante da geração de empregos que seria promovida. “De início tanto a criação de gado quanto a mineração parecem gerar empregos, no desmatamento da floresta e na construção de minas e refinarias. Porém, uma vez em operação, tais empreendimentos, não exigem grande número de trabalhadores” (ADRIANCE, 1996, p. 52). O que nos faz entender que essas atividades beneficiavam sobretudo os grandes investidores de capital e não a população local.

É neste contexto que a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD – desde 2007, a empresa adota designação de VALE S.A.), apresentou ao governo o Projeto Ferro Carajás. Em Carajás foram descobertos minério de ferro inicialmente e “depois verificou-se que (...) não havia somente minério de ferro. Havia também grandes depósitos de manganês, ouro, bauxita, cobre e outros minerais valiosos” (CARNEIRO, 2013, p. 43). Gistelinck (1988, p. 56) apresenta importantes informações sobre a descoberta de minérios na região citada:

No dia 13 de julho de 1967, num pouso planejado na clareira da serra Arqueada, para reabastecimento do helicóptero com combustível transportado no bagageiro, uma equipe brasileira da BEP¹⁴ iniciou a descoberta do enorme potencial de minério de ferro na região de Carajás. Após mais de dois meses a empresa deu entrada no DNPM¹⁵ de pedidos de pesquisa abrangendo uma área de 160.000ha. O diretor geral do DNPM mandou reconhecer a área e, após a confirmação do potencial de minério, transmitiu ao governo sua preocupação quanto ao risco de se permitir que o controle de tão fabuloso potencial ficasse em mãos de uma empresa multinacional. Após quase dois anos de negociação, a CVRD, que fora convidada pelo governo para participar do empreendimento, concluiu seus entendimentos com a United States Steel, sendo criada em 15 de abril de 1970 a Amazônia Mineração S.A. (AMZA), com 51% do capital pertencente a CVRD e 49% à United States Steel.

¹⁴ Conhecido como Brazilian Exploration Program, (BEP) era um projeto voltado para exploração de manganês desenvolvido pela empresa United States Steel (RODRIGUES, 2018).

¹⁵ DNPM é o Departamento Nacional da Produção Mineral.

Com a crise econômica de 1973, a United States Steel visava atrasar as atividades mineradoras na região. Porém, como esta sugestão não foi aceita, “em 1977 foi acertada a saída da empresa multinacional, mediante indenização de 50 milhões de dólares pelos investimentos realizados” (GISTELINCK, 1988, p. 56). Devido ao término da parceria entre CVRD e a empresa estrangeira, caberia à primeira a responsabilidade pela exploração de Carajás. Diante do potencial da região, uma série de empresas estrangeiras ali se instalaram. Gistelinck (1988, p. 56), cita algumas dessas empresas: “Alcoa, Alcan, Shell, Brascan, Patiño, Mitsui, Mitsubishi, Nippon Steel, e etc”.

De acordo com Marcelo Carneiro (2013, p. 43):

Um das primeiras questões a ser resolvida era a forma de transporte do minério de ferro extraído de Carajás. Duas alternativas se colocaram na época: o transporte através de uma hidrovía (Rio Tocantins) ou a opção da construção de uma ferrovia, atravessando os estados do Pará e do Maranhão. A opção adotada foi a da construção da Estrada de Ferro Carajás, cerca de 890 km, que liga a Serra dos Carajás ao Porto de Ponta da Madeira, no município de São Luís, no estado do Maranhão.

Estabelecia-se aquela que seria a estrutura (mina-ferrovia-porto) responsável para o trânsito do minério de ferro até São Luís. Lembrando que este projeto foi um divisor na história da Vale. A companhia em questão “não teria condições de manter seu lugar destaque que já tinha conquistado no mercado mundial de ferro, uma vez que as suas reservas em Minas Gerais não permitiriam a manutenção do ritmo atual de exportação, em custo e qualidade” (GISTELINCK, 1988, p. 57). O passo seguinte da empresa foi apresentar o projeto ao governo. Sobre esta questão Carneiro (2013, p. 44) informa que:

[...] Em 1978 a Vale apresentou o Projeto Ferro Carajás (PFC) para a Secretária de Planejamento da Presidência da República. O governo federal, tendo em vista a magnitude das obras de infraestrutura e o volume de recursos que seriam mobilizados, resolveu ampliar o PFC, criando um programa regional de desenvolvimento denominado Programa Grande Carajás, através do Decreto-Lei nº 1813 de 21 de novembro de 1980.

O Programa tinha como objetivo beneficiar empresas que viessem a se instalar na região do Programa (que incluía parte do território dos estados do Pará, Maranhão, e Tocantins, tendo como limite o paralelo 8º e os rios Parnaíba, Xingu e Amazonas) através de incentivos financeiros (empréstimos subsidiados) e isenções fiscais que seriam concedidos através de instituições públicas operando na região, caso da Superintendências Regionais de Desenvolvimento como SUDAM e SUDENE¹⁶ e da própria estrutura montada para organização do PGC.

Portanto, o PGC é um desdobramento do Programa Ferro Carajás. Porém, um programa ampliado, abrindo as possibilidades de exploração econômica na região a outras empresas que visavam investir na mesma. Este projeto objetivava “desde o início a

¹⁶ SUDENE: Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste.

produção em grande escala para exportação, tanto no segmento minero-metalúrgico, como nos segmentos de exploração florestal e de agropecuária, com técnicas modernas e esquemas amplos de produção” (GISTELINCK, 1988, p. 59). Sobre os investimentos específicos do Programa em determinadas regiões, Barbosa (2013, p. 117) fornece as seguintes informações:

Os polos industriais do Programa Grande Carajás seriam localizados: 1) São Luís: usina de alumínio e alumina da ALCOA; 2) Polo Barcarena: usina de alumínio e alumina da ALBRAS; 3) Paragominas: mineração de bauxita; 4) Carajás: com mineração de ferro; 5) Tucuruí: fabricação de ferro gusa; 6) Marabá: metalurgia e carvão vegetal; 7) São Félix do Xingu: mineração de cassiterita. Após o beneficiamento primário, esses produtos seriam destinados ao mercado externo.

Mesmo com os investimentos citados, uma das grandes interessadas e beneficiadas com o projeto foi a CVRD. Não apenas porque tais projetos contribuíram na manutenção da empresa como grande produtora mundial do minério, mas porque viabilizaram a estrutura responsável para tornar tudo isso viável. Segundo Carneiro (2013, p. 41):

[...] o principal responsável pela organização do que veio a ser conhecido como o Programa Grande Carajás e dos empreendimentos que ficaram dessa iniciativa foi e continua sendo a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD, desde 2007 renomeada para somente Vale), embora diversos outros agentes estatais (SUDAM, SUDENE, governos estaduais, governo federal, BNDES¹⁷, etc.) tenham contribuído para a instalação da exploração mineral de Carajás e para o fomento das outras atividades como a produção de ferro-gusa, a sojicultura e o plantio de florestas de eucalipto.

Uma das críticas feita ao PGC foi o fato de ser um programa autoritário (GISTELINCK, 1988). Decisões tomadas pelo governo federal juntamente com empresas interessadas, e como observamos inicialmente a Vale, não possibilitaram diálogos com a sociedade e nem com áreas atingidas por tais projetos. “A execução do PGC foi caracterizada por um processo decisório centralizador. Todo o poder de decisão e o processo de formação dessa decisão são concentrados em um círculo pequeno e fechado de técnicos e de políticos do governo federal” (GISTELINCK, 1988, p. 64).

O PGC era mais um dos grandes programas classificados sobre a marca do desenvolvimentismo, da ditadura civil-militar e adotava o discurso de um país que despertava para ser uma grande potência, baseando-se na lógica do crescimento a qualquer custo, com visível ausência de preocupação para com as questões ambientais.

¹⁷ BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento.

Para uma dimensão do tamanho deste projeto e do investimento, Hall (1991, p. 59) concede as seguintes informações:

[...] oficialmente inaugurado, em 1980, 13 anos após a descoberta de seus ricos depósitos de minério de ferro, o PGC é hoje a ponta de lança da fase mais recente do desenvolvimento da Amazônia, com extração de minerais orientada para a exportação e atividades industriais correlatas. A pura escala do projeto é, na opinião de numerosos observadores, simplesmente assombrosa. Cobrindo uma área de quase 900.000 km², ou seja, do tamanho da Grã-Bretanha e França juntas, ou quase 11% do país [...], os investimentos no PGC em um período de dez anos, de 1981 a 1990, foram inicialmente projetados em US\$ 62 bilhões, embora se espere que os números reais no período sejam substancialmente mais baixos[...]. O projeto tem como núcleo grandes investimentos em extração e beneficiamento de minerais, juntamente com a infraestrutura ancilar, embora o PGC se estenda também a empresas agrícolas, de criação de gado e silvicultura.

Mesmo com todo esse tamanho e dado a característica de ser um programa com objetivos exportadores, produziu-se nos anos 1980 críticas que apontavam que o programa levaria “a péssimos resultados: o Pará ficará com o buraco, o Maranhão com a sujeira e os países ricos com o lucro” (GISTELINCK, 1988, p. 66). Também, no período há pouco citado, já falava-se de como o projeto aumentaria “o processo de desmatamento, sobretudo pela implantação de usinas de ferro-gusa, que precisam de grandes quantidades de carvão vegetal” (GISTELINCK, 1988, p. 67). Outra questão que o PGC contribuía naquele período é que dado seus investimentos e incentivos, as indústrias mais pesadas e poluentes e com necessidade de mão-de obra com menor qualificação se transferiam principalmente para região Norte, contribuindo para deterioração da situação ambiental nessas regiões (GISTELINCK, 1988).

Como estamos realizando um trabalho dissertativo sobre a construção de uma luta com viés ambiental e, nesse caso, esse processo envolveu uma empresa do setor de alumínio e alumina, é necessário também pontuarmos de forma mais específica, o processo de estabelecimento desse tipo de produção na região amazônica, antes de entendermos a chegada da Alcoa no Maranhão.

De acordo com Maurílio Monteiro e Eder Monteiro (2009, p. 17):

A instalação de fábricas de alumínio primário na Amazônia oriental brasileira se deu no contexto de reestruturação da indústria mundial de alumínio, no qual os governos militares se empenharam para que, paralelamente à exploração das reservas de bauxita, fossem também regionalmente produzidas alumina e alumínio primário, o que se fez por meio da adoção de uma série de medidas que favoreceram os capitais interessados na valorização da bauxita, da alumina e do alumínio primário.

Com a crítica a questão ambiental se fazendo crescente nos países centrais em termos de capitalismo e com a necessidade de investimentos em suas economias que “países em crescimento” apresentavam, houve deslocamentos de indústrias mais pesadas para regiões que se diziam abertas à poluição, como no caso do discurso do governo brasileiro em Estocolmo. Como o objetivo do governo era explorar as riquezas minerais da Amazônia oriental brasileira, planejou-se, conseqüentemente, a produção de alumina e alumínio, nesse caso um tipo de produção considerada como suja. De acordo com Paiva (2009, p. 132):

A descoberta de reservas de 600 milhões de toneladas de bauxita de ótima qualidade próximas ao rio Trombetas, município de Oriximiná, em 1967, deu início à implantação e consolidação do ciclo do alumínio no Pará. A cadeia de produção de alumínio totalmente paraense foi um dos principais fatores para o Brasil sair da condição de importador para exportador de alumínio primário para o mundo.

Com a descoberta de grande concentração de bauxita, matéria prima básica para a produção do alumínio, o Estado do Pará, passava a ser classificado como uma região com enorme potencial produtor de alumínio para o mundo. Segundo Maurílio Monteiro e Eder Monteiro (2009, p. 17), com o plano de tornar viável esse projeto é estabelecida:

[..] em 1973, a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. (Eletronorte), com a finalidade de viabilizar a implantação de usinas capazes de aproveitar o potencial hidroelétrico da região, tarefa indispensável para a transformação industrial da alumina em alumínio. Assim, logo após a sua criação, a Eletronorte assumiu a coordenação da construção da Usina Hidroelétrica de Tucuruí.

Como a produção de alumina e alumínio necessita de grande consumo de energia era importante na visão dos governos e das corporações que possuíam interesse no projeto, a construção de hidrelétricas. É nesse contexto que ocorre a construção da usina de Tucuruí. O passo seguinte era a definição das empresas que fariam investimentos na cadeia produtiva do alumínio. Segundo Paiva (2009, p. 133):

Em 1972 a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), então estatal, foi convocada pelo governo para revitalizar a Mineração Rio do Norte (MRN), empresa que fazia a extração do minério e estava com as obras paralizadas. O envolvimento da Vale despertou o interesse dos japoneses, seus tradicionais parceiros comerciais. Em 1976 os governos brasileiro e japonês se comprometeram a cooperar na construção no Pará de um complexo para a produção de alumínio.

Maurílio Monteiro e Eder Monteiro (2009, p. 18) ainda informam:

Como parte destas novas formas de investimento em “países em desenvolvimento”, que se generalizaram mundialmente na década de 1970, consolidou-se, em 1978, a Albras¹⁸, uma associação entre a CVRD e a [...],

¹⁸ Albras é a sigla que diz respeito a empresa Alumínio Brasileiro S.A

Nippon Amazon Aluminiun Corporation (NAAC), que representava um consórcio, mais amplo, que envolvia 33 empresas e o próprio Estado nacional japonês que, participou com 49% do empreendimento, cabendo o restante à empresa brasileira. Para a produção da alumina, criou-se a Alunorte¹⁹, na qual a participação do consórcio japonês seria menor do que na Albras, e deveria ser equivalente a 39,2% do empreendimento.

Neste novo formato de projetos desenvolvimentistas, o governo viabilizava a infraestrutura necessária para este tipo de produção. No caso brasileiro, o governo arcou com os custos da usina de Tucuruí. Enquanto isso, criaram-se consórcios que tornaram possíveis os investimentos e produção de alumínio e alumina fato que resultou na formação da Albras e Alunorte. É importante registrar que:

Sob tais condições, e com o apoio e aval estatal ao empreendimento, a Albras foi instalada no distrito industrial de Barcarena, em uma área com cerca de 320 ha, próxima ao terminal portuário. O Governo Federal, por meio da Portobras²⁰, construiu o porto de Vila do Conde para atender às demandas de carga e descarga derivadas da produção do alumínio. Ele foi edificado em uma área de 430 ha à margem direita do rio Pará, no local então denominado Ponta Grossa, com condições para receber navios de grande calado. Já a implantação da malha viária que serviria ao projeto foi efetivada pelo Governo Estadual (MONTEIRO; MONTEIRO, 2009, p. 19)

O Estado, com as medidas citadas acima, tanto na instância estadual como na federal, tornou possível a realização desses empreendimentos. Formatou-se toda a estrutura, definiram-se as localidades e a entrada de empresas que fariam parte do processo de produção de alumínio. Sobre essa questão, Paiva (2009, p. 134) ainda informa que:

Consolida-se assim o ciclo do alumínio no Pará. A bauxita extraída pela MRN é utilizada pela Alunorte, que entrega à Albras a alumina, que dá origem ao alumínio primário exportado para o Japão e a Europa, ficando apenas uma parte para o consumo interno.

O Pará concentrava no seu território a cadeia produtiva do alumínio. Porém, as consequências não tardaram em aparecer:

Em Oriximiná (PA), a Mineração Rio Norte (MRN) que explora as reservas de bauxita nesse município, provocou degradação do meio ambiente com os rejeitos da mineração a partir da emissão de partículas sólidas e material estéril, como argila, bauxita fina e areia. O maior desastre foi causado no lago do Batata. As populações locais, formadas em sua maioria por camponeses e ribeirinhos foram alijadas de seus direitos sobre as áreas de castanhais que ficam ao norte da Floresta Nacional de Sacará-Taquera, onde a mineradora está situada. Já a Alumínio Brasil S/A (ALBRAS) e a Alumina Norte Brasil S/A (ALUNORTE), grandes produtoras nacionais de alumina e alumínio instaladas no município de Barcarena (PA), têm causado enormes prejuízos às comunidades locais com o carreamento de poluentes compostos com dióxido de alumínio e soda cáustica para os cursos d'água (PEREIRA; AFONSO; CRUZ NETO, 2010, p. 67).

¹⁹ Alunorte: Alumina Norte Brasil S.A.

²⁰ Portobras: Empresa de Portos do Brasil S.A

Neste caso, observa-se as graves consequências no ambiente que esses projetos provocaram desde sua instalação. Sobre o desastre do lago Batata, Lúcio Flavio Pinto (2018, s/p) ainda informa que:

A mina de bauxita da Mineração Rio do Norte começou a funcionar em 1979. O rejeito da lavra era atirado nas águas do lago Batata, sem piedade. Em 1985, 20% da superfície do lago, um dos vários que decoram as margens do Trombetas, já estavam sedimentados. Com apenas seis anos de despejo da argila, que não servia para a produção do bem seguinte na cadeia do alumínio, a alumina, já era uma tragédia
[...] Se o processo continuasse como fora concebido, em uma década e meia, pelo menos metade do lago já estaria sedimentada. Ao invés de água, um terreno argiloso. Um desastre de bom tamanho, evitado pela repercussão da imagem do lago aterrado pela insensibilidade da mineradora, transmitida pela TV Globo, quando acompanhava a visita do então presidente José Sarney a Porto Trombetas.

O desastre do Lago Batata provocou contaminação das águas do local, morte de peixes, além de afetar a sobrevivência de algumas famílias que dependiam de atividades pesqueiras, necessitando as mesmas de procurar outra forma de subsistência (PALMQUIST, 2002). A situação em Barcarena é também preocupante. Com a entrada na região das empresas Albras e Alunorte, houve a “desapropriação de aproximadamente quinhentas famílias” (SANTA BRÍGIDA, 2010, p. 34). Um exemplo dessa situação é que vem acontecendo com a Vila de Itupanema. Localizada na região noroeste de Barcarena, esta localidade “durante muito tempo, teve um povoamento muito lento, constituindo-se, portanto, em um pequeno vilarejo de sitiantes rurais. Na década de 80, seu crescimento era ainda relativamente baixo” (SANTA BRÍGIDA, 2010, p. 36). Na década de 1990, verificou-se um crescimento populacional, quando “a vila recebe muitas pessoas excluídas do Projeto ALBRAS, e também trabalhadores oriundos da construção da Alunorte, que ajudam a fundar inúmeras áreas periféricas em Itupanema” (SANTA BRÍGIDA, 2010, p. 36).

De acordo com Santa Brígida (2010, p. 36):

Boa parte dos moradores mais antigos de Vila de Itupanema possuía sítios nas áreas ocupadas pela ALBRAS e pela ALUNORTE. A CODEBAR²¹ e a Companhia de Desenvolvimento Industrial (CDI) desapropriaram os terrenos localizados à beira do rio Pará. Nestes sítios eles trabalhavam nas roças, nas quais plantavam mandioca, milho, arroz, feijão, melancia, amendoim, como também pescavam, caçavam e coletavam muitas frutas. Entre elas: pupunha, bacuri, uxi, cupuaçu, biriba, piquiá, entre outros, e ainda extraíam carvão. Estes moradores se referem com muito pesar a estas perdas, pois não perderam simplesmente seus sítios, mas, como dizem na região, formas de sobrevivência. Pois de lá tinham como adquirir alimentos

²¹ CODEBAR: Companhia de Desenvolvimento de Barcarena

básicos importantes, sem estas alternativas, passaram a comprar estes produtos ou consumi-los em menor quantidade, e até deixar de consumir os de menor importância na dieta alimentar. Tem-se assim mais uma questão, a segurança alimentar.

Projetos desenvolvimentistas, como os constituídos pela mineração, não apenas provocam a contaminação da área nos locais em que se instalam, mas alteram formas de sobrevivências, pois as poluições que geram impedem que famílias e comunidades tradicionais retirem seus sustentos nos formatos em que antes possuíam. Um exemplo do que estamos expressando é o que acontece com a pesca na região:

Segundo alguns dos antigos moradores, após a instalação da ALBRAS e da ALUNORTE; ocorreu uma diminuição significativa na quantidade e tamanho dos peixes, que costumavam pescar nos “pesqueiros” (locais onde os peixes se concentravam), e que também, são encontrados, com frequência, peixes mortos na orla, mais próximo ao terreno daquelas empresas (SANTA BRÍGIDA, 2010, p. 37).

Para citarmos os perigos que as atividades dessas empresas representam onde são instaladas, podemos citar um caso mais recente:

A poucos metros da casa de Maria Salestiana Cardoso, 69 anos, é possível presenciar a degradação do igarapé do Bom Futuro, um braço do rio Pará, em Barcarena. A margem do manancial foi tomada por lodo. “Não serve para mais nada”, diz a ribeirinha, que lamenta que as águas estão impróprias ao consumo depois do transbordamento de lama vermelha da produção de bauxita da mineradora norueguesa Hydro Alunorte. “O igarapé morreu, não tem mais peixe”. Maria Salestiana foi uma das moradoras da zona rural de Barcarena que denunciou o vazamento da bacia de resíduos sólidos da empresa em 17 de fevereiro passado. A cidade, que fica a 40 quilômetros de Belém, chamou a atenção internacional quando um laudo do Instituto Evandro Chagas (IEC) confirmou a contaminação dos mananciais e dos poços artesianos por substâncias tóxicas como arsênio, chumbo, mercúrio, cobalto, urânio, alumínio e cobre por níveis acima dos aceitáveis à saúde humana pela resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) (XAPURI SOCIOAMBIENTAL, 2018, s/p).

Conforme a citação acima, o caso diz respeito ao que aconteceu em Barcarena, quando um lago de lama vermelha de produção de bauxita transbordou causando uma série de contaminações na região. Os casos provocados pelas atividades das mineradoras geraram pesadas consequências sobre as populações das regiões atingidas pelos projetos dessas empresas. Esses projetos construídos sobre a marca do desenvolvimentismo e com suas promessas de melhoras a regiões atingidas têm construído um cenário de poluições, desaparecimento de espécies e alterações das formas de sobrevivências das comunidades locais.

Podemos ainda citar, além da contaminação ambiental, as pesadas consequências sobre a saúde das populações locais e dos trabalhadores submetidos a esses tipos de

produção. Portanto, toda a cadeia produtiva do alumínio, desde extração da bauxita, produção de alumina e alumínio, resultaram num processo primeiramente de estruturação do negócio na região Amazônica, onde verificou-se uma grande concentração da matéria-prima necessária a tal produção. Este projeto por sua vez, mostra-se altamente poluente e necessitando de uma grande quantidade de consumo de energia. Nesse caso, constituiu-se num outro motivo para o interesse na estruturação do negócio na região. Porém, era necessário tornar viável o projeto. O que o tornou possível foi a atuação do Estado, tanto nas esferas estadual e federal. Com a reorientação dos governos ditatoriais de explorar a região, principalmente as riquezas minerais, construiu-se a hidrelétrica de Tucuruí, portos e estradas. Mas, com uma produção com essas características, as populações dessas localidades sentiram pesadas consequências tanto no aspecto da saúde, quanto ambiental. Isto, sem falar das consequências sociais, com deslocamentos de comunidades rurais e povos indígenas.

O que notamos na estruturação desses projetos desenvolvimentistas é que mediante as investidas que a ditadura civil-militar fazia na região Amazônica e regiões atingidas por tais projetos, o Estado e seus órgãos oficiais exerciam o papel de primeiramente estabelecer classificações, divisões sobre as regiões atingidas. Classificações como “Amazônia Legal”, “vazio demográfico”, região “pobre e atrasada” serviram para instituir a imagem de uma região que necessitava de interferência urgente.

Isto quer dizer que, para intervir, o Estado não utilizou apenas a violência física, mas também exerceu uma violência simbólica, com suas caracterizações e construções de imagens sobre a região, apresentando-as como se lhes fossem próprias. O que conduz a imagem a parecer como algo natural. Tanto que uma das imagens construídas sobre a Amazônia era de ser uma região de difícil acesso. Provocando assim outra representação que seria de ser completamente desconectada do país. Neste caso e para justificar os objetivos políticos e econômicos aparece a construção de outras representações. A vinda de máquinas, de empresas, de grandes investimentos, para corporificar a ideia de um país que “ia para frente”, inclusive, tirando do “atraso” a Amazônia. Porém, o que os fatos mostraram foi algo completamente diferente. Um grande aumento do número de conflitos e desigualdades, além de desrespeito a estilos de vida de comunidades.

4.2 Programas Desenvolvimentistas no Maranhão

A chegada da Alcoa em São Luís, também foi fruto dos investimentos que foram realizados em projetos desenvolvimentistas na região denominada de “Amazônia Legal”, conforme observamos. Projetos que após a descoberta de minério de ferro e outros minerais foram voltados principalmente para a exploração mineral. Para o entendimento da chegada da Alcoa em São Luís é necessário também compreendermos que rumos e discursos eram adotados na política econômica maranhense, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, que também viabilizaram a chegada dessa corporação a cidade de São Luís. A adoção do discurso desenvolvimentista e modernizador foi a justificativa encontrada para tal inserção. Porém, esse discurso é anterior ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980 no Maranhão. O que torna necessário recuperarmos um pouco dessa trajetória para entendermos as conotações políticas e econômicas desse discurso desenvolvimentista local.

Costa (2105, p. 197) adverte que “a inserção do Maranhão no contexto discursivo da ideologia nacional-desenvolvimentista se deu ainda sob a égide do vitorinismo”. Procurando referência no trabalho de Palhano, Costa (2015) conclui que durante o período de 1957 à 1965, momento em que as lideranças no poder do Estado estavam relacionadas a Vitorino Freire (Matos Carvalho e Newton Bello), as construções desenvolvimentistas desses governos possuíam ligações com as “formulações da corrente nacional-desenvolvimentista dominante em nível nacional” (COSTA, 2015, p. 198). Portanto, a adoção de discursos desenvolvimentistas que prometiam, através de planejamentos, projetar a realidade local a um outro patamar já vinha nesta localidade sendo construída bem antes da chegada do grupo político liderado por Sarney ao poder.

Segundo Costa (2015, p. 199):

[...] O discurso modernizante, desse modo, se, por um lado, não pode ser apontado como uma inovação do grupo Sarney, dado que o vitorinismo também já o adotara, por outro lado, possui profundas raízes na integração da economia maranhense ao processo de expansão do capitalismo monopolista em escala nacional (e seu correlato ideológico, o nacional-desenvolvimentismo), integração iniciada na década de 1950 e intensificada pelas políticas na área econômica postas em prática pela ditadura militar a partir de 1964. O discurso da modernidade, então, foi imposto a partir de fora, mas adaptado e ressignificado para o contexto maranhense.

O que se percebe nas informações apontadas é que a trajetórias dessas concepções desenvolvimentistas na política maranhense estavam atreladas às orientações e aos discursos ideológicos defendidos e implementados por elites políticas e econômicas do país desde os anos 1950. As elites políticas e econômicas locais adotaram tais discursos de acordo com o cenário destas regiões. Um dos objetivos de adotar tais práticas seria

promover a ligação da economia local ao contexto nacional. Porém, com a chegada de Sarney ao poder, construiu-se a ideologia de um “Maranhão Novo”, que de acordo com Costa (2015, p. 199) procurou:

[...] obscurecer dimensões fundamentais desse processo. Em primeiro lugar, ao construir o mito de que era uma novidade, um marco zero na política regional; em segundo lugar, ao procurar apresentar como resultado de sua ação (como obra de sua “vontade criadora”) os chamados “benefícios” de um processo de modernização na verdade bem mais amplo e complexo (em escala nacional e internacional) e que escapou, em boa parte senão na maioria das vezes de sua órbita de ação e decisão.

Não podemos deixar de mencionar que o golpe civil-militar de 1964, favoreceu a subida de Sarney ao governo do Estado. Porém, a proposta de um “Maranhão Novo”, procurou estabelecer o discurso que agora o Estado ia conhecer o desenvolvimento, sair do atraso. Como se propostas desenvolvimentistas realizadas no seu governo fariam o Estado conhecer uma nova dimensão em sua história. Ao mesmo tempo essa estratégia de legitimação procurou associar a Vitorino e seu grupo um sinônimo de atraso.

Daí a apresentação de um projeto que visava qualificar de “novo” aquele momento que os maranhenses estavam vivendo e viveriam. Estava sendo propagado no discurso de Sarney e seu projeto que o “Maranhão “voltava à História” depois de ter perdido o “bonde”, que o futuro seria possível se sepultado o passado” (COSTA, 2015, p. 197). O que explica a ideia do grupo representado por Sarney de associar não apenas ao passado, ao atraso, mas à pobreza as responsabilidades das ações dos governos representados por aqueles ligados a Vitorino Freire. Ao mesmo tempo, o novo serviria para indicar que esse governo nada teria em relação com os anteriores. Indicando não apenas uma ruptura, mas como se a população local ganhasse com o governo em questão uma “nova vida”.

Sobre o “Maranhão Novo”, Costa (2015, p. 200) fornece importantes informações:

[...] O projeto “Maranhão Novo” é um exemplo típico de uma proposta de modernização conservadora, pois, de um lado, perseguiu o desenvolvimento econômico através de várias iniciativas, tais como: a criação de um organismo de planejamento (a Sudema - Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão), o investimento em infraestrutura de transportes e energia (Porto do Itaqui, Rodovia São Luís - Teresina, hidroelétrica de Boa esperança, petróleo !?), a prioridade dada aos “grandes projetos agropecuários” em detrimento dos pequenos produtores rurais, a “modernização” da estrutura de propriedade fundiária com a Lei de Terras de 1969 (que ampliou o espaço para a grilagem com apoio do governo do estado e para a venda de terras devolutas a grupos privados).

O que observamos no projeto citado é a montagem de infraestruturas e órgãos pelo Estado que viabilizasse grandes investimentos de capital no Maranhão. Isto quer dizer

que seriam feitas grandes construções baseadas em alardes desenvolvimentistas, prometendo melhoras ao Estado. Mas, pelos conteúdos dos investimentos, observa-se que eles mais favoreciam ao grande capital e à concentração de renda do que às camadas menos favorecidas. Porém, conforme esclarece Costa (1999, p. 200) “o projeto ‘Maranhão Novo’ possuía um conteúdo social, pelo menos no discurso, numa fórmula que conjugava Desenvolvimento e Justiça Social”.

Apesar do discurso, o programa desfavoreceu a maior parte da população local. Um bom exemplo foi a citada Lei de Terras de 1969, que favoreceu aos grandes negócios em agropecuária e ao mesmo tempo aumentou a dependência de pequenos agricultores aos grandes proprietários rurais diante das impossibilidades de acesso as terras, e a eclosão vários conflitos por terras no estado, com lavradores lutando pela posse não apenas de seus pequenos espaços, mas por sua própria sobrevivência. Diante das desigualdades que o projeto resultou, Costa (2015, pp. 200-201) adverte que:

[...] diante da intensificação dos conflitos e das desigualdades sociais resultantes desse mesmo processo, a oligarquia respondeu com os tradicionais mecanismos de repressão policial e judicial, naquele momento, especialmente dirigidos contra a luta dos trabalhadores do vale do Pindaré. Os resultados a longo prazo dessa modernização capitalista conservadora (ou autoritária) podem ser evidenciados a partir dos indicadores socioeconômicos do Maranhão nessas últimas décadas, os quais atestam o quadro de miséria, analfabetismo, enfim, caos social, em que sempre tem vivido a população maranhense.

O que observamos é que diante das construções desenvolvimentistas tão propagadas não apenas pelo governo Sarney, mas até anteriormente, procurou-se adotar um discurso legitimador, o que é usual em se tratando de estratégias desenvolvimentistas, que é o suposto favorecimento à população local. Apesar da estratégia e discurso que o “Maranhão Novo” prometia, o que se denota na realidade é o caráter concentrador de rendas que tais projetos geram perante a sociedade, ocasionando diversos tipos de conflitos. Diante das resistências e lutas das populações locais, se utiliza outro velho mecanismo, quando não o jurídico, as forças repressoras, como formas de manter os interesses visados pelas elites em tais projetos e intimidar a população afetada.

As questões levantadas mostram que a inserção de projetos desenvolvimentistas no cenário local estavam relacionadas aos interesses, discursos e estratégias das elites políticas e econômicas ao nível nacional, ligadas ao nacional-desenvolvimentismo. Porém tais inserções acontecem no meio de disputas políticas locais sendo ressignificadas perante a população desta região. Sendo assim, essas construções que associam o grupo vitorinista como sinônimo de atraso e o grupo Sarney como ligado ao progresso, precisam

ser desconstruídas, pois favorecem ainda mais às construções do segundo grupo que se coloca como porta voz da modernidade no estado (COSTA, 2015).

O que percebemos é a construção ideológica do grupo Sarney com a ideia de “Maranhão Novo” que visa se colocar como o fundador de projetos que colocariam o Estado num suposto novo patamar em termos de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, tais construções, visavam deslegitimar ações do grupo adversário, associando-o ao que seria o passado, taxando-o de retrogrado. Nesse contexto e num momento de expansão do capital (COSTA, 2015, p. 199):

[...] a nova oligarquia buscou se situar nesse processo adotando uma prática e um discurso desenvolvimentistas, procurando reservar para si determinadas funções de mediação entre o Estado e os interesses privados, através da adaptação da estrutura do governo estadual e sua utilização patrimonial, ao mesmo tempo em que subordinava, de forma muito estreita, a “máquina” do Estado aos interesses da acumulação de capital.

É importante perceber, diante da citação, que o grupo político representado por Sarney atuava como um mediador de grupos econômicos que possuíam interesses no estado, facilitando a entrada de tais grupos no Maranhão. Portanto, não se pode entender as ações deste grupo desvinculadas do contexto da política econômica ao nível nacional (COSTA 2015). Pois, no momento em que este grupo chegava ao governo, haviam investimentos e um forte discurso desenvolvimentista usado pelos governos ditatoriais e as elites a eles ligados.

No meio desse processo, o grupo liderado por Sarney procurou se posicionar, adotando o discurso desenvolvimentista dominante no país, como forma de atrair para si dividendos dentro dos movimentos que o capital exercia. Concordamos com Costa (2015, p. 191) quando afirma que “a oligarquia Sarney tem desempenhado um importante papel no processo de expansão do capitalismo no Maranhão, não tanto como promotora desse processo, mas sim como gestora/administradora do processo de modernização econômica do espaço regional”

No meio das disputas e usos dos discursos desenvolvimentistas, não se pode deixar de mencionar que a vitória de Sarney em 1965 e sua chegada ao governo do Maranhão não significaram que seu grupo político havia se estabelecido no controle político do estado (COSTA, 2015). Quem fornece importantes informações sobre essa questão é Costa (2015, p. 201):

A vitória eleitoral de 1965 não pode ser considerada, no entanto, como o momento de consolidação do grupo Sarney no comando político do estado. Muito pelo contrário, ela assinalou o acirramento do conflito entre as facções vitorinista e sarneísta pelo controle do poder político regional,

conflito que perpassou os governos de José Sarney (1966/1970), Pedro Neiva de Santana (1971/1974) e Nunes Freire (1975/1978).

Este fato é compreendido devido às mudanças realizadas pelo golpe civil-militar com a fabricação dos Atos Institucionais, que tornaram de forma indireta a eleição de governadores e estabeleceram o bipartidarismo. Os grupos políticos locais brigavam para conseguir influência junto as cúpulas militares assentadas no poder. Isto explica porque o grupo Sarney não conseguiu colocar candidatos seus nos governos seguintes no estado. Com o bipartidarismo e com a formação da Arena como partido político ligado aos interesses do executivo nacional, os grupos representados por Sarney e Vitorino se aliaram a este partido e promoveram uma divisão dentro do mesmo, além do fato de que ainda existiam grupos de peso bem menor dentro desta estrutura (COSTA, 2015). “Essa polarização foi a mais importante do período, em lugar da polarização Arena x MDB, que principalmente a partir das eleições de 1974, marcou o cenário nacional, já no contexto do processo de liberalização política (...) iniciado pelo governo Geisel” (COSTA, 2015, p. 202).

Costa (2015, p. 203) informa que:

Voltando ao plano mais geral, pode-se observar que as eleições de 1978 foram fundamentais para a afirmação da oligarquia Sarney no comando político do Maranhão. Contando com suas ligações no governo federal e na cúpula da Arena (da qual foi eleito presidente nacional nesse período), José Sarney obteve uma vitória decisiva, que lhe valeu a eleição indireta de João Castelo para governador, eleição dos senadores e da maioria dos deputados.

Conforme citado, a indicação de Castelo ao governo do Estado resultou no estabelecimento e controle da política estadual do grupo político comandado por Sarney. Observe que o ano é 1978, momento em que as políticas de investimentos dos governos ditatoriais nas regiões norte e nordeste já vinha passando por uma reorientação, procurando aproveitar suas potencialidades naturais e transformando tais recursos num interessante mercado de exploração. Momento também em que o Estado brasileiro vindo do dito “milagre econômico”, agora diante da crise do petróleo, adotava a postura de atrair maiores investidores privados para a Amazônia, principalmente reduzindo mecanismos fiscais sobre as atividades dos mesmos e fomentando a infraestrutura para seus projetos.

O Maranhão era inserido nas rotas de exploração do mercado internacional, procurando-se aproveitar não apenas suas bases de recursos naturais, mas a sua propaganda localização geográfica com Portos que facilitassem o escoamento da produção. Desde o final dos anos 1960 houve por parte do estado a formação de uma política industrial. Nesse contexto foi formatado “o primeiro Distrito Industrial em São Luís, localizado na

área Itaqui-Bacanga, próximo ao Porto do Itaqui, em construção à época, sendo reservado um terreno para a construção de uma siderúrgica da SIDERBRAS²²” (GOMES, 2009, p. 36). Depois foram estabelecidas também como áreas que compreendem o Distrito Industrial as regiões do Tibiri e Pedrinhas. Com as facilidades tributárias e fiscais oferecidas pelos governos e incentivos também ofertadas por órgãos como SUDAM e SUDENE, a instalação de indústrias ganhou forças no Maranhão (GOMES, 2009).

Gomes informa (2009, p. 36) que:

Dentre as ações do governo do Maranhão voltadas para a política industrial implementadas na década de 1970, destaca-se a criação da Secretaria de Indústria e Comércio, em 1973, a quem caberia o planejamento da política industrial no Maranhão, a instituição da Companhia de Desenvolvimento Industrial (CDI), em 1974, e a inauguração do Porto do Itaqui nesse mesmo ano.

Essas ações tinham por referencial as descobertas de grandes concentrações de minérios de ferro em Carajás, e a perspectiva de que São Luís seria o local para que determinada produção fosse escoada devido localização de seus portos (GOMES, 2009). Porém, com a crise econômica, foi repensado um novo formato de exploração para a Amazônia. Nesse caso, surgiram “Grandes Projetos voltados para a mineração, que irão fazer com que a minero-metalurgia na Amazônia se expanda segundo novos padrões tecnológicos e numa conjuntura diferente da que havia proporcionado o crescimento econômico e industrial” (GOMES, 2009, p. 38) em outros locais do país.

Segundo Barbosa (2013, p. 116-117):

Com o esgotamento do milagre econômico (1973), o Maranhão voltava a se integrar na estratégia dos militares para solucionar a crise brasileira através da reorientação do padrão de industrialização. Abriu-se entre 1975 a 1979 um novo ciclo de desenvolvimento capitalista no qual a periferia nacional era reforçada. A nova estratégia industrial tinha como premissa fundamental, o aproveitamento econômico das regiões Norte e Nordeste, a partir da sua base de recursos naturais, mas também por decisões locais e macropolíticas do governo federal. Para os militares, tratava-se de inserir o país no mercado internacional, por meio de um ambicioso programa de industrialização substitutiva de importações, através da reconversão da base energética e da reestruturação industrial. Tal política privilegiava projetos industriais de grande porte e investimento de infraestrutura compatíveis com as pesquisas de mercado, diante da iminente crise energética dos países industrializados.

Neste contexto, e conforme já abordado, as elites políticas e econômicas acompanhando as movimentações do grande capital pelas regiões norte e nordeste exerceram seu processo de mediação junto a interesses privados via Estado, continuando com o discurso desenvolvimentista para a localidade, no caso do Maranhão através do

²² SIDERBRAS: Siderúrgica Brasileira Ltda.

governo Castelo. Momento também que o mercado, com sua sede insaciável, observa nas regiões citadas e seus recursos naturais, potencialidades extremamente atraentes a serem exploradas. Não por acaso, tem-se, nos anos 1970, um grande número de empresas estrangeiras se instalando na região amazônica. E nesse jogo, o mercado e suas redes de relações desconsideram as formas de vida e condições ambientais ali existentes. Acostumadas com esses jogos, as corporações econômicas sabem estabelecer suas pesadas negociações não apenas com governantes, mas também com as elites locais. De acordo com Barbosa (2013, p. 119):

Nesse processo, a participação das oligarquias regionais interessadas em reforçar seus interesses políticos foi decisiva para a execução de tais empreendimentos, pois se colocaram a serviço do processo de integração da economia regional ao sistema capitalista internacional, no papel de mediadoras dos acordos entre o governo brasileiro e as grandes empresas transnacionais (japonesa e americana), que também se beneficiaram dos incentivos fiscais, financeiros, e geopolíticos.

É, portanto, nesse contexto e já nos anos 1980 que novos projetos desenvolvimentistas como o Programa Grande Carajás e a Alcoa chegam a São Luís. O programa em questão, também teve seus desdobramentos no Maranhão, assim como outros projetos desenvolvimentistas. Sant’Ana Júnior, Alves e Pereira (2010, p. 97), apresentam importantes informações sobre o PGC e outros projetos desenvolvimentistas no Maranhão:

No Maranhão, os desdobramentos deste projeto e de outras grandes iniciativas desenvolvimentistas levaram à implantação de infraestrutura necessária para a exploração mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial. Desde o final da década de 1970 foram implantados: estradas de rodagem, cortando todo o território estadual e ligando-o ao restante do país; a Estrada de Ferro Carajás, ligando as grandes minas do sudeste do Pará ao litoral maranhense; o Complexo Portuário de São Luís, formado pelos Porto do Itaqui (administrado pela estatal estadual Empresa Maranhense de Administração Portuária-EMAP), da Ponta da Madeira (pertencente à Cia Vale do Rio Doce, hoje conhecida como Vale) e da Alumar (pertencente ao Consórcio Alumar, subsidiária da multinacional do alumínio Alcoa Corporate).

Associadamente a essas grandes obras de infraestrutura, foram instalados nesse mesmo período: oito usinas de processamento de ferro gusa às margens da Estrada de Ferro Carajás, uma grande indústria de alumina e alumínio (ALUMAR) e bases para estocagem e processamento industrial de minério de ferro (VALE) na Ilha do Maranhão; um centro de lançamento de artefatos espaciais (Centro de Lançamento de Alcântara-CLA), em Alcântara; projetos de monocultura agrícola (soja, sorgo, milho) no sul e sudeste do estado; projetos de criação de búfalos, na Baixada Maranhense; ampliação da pecuária bovina extensiva, em todo o Maranhão; projetos de carcinicultura, no litoral; projetos de turismo principalmente em São Luís e nos Lençóis Maranhenses.

Adotando as promessas “redentoras” de conduzir o Estado a um futuro cheio de grandes realizações, esses projetos foram responsáveis por uma série de conflitos na

região. Resultaram além de desmatamento, nos deslocamentos compulsórios de inúmeras famílias, perda de terras e de meios básicos de sustentos para muitos indivíduos, conflitos por terras, empobrecimento do campesinato no Estado, além aumento da dependência em relação a grandes proprietários. Também pode ser listado, que muitos desses projetos contribuíram para um crescimento populacional desordenado na cidade de São Luís, além do aumento do número de ocupações urbanas e lutas por melhores condições de moradia na cidade.

4.2 Alcoa em São Luís

Um desses projetos citados acima e sem dúvidas com grande impacto na Ilha, foi a inserção da Alumar no cenário local. A empresa foi resultado de um consórcio realizado pela Alcoa S.A e a Billiton Metais S.A (GISTELINCK, 1988). O objetivo do consórcio foi “a industrialização da bauxita, com vistas à produção da alumina e alumínio no distrito industrial de São Luís” (BARBOSA, 2013, p. 123). Sobre a chegada da Alcoa no Brasil, primeiramente no estado de Minas Gerais, Gistelinck (1988, p. 100) esclarece que:

A Alcoa só chegou ao Brasil em 1965, quando fundou a Companhia Mineira de Alumínio em sociedade com a Hanna Mining. Em 1970 a fábrica de alumínio de Poços de Caldas entrou em funcionamento. (...) A empresa se preocupa em aumentar a sua capacidade primária e também em verticalizar sua produção, fabricando semi-acabados e acabados. Ela partiu para a produção de condutores elétricos, adquiriu o controle da ASA (laminados e extrusão de alumínio do Nordeste S.A) em Itapissuna –PE. Em 1983, com a incorporação de uma fábrica em Pindamonhangaba-SP, passou a fabricar produtos fundidos e acabados de alumínio. Finalmente com a aquisição de mais de uma fábrica de extrudados em Sorocaba-SP, a Alcoa consolidou sua posição no mercado do Sul do País.

Trata-se de uma empresa com vasta experiência na produção de alumínio. Porém, antes do estabelecimento da corporação citada em São Luís, a empresa já vinha se estabelecendo em outras regiões, sedimentando ações que a colocariam no controle da produção de alumínio no país. A empresa faz parte das chamadas seis irmãs: ALCOA, KAISER e REYNOLDS são corporações americanas, ALCAN é uma empresa canadense, a PECHNEY é uma empresa de origem francesa enquanto que a ALUSUISSE é uma corporação de origem suíça (COSTA, 2003). No início dos anos 1980, a empresa em questão realizou “um agressivo programa de expansão e integração/verticalização industrial, o que significa ter um monopólio sobre todos os passos da indústria, desde a extração de bauxita das minas até à comercialização do alumínio e de seus produtos derivados” (ENGLISH, 1984, p. 25). Neste caso, a instalação de uma indústria em São

Luís se apresentava como parte dos objetivos da empresa. Trata-se, portanto, de uma empresa que instalada no país não apenas visava a produção do alumínio, mas o controle também das diferentes etapas do processo.

A outra empresa que participava do consórcio a Billiton-Shell era “especializada em metais não ferrosos, como bauxita, níquel, estanho, titânio, tungstênio, molibdênio, zinco, ouro, prata, chumbo, cobre e tântalo, dedicando-se a diversas atividades como prospecção, mineração, produção e beneficiamento” (GISTELINCK, 1988, p. 102). Atualmente a corporação utiliza outra designação, que é a BHP Billiton. “Criada em 2001, a partir da fusão da Broken Hill Proprietary Company (BHP), empresa australiana, com a inglesa Billiton” (GOMES, 2009, p. 56).

Costa (2003) explicita que o processo de produção de alumínio ocorre em três etapas (mineradora, química e metalúrgica). De acordo com a autora:

A primeira etapa liga-se à extração de bauxita, mineral composto por óxidos de alumínio (40% a 60%) e outros óxidos (ferro, titânio, silício, dentre outros), que se constitui na matéria-prima para a produção de alumínio em condições economicamente viáveis.

A segunda etapa consiste na separação dos óxidos de alumínio da bauxita, previamente preparada após a mineração dos seus demais componentes mediante o ataque ao mineral por soda caustica sob certas condições de temperatura e pressão, variáveis conforme a composição da matéria-prima, resultado desse procedimento: a alumina, um pó branco e fino semelhante ao açúcar refinado.

Na terceira etapa ocorre a dissociação do metal (o alumínio) do oxigênio com grau de pureza de até 99,9% mediante uma eletrólise de alumina, processo que utiliza enorme quantidade de energia elétrica em corrente contínua. Dessa forma, obtém-se o alumínio, que é um dos metais mais utilizados industrialmente no mundo inteiro (COSTA, 2003, p. 69-70).

Percebe-se que a produção de alumínio além de exigir quantias significativas de bauxita também resulta num grande consumo de energia elétrica. Para a primeira questão o projeto da Alcoa-Billiton tinha a disposição:

[...] o maior volume de bauxita no Brasil, situadas na região de Trombetas, incluindo as próprias jazidas da Alcoa em Oriximiná, suficiente para abastecer a Alumar durante 40 anos, as jazidas da Mineração Santa Mônica, adquiridas do grupo Ludwig, e as jazidas da MRN- Mineração Rio do Norte, através da participação da Billiton (GISTELINCK, 1988, p. 102).

Para o grande consumo de energia, a empresa se valeu da construção de uma hidroelétrica. Gistelinck (1988, p. 100) informa que:

Para a execução da primeira fase do projeto, Alcoa do Brasil, que pertence ao grupo Alcoa (EUA-68%) e ao grupo Hanna Mining (EUA-32%), tem 60% de participação, enquanto Billiton Metais, do grupo Royal Dutch Shell (Holanda-Inglaterra), participa com 40%. (...). A segunda fase, com investimento de 240 milhões de dólares, teve participação de 81,56% da Alcoa e de 18,44% da Billiton. Alcoa negociou parte do seu investimento com a Camargo Corrêa, a qual investiu os recursos oriundos da isenção de imposto de renda na obra da hidrelétrica de Tucuruí. O aumento de

produção de alumínio, de 110.000 t para 245.000 t, realizado com a implantação da segunda fase, foi pago, portanto, por uma parte com recursos do governo brasileiro.

O que observamos na estruturação desse projeto é que ele contou com um formato típico dos investimentos do período em grandes projetos desenvolvimentistas. Além do investimento do capital privado internacional e nacional, houve também, pelas citações, recursos oriundos dos cofres do governo federal. Santos (2010, p. 121-122) aponta que a Alcoa construiu sua fábrica na cidade entre os anos de 1980 e 1984 “recebendo a aprovação dentre outros, da Secretaria Executiva do Programa Grande Carajás, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da própria Presidência da República que a declarou como sendo de Relevante Interesse Nacional”. Barbosa (2013, p. 123-124) apresenta que:

Para a implantação de seu projeto em São Luís, a empresa aproveitou-se das condições em que foi implantada a Albrás/Alunorte, beneficiando-se de uma política já estabelecida entre os governos brasileiro e japonês, cujo acordo incluía a construção da hidroelétrica de Tucuruí, com efetiva capacidade para abastecer os estados do Pará, Goiás e Maranhão. Na esteira do projeto Albrás/Alunorte, construíram-se as condições ideais para a instalação da fábrica da ALCOA em São Luís, cujo espaço foi projetado para ser a nova rota de acumulação da indústria do alumínio. Para tanto, concorreram as condições geográficas privilegiadas do litoral e o complexo portuário na área do Itaqui, facilitando o transporte do minério de ferro para o mercado externo. Em 1981, o Conselho Interministerial considerava o Projeto da ALCOA em São Luís como parte integrante do Programa Grande Carajás e nessa condição passava a se beneficiar de todas as vantagens concedidas pelo governo federal.

O que também podemos analisar neste caso, são as facilidades estabelecidas pelos órgãos oficiais com vistas a instalação de um projeto cuja imagem passou a ser construída como de grande magnitude para o cenário local, inclusive inserindo o projeto como parte do Programa Grande Carajás, como forma de ofertar uma continuidade de benefícios. Chama atenção também, a utilização do discurso do posicionamento geográfico da Ilha, apresentado como local facilitador para o escoamento da produção. Quando na verdade o que ocorre é a conversão desta localidade num “corredor de exportação”, favorecendo aos interesses do capital internacional.

Para o deslocamento do material extraído nas minas do Pará até São Luís, foi estabelecido o seguinte planejamento:

Em São Luís, a refinaria de bauxita e a usina de redução de alumínio receberão o minério das minas localizadas na região do Rio Trombetas. Uma vez extraída, a bauxita será transportada, por navio, no Rio Amazonas e depois por fora, nas águas do Atlântico, até o porto de Itaqui, São Luís. De Itaqui, a bauxita continuará sua viagem até o antigo porto conhecido como Porto dos Macacos. De acordo com a propaganda da Alcoa, o porto terá capacidade para receber dois navios ao mesmo tempo. Através de um

sistema de correia transportadora e caçamba automática, um barco poderá ser carregado de alumínio enquanto, mesmo processo, a bauxita de outro barco poderá ser retirada e transportada à refinaria e depois à usina de redução. Enfim, o alumínio será transportado ou para outras partes do Brasil ou para o exterior. A Alcoa proclama a obra como uma das mais modernas do mundo (ENGLISH, 1984, p. 26).

O que percebemos é que a produção empreendida pela Alcoa, além de contar com uma grande quantidade de energia, o que foi possibilitado com a usina de Tucuruí, precisou de uma logística que ligasse as minas no Pará ao Porto de Itaqui em São Luís. Sendo assim, a hidrelétrica, as minas localizadas no Pará e a estrutura do Porto de Itaqui foram fundamentais para estruturação do projeto da Alcoa em São Luís. Neste caso confirma-se aquilo que informa Gomes (2009, p. 55):

[..]a construção da hidrelétrica de Tucuruí – PA, iniciada em 1976, a abertura das minas de exploração de bauxita em Oriximiná - PA (1977), e a construção do Porto do Itaqui em São Luís (1974) constituíram-se em condições necessárias para a instalação da indústria de alumínio da Alcoa em São Luís.

Paras as elites políticas e econômicas locais tais projetos tornam-se extremamente importantes, ainda mais numa sociedade em que no início dos anos 1980, apresentava problemas, complicados como ofertas de empregos, baixos níveis salariais e aumento de inflação. As elites, também se beneficiam devido as movimentações de capital na região, além de apresentar à sociedade civil as sempre usadas justificativas que emprego, progresso e um novo momento estariam chegando com tais empreendimentos. Discursos que são utilizados como forma de ganho em termos de credibilidade política.

A chegada da empresa nesta localidade foi caracterizada pelas seguintes relações:

Em janeiro de 1980, a ALCOA elaborou uma “carta de intenção”, escrita em papel timbrado da Companhia de Desenvolvimento Industrial (CDI), onde referiu-se ao plano de implantar a indústria de alumínio em São Luís. Para isto a companhia pediu 3.500 hectares de terra e a remoção de todos os residentes da área. Assinada por ambas as partes, Alcominas, ou seja, ALCOA e a CDI representando o governo estadual, a carta realmente foi um acordo. Em seguida no mês de fevereiro, através de uma carta ao governador daquele tempo, João Castelo, a ALCOA pediu aumento da área de terra para 10.000 hectares (ENGLISH, 1984, p. 27).

Não podemos esquecer que a empresa realizava, naquele período e conforme já abordado, um programa intenso de expansão de suas indústrias visando o controle das diferentes etapas do processo de produção na sua área de atuação. Neste contexto, a empresa estabeleceu como fundamental a instalação de sua indústria nessa localidade, utilizando como discurso a alegada localização e estrutura portuária. A produção feita por tal empresa resulta num processo altamente poluente e, naquele contexto, não era por

acaso que corporações econômicas procuravam a instalação em regiões periféricas em termos de investimento de capital. Pois, as áreas centrais em termos de capitalismo conviviam com as ações cada vez mais presentes de grupos e ações ambientalistas, além do crescimento das preocupações de suas sociedades civis com a questão ambiental.

Nesse contexto e diante das grandes quantidades de recursos naturais presentes na Amazônia, as grandes corporações não apenas podiam deslocar suas indústrias com produções mais poluentes, mas também explorar de forma significativa recursos naturais que as manteriam em posição de destaque no cenário mundial. Sendo assim, a Alcoa realizou seus investimentos na estruturação de uma indústria em São Luís, no início dos anos 1980. Porém, existia a necessidade de estabelecer conversas com o governo do período.

Conforme já explicitado, as elites políticas e econômicas locais mediavam a instalação dessas empresas em suas regiões, também obtendo ganhos políticos, com tais empreendimentos. Conforme a citação acima, percebe-se que o governador do período, João Castelo (naquele momento ainda ligado ao grupo político liderado por Sarney) e a CDI realizaram tal mediação. Porém, chama atenção a diferença estabelecida entre o primeiro pedido e o segundo em termos de dimensão da área a ser utilizada para o projeto da empresa. Outra questão é que a empresa mesmo sabendo que existiam pessoas residindo na área, o que já exigia deslocamento de famílias da localidade, ainda aumenta o pedido. Este fato mostra não apenas como essas corporações sabiam jogar esses jogos, pois mostra uma grande confiança na obtenção do objetivo, mas também como estabelecer condições que podiam ser rentáveis para seus projetos.

Conforme observado, a empresa já estava em território nacional desde os anos 1960 e atuando em alguns estados brasileiros (São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Pará e Santa Catarina). Além disso, possuía atividades em diversos países, atuando desde 1888, além de ser uma das maiores empresas no mundo no ramo de produção de alumínio (GOMES, 2009). Portanto, tratava-se de uma empresa acostumada com esses jogos de imposições e negociações para o estabelecimento em determinadas regiões. De acordo com English (1984, p. 27):

[..] De janeiro a junho, com as negociações feitas em segredo, cidadãos da Ilha de São Luís não estavam cientes da novidade. Haroldo Saboia, deputado estadual do PMDB, descobrindo as articulações entre o governo e a ALCOA, deu o primeiro grito de protesto na Assembleia Legislativa, em junho de 1980. Assim, a população começou a tomar conhecimento dos fatos.

Esta afirmação construída por English, aponta que as ações do deputado Haroldo Saboia resultaram não apenas em conhecer o que estava acontecendo entre governo e empresa mas resultou numa atitude que tornava o fato público, após sua fala na Assembleia, pois o texto relata que a população da cidade começava a tomar conhecimentos dos fatos. Isto resulta em também compreendermos em que posição se encontrava Haroldo Saboia no cenário das lutas e posições políticas em São Luís no início dos anos 1980, para ter realizado tal ação. Fato que realizaremos adiante. English (1984, p. 27) ainda informa que diante dos acontecimentos citados:

[...] O governo reagiu logo e, dando um prazo de 11 dias apontou um Grupo Especial de Trabalho para avaliar o “projeto” ALCOA. Dentro do prazo estabelecido, o grupo apresentou sua conclusão: o chamado “projeto” não se constituía, de fato, em projeto, faltando para tanto, dados essenciais sobre a operação industrial e as implicações dela em São Luís e no Brasil. Ainda mais, o grupo julgou tal indústria inviável e negativa para São Luís e para o Maranhão, justificando seu julgamento pelo seguinte: a criação de problemas ecológicos-sociais irrecuperáveis; a necessidade de utilizar na indústria demasiada quantidade de água e energia; os poucos empregos oferecidos; os prejuízos econômicos para o Estado do Maranhão, devido a isenção e diminuição de impostos. O grupo também criticou o governo pela falta de responsabilidade para com o meio ambiente.

Conforme observado, o conhecimento das negociações entre governo e empresa por parte de uma parcela da população conduziram a uma nova ação por parte do primeiro. No que resultou na formação de um grupo que avaliaria os planos da empresa para sua inserção no cenário local. Neste caso, o Estado utilizaria o carimbo de um grupo de especialistas que, sobre a rubrica de conhecerem as especificidades da questão em discussão, poderia avaliar e tornar fora de discussão a instalação da indústria. Porém, o grupo não apenas criticou a ausência de dados que seriam importantes para conhecer melhor as ações e impactos da empresa na região, mas também o papel do governo diante das consequências que a instalação dessa indústria poderia provocar para a Ilha.

Adriance (1996, p. 86-87), também fornece importantes informações sobre esta questão:

[..] Cientistas consultados pelo governo estadual já haviam concluído que o projeto de uma refinaria de alumínio nesse local seria inviável. O Dr. Raul Ximenes Galvão, químico e economista de São Paulo, citou normas das Nações Unidas que desaconselham especificamente a construção de refinarias de alumínio próxima a cursos de água. Uma vez que São Luís está situada numa ilha atravessada por inúmeros córregos e canais, seria o pior lugar possível para o projeto. Além dos perigos para a saúde pública, havia outros custos humanos. A venda daquela terra ameaçava a existência dos povoados agrícolas e pesqueiros no sul da ilha, que incluíam aqueles onde as irmãs haviam organizado comunidades de base. Alguns estavam diretamente ameaçados, ou porque se localizavam onde a companhia planejava construir sua usina, ou porque ficavam no caminho da nova ferrovia. Moradores começaram a receber notificações que lhes

informavam a necessidade de desocupar suas terras. Havia outros povoados que não receberam essas notificações, mas seus habitantes por fim se sentiriam forçados a abandoná-los devido ao alto grau de poluição. Um deles, o Igarauá, ficava no ponto onde se planejava construir um tanque de resíduos tóxicos.

Diante das informações apresentadas, percebe-se que, para a chegada da indústria da Alcoa na Ilha, foram apresentadas sérias objeções por parte do grupo formado para analisar essa inserção. Apresenta-se que, devido ao fato de ser uma Ilha, havia perigo de sérias contaminações nas águas desta localidade resultantes do risco que as atividades desempenhadas por essa indústria representariam, fato que afetaria seriamente a saúde da população. Mas aqui coloca-se que as atividades dessa empresa também causariam outros danos aos moradores das localidades atingidas por tais projetos. Estes não apenas ficariam impossibilitados de permanecer no local devido aos danos em termos de poluição que tal atividade geraria, mas, mesmo antes disso, teriam que deixar as suas terras para que fossem utilizadas por tal empresa. Neste caso as instalações da Alcoa representaram a perda por parte de inúmeras famílias de não apenas suas terras, mas de uma parte de seu universo simbólico, pois viver nestes locais representava a essas famílias um sentido de vida.

Mesmo diante de tais consequências e da negativa da comissão que veio avaliar a possibilidade de inserção da empresa, o governo do Estado continuou em sua tratativa com a Alcoa. English (1984, p. 27-28) informa que:

Apesar da conclusão negativa do Grupo Especial de Trabalho, o governo celebrou um acordo com a ALCOA, em junho de 1980, comprometendo-se o Estado a alienar à ALCOA o mínimo de 3.700 hectares de terra, a fornecer água com abatimento de 50 por cento das tarifas em vigor, e a instituir servidões sobre áreas de terra de 10.00 hectares. Com isso o governo agiu contra a Constituição do Estado onde lê-se que “pertence à Assembleia Legislativa autorizar a alienação de terra do Estado” (nº 2717) e contra a Constituição Federal (Art. 171) que exige a aprovação federal para negociação de terra do Estado além de 3.000 hectares, bem como contra a lei Nº 2653, Art. 10, que proíbe o tipo de acordo feito entre a ALCOA e a CAEMA- Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão.

Diante da negativa do grupo formado para avaliar a Alcoa e sua indústria, o Estado manteve a ação de estabelecer acordo com a empresa, demarcando assim que a mesma iria se instalar na Ilha com apoio do governo e de uma ala da elite econômica local, representada pela CDI. Por outro lado, o governo ainda sob um regime ditatorial, embora vivia-se numa abertura política que flexibilizava determinados aspectos do regime ditatorial, tomou uma ação bem típica do período, agindo de forma contrária àquilo que regia a Constituição.

A estrutura estatal usou de artifícios para conceder o uso da terra à Alcoa. Porém, esse fato deve ser bem observado, pois, “a medida, (...), teve total apoio do governo federal. A companhia foi contemplada com dez anos de isenção de impostos de renda” (ADRIANCE, 1996, p. 86). Para que tal atitude pudesse ser tomada, o governo estadual procurou se basear num argumento que concede o direito de transferir a propriedade de forma direta (nesse caso acima de 3.000 hectares) sem utilizar a autorização da Assembleia Legislativa desde que tal projeto realizasse o crescimento da região (ADRIANCE, 1996).

Diante desses acontecimentos English (1984, p. 28) informa que:

[...] a terra foi cedida à Alcoa não somente de modo ilegal, mas tecnicamente de forma irregular, sem a demarcação clara do imóvel, como também sem motivos suficientes para provar o ato de desapropriação de “interesse público” e para o “bem da coletividade”. Agravando a situação ilegal da negociação da água, o governo aceitou o adiantamento de uma grande soma de dinheiro relativo à compra de equipamento para o Projeto Italuís (projeto governamental de fornecimento da água do interior do estado à Ilha) sem a devida concorrência pública. Mais tarde, por causa da pressão popular, a Alcoa declarou que não utilizará a água pública para a indústria e o governo publicou no Diário Oficial, que o dinheiro para o equipamento do Projeto Italuís foi uma “doação”.

Conforme a citação, a entrada da Alcoa em São Luís aconteceu de forma irregular e ilegal. Além disso, o texto aponta que, em virtude das ações do Estado de retirar as famílias de suas localidades por conta de tal projeto, não foram apresentadas justificativas que bastassem para explicar esta atitude. Mesmo com advertências do grupo que analisou a possível entrada da empresa na Ilha, o Estado em suas relações com a corporação estrangeira viabilizou a fixação da mesma neste território, como, por exemplo, promovendo o deslocamento das famílias da área em que a empresa se instalou.

Por outro lado, as informações também pontuam que, ao saber das ações entre empresa e Estado, existia uma vigilância por partes de populares diante de tal acordo, o que pode indicar uma relutância por parte de alguns agentes em aceitar prontamente esse projeto, demarcando assim uma resistência. O que significa também que a inserção da Alcoa em nosso território ocorreu de forma conflituosa, pois determinados agentes exigiram não apenas justificativas para este projeto, mas se posicionaram de forma contrária a ele, sendo desfavorável à instalação da empresa na Ilha. English (1984, p. 28) ainda informa que:

No final de Julho de 1980, o governo fechando os ouvidos aos protestos populares e profissionais e ignorando a entrada ilegal até então realizada, celebrou com a Alcoa a instalação simbólica da indústria de alumínio na Ilha de São Luís. Em agosto de 1980, sem a licença de instalação a Alcoa

iniciou ilegalmente as obras de terraplanagem para a construção de uma refinaria de bauxita e uma usina de redução de alumínio.

Apesar da resistência na segunda metade do ano de 1980, eram iniciadas as construções para a fábrica da Alcoa. O que observamos é que apesar de uma série de objeções, a empresa conduziu juntamente com o Estado seu processo de inserção da Ilha, utilizando artifícios questionáveis. Fato que resultou em reações locais. Porém, a empresa seguia com seus objetivos por esta localidade.

5 A LUTA DO COMITÊ DE DEFESA DA IHA

Este capítulo trata da construção da luta ambiental engajada pelo Comitê de Defesa da Ilha. Para a compreensão desta questão, além do entendimento das mobilizações sociais que ocorreram ao nível nacional no período da redemocratização e dos projetos desenvolvimentistas na Amazônia e seus desdobramentos no Maranhão, entendemos que é importante compreender que lutas sociais estavam sendo desenvolvidas na Ilha no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, momento que a Alcoa visa sua instalação nesta localidade. É no decorrer deste contexto que ocorre a formação do Comitê de Defesa da Ilha. Serão apresentados agentes e processos que foram importantes na constituição da temática ambiental pelo Comitê de Defesa, assim como as disputas e posicionamentos em torno da instalação da Alcoa na Ilha e como nessa configuração a problemática ambiental é construída pelo Comitê de Defesa da Ilha.

5.1 Lutas sociais

O Processo de compreensão da inserção da questão ecológica nas ações do Comitê, também exige o entendimento de como estavam ocorrendo as lutas sociais na cidade no início dos anos 1980. Determinadas lutas ou questões não começam do nada. É preciso examinar que relações estavam sendo constituídas no cenário das lutas sociais na cidade para compreensão de como, nesse contexto, demandas ecológicas apresentadas pelo Comitê foram inseridas. Conforme observado, as ações de negociação entre Estado e Alcoa para o estabelecimento desta última na cidade provocaram reações em determinados indivíduos, que posteriormente se organizaram na formação do Comitê. Porém, é importante compreender o contexto das lutas sociais na cidade, com vistas ao entendimento mais amplo do que ocorreu em termos de debates públicos e como foi construído nesse processo a problemática ambiental pelo Comitê de Defesa da Ilha.

No início dos anos 1980, a sociedade brasileira passava pelo processo de redemocratização. Conforme destaca Borges (2008, p. 26):

Dentre os fatores que fizeram com que o Estado também adotasse o discurso da democratização do país, destacava-se a exaustão do modelo de desenvolvimento, sobretudo após o milagre econômico (1968-1973); a erosão das bases de sustentação do regime militar no interior das forças armadas, junto ao empresariado, à classe média e setores da Igreja Católica, pressões e insubordinação popular, manifesta em greves, outros movimentos de massa e vitórias eleitorais da oposição; exaustão dos tradicionais mecanismos de controle como a tortura, o exílio e as cassações,

em virtude de críticas locais e internacionais a essas práticas e, finalmente, o redimensionamento da guerra fria (EUA X URSS) que àquela altura, já não demandava dos aliados americanos combate tão incisivo ao suposto “inimigo comunista”.

Essas mudanças apontadas ao nível nacional também tiveram consequências no cenário local, resultando em manifestações e lutas por direitos e numa maior participação da sociedade civil na esfera pública. Borges (2008, p. 47) explicita que, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o comportamento político da sociedade civil no Maranhão era caracterizado, “no campo, pela explosão e violência dos conflitos fundiários e, na capital o ativismo político se dava em mobilizações reivindicatórias e de caráter democrático, como ocorria noutras cidades do país”.

Borges (2008, p. 47), analisando o processo de formação do PT no estado do Maranhão e movimentos que entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980 apresentaram relações com a constituição do partido citado, cita alguns movimentos e grupos que atuaram nessa fase:

[...] o Movimento Estudantil e a greve pela meia-passagem, em 1979; o Movimento Oposição pra Valer, organizado no seio do MDB autêntico; a atuação de setores progressistas da Igreja Católica, especialmente a Pastoral da Juventude; Movimento Contra a Carestia; atuação da entidade de apoio Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos e a seção estadual do Comitê Brasileiro pela Anistia.

Jesus Marmanilo Pereira (2015, p. 13) num importante trabalho sobre “o processo de construção e institucionalização de um discurso sobre Direitos Humanos na cidade de São Luís - MA, entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980” apresenta também como estavam o cenário em termos de mobilizações sociais na cidade no período aqui citado:

Em São Luís - MA tal período, que compreende as décadas de 1970 e 1980, também foi marcado por uma série de protestos de reivindicação de direitos, tanto por parte de movimentos populares quanto de organizações não governamentais. Em um breve mapeamento, é possível verificar que tais ações coletivas davam visibilidade ao movimento estudantil, ao movimento contra a carestia, ao movimento de defesa dos palafitados do Maranhão, ao movimento feminista, ao Comitê de Defesa da Ilha, ao movimento pela anistia e a ONGs e organizações católicas como a FASE²³, a SMDDH, a ASP²⁴, a CPT, a CJP²⁵ etc. (MARMANILLO, 2015, p. 18).

Observamos que uma parcela da sociedade maranhense no período apresentado estava envolvida em atividades contestatórias, demarcando uma fase de agitações no

²³ FASE: Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional.

²⁴ ASP: Associação de Saúde da Periferia.

²⁵ CJP: Comissão Justiça e Paz.

campo das mobilizações sociais. No final dos anos 1970, a luta estudantil marcou a paisagem dos conflitos sociais na cidade. Segundo Borges (2008, p. 69):

[..] ocorreram diversas lutas em que os estudantes tiveram ativa participação pela liberação da Praça Deodoro para eventos de comemoração do dia dos estudantes, o dia nacional de luta contra a carestia, organizado pelo Movimento contra a Carestia em 27/08/80 e, no dia seguinte, o primeiro comício de Lula no Maranhão; a luta dos moradores do bairro Sá Viana contra a UFMA, pela posse dos terrenos, que resultou na derrubada das casas, cujos moradores foram abrigados pelo DCE ²⁶em sua sala, na própria UFMA; a luta dos estudantes pela carteira ou farda como critério para o direito à meia passagem, que resultou em ocupação da Câmara de Vereadores e em brutal violência policial contra os estudantes, em 1981; atos públicos de protesto, dentre outras. Tudo era motivo para mobilização e para todas elas havia participação garantida.

Sobre a luta pela meia-passagem a autora ainda esclarece que:

O movimento pela meia-passagem não nasceu na greve em 1979. Na verdade, essa reivindicação já estava em pauta desde 1977, quando a reconstrução dos movimentos e entidades estudantis foi colocada na ordem do dia. Em 12 de setembro de 1978, o DCE da UFMA e DAS da UEMA fizeram o lançamento oficial da campanha pela meia-passagem para os estudantes nos transportes coletivos urbanos de São Luís (BORGES, 2008, p. 56-57).

Utilizando estratégias como abaixo-assinado, contando com o apoio da imprensa que noticiava suas ações, os estudantes ainda contaram com manifestações a favor na Assembleia dos Deputados (BORGES, 2008). Porém, “em 14 de Setembro de 1979, o prefeito Mauro Fecury sanciona o terceiro aumento do ano na tarifa dos transportes coletivos” (BORGES, 2008, p. 57). Houve a realização de assembleia na UFMA dirigida pelo DCE que resultou na luta pela meia-passagem para os estudantes de forma ampla, ou seja, não seria restrita apenas aos universitários. Os estudantes ainda estabeleceram comissões que se dirigiam as escolas do que seria hoje o ensino fundamental e médio, além de realizarem atos com muita rapidez explicitando os motivos que conduziam aquelas ações, quais questões estavam levantando e a necessidade de aderir à luta estudantil (BORGES, 2008).

Realizando atos públicos e enfrentando a repressão policial e a tentativa de criminalizar o movimento por parte do governo, os estudantes ainda contaram com apoio da Igreja Católica, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da APRUMA (Associação dos Professores da UFMA) (BORGES, 2008). Apesar do governador informar ao prefeito para estabelecer a meia-passagem, desde o dia 22/09 “foi apenas no dia 28/09, com assembleia geral já marcada para discutir o reinício da greve, que o

²⁶ DCE: Diretório Central dos Estudantes.

governo sancionou a lei da meia-passagem, a entrar em vigor já no próximo 1º de outubro” (BORGES, 2008, p. 61).

Borges (63, p. 2008) ainda esclarece que:

Num contexto em que todas as mobilizações sociais e reivindicações de direitos apareciam como crítica ao regime político vigente, a greve pela meia passagem teve um caráter oposicionista, por se tratar de ação da sociedade civil contra o governo local e a ordem por este instituída.

A cientista política citada também apresenta algumas observações importantes sobre a greve da meia passagem que podem ajudar no entendimento do contexto do período aqui analisado:

[...] A greve também expressa a exacerbação da violência praticada pela polícia estadual, apesar desta não se configurar como surpreendente posto que não destoava daquela empregada nos conflitos agrários, nas desocupações urbanas em São Luís, até nas delegacias e presídios com presos comuns, conforme noticiavam os jornais locais. Por outro lado, é impossível não perceber o anacronismo do governador João Castelo que, insistia em ver a greve pela meia-passagem como obra do comunismo internacional infiltrado entre os estudantes. Com essa visão, sua reação foi bem ao estilo da doutrina de segurança nacional, que preconizava guerra total ao suposto inimigo comunista (BORGES, 2008, p. 64).

Borges apresenta na citação algumas facetas do Estado repressor local que não destoava do modelo ainda vigente no país naquele período. Esse formato de ação violenta era utilizada também contra outras mobilizações sociais que aconteciam naquele momento. Embora o discurso e algumas ações do Estado brasileiro falassem de abertura democrática, os mecanismos repressores e de vigilância do órgão ainda se faziam bem presentes, explicitando os limites que as mobilizações ainda enfrentavam.

Por outro lado, percebe-se as ações de um grupo atuante nesse contexto de mobilizações sociais que foram os estudantes, porém enfrentando uma estrutura que quando não utilizava apenas a violência como mecanismo coercitivo, usava também a estratégia de criminalizar a luta dos estudantes. O que nos permite observar que, embora a greve da meia-passagem não tenha uma relação direta com nosso objeto de trabalho, ela nos fornece indicações da compreensão sobre algumas ações do Estado que conflitou com o Comitê no início dos anos 1980. Entendemos que essa questão é importante pois na compreensão da constituição das causas ecológicas do Comitê estava esse processo de enfrentamento a um Estado autoritário que mesmo sendo comunicado por um grupo de especialistas sobre o perigo que representava a atividade da Alcoa para Ilha, continuou com o processo de implantação de tal empresa.

Compreender as lutas desse período exige também o entendimento de como estavam as mudanças no cenário político local. O entendimento das questões políticas nessa fase da história da cidade, permite também entender movimentações, ações e limites que certos movimentos e determinados grupos poderiam realizar naquele momento. Em 1978, conforme já apresentado neste trabalho, João Castelo foi eleito de forma indireta ao cargo de governador do Estado. Este fato significou a vitória do grupo político sob a liderança de José Sarney e o controle da política no Estado (COSTA, 2015). Costa (2015, p. 206) destaca que:

[...] Se, por um lado, o governo Castelo significou a vitória do grupo Sarney na disputa intraoligárquica, por outro lado, ele também significou a retomada do discurso desenvolvimentista, agora incorporando a megalomania dos militares. Era o momento do “Grande Maranhão para todos”, da euforia com a implantação do Programa Grande Carajás, que representava a “redenção” do Maranhão, com a criação de 1 milhão de empregos em todo estado, conforme apregoava a propaganda oficial.

O que essas citações apresentam é não apenas a retomada e o domínio de um determinado grupo no controle da política no Estado, mas a volta de um discurso centrado na euforia do desenvolvimentismo, prometendo melhoras significativas com tais projetos para a sociedade local. Porém, “o governo Castelo não se notabilizou somente por sua relação de cumplicidade e subordinação aos interesses do capital, mas também por sua política claramente repressiva em relação aos movimentos sociais emergentes no estado” (COSTA, 2015, p. 206). De acordo com Costa (2015, p. 207):

Num governo em que tudo era “grande”, imensas foram também a repressão e a violência. A esse conjunto de mobilizações, a resposta da oligarquia foi alternar fortes doses de repressão (nos conflitos fundiários, nas ocupações urbanas, na Greve da Meia Passagem), com iniciativas de cooptação política dos movimentos sociais e/ ou suas lideranças. A título de exemplo, houve a criação da Ceter (Comissão Estadual de Terras-1979), dirigida pelo monsenhor Hélio Maranhão e cujo objetivo manifesto seria “pacificar” o campo maranhense pela via da “neutralização” (cooptação) dos movimentos organizados dos trabalhadores rurais (em particular, a Fetaema²⁷). Esse padrão cooptação/repressão foi se acentuando com o desenrolar do processo de redemocratização, marcando a atuação da oligarquia até a atualidade.

Diante desses argumentos, o que se denota é um Estado utilizando diferentes mecanismos como forma de reação a movimentos e grupos que se faziam mais presentes em termos de lutas sociais. Quando não possível a violência, poderiam usar a cooptação como forma de tentar desarticular os movimentos que atuavam naquele período.

²⁷ FETAEMA: Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agriculturas do Estado do Maranhão.

Enquanto o grupo Sarney retomava o controle do poder político, é importante também entender como estavam naquele contexto as movimentações por parte do outro grupo político que fazia parte da oposição, uma vez que alguns de seus membros também estavam envolvidos com alguns movimentos sociais da época. Já apresentamos que durante o período de 1966/1978 diferentemente do que ocorreu no cenário nacional, as grandes disputas políticas no Estado aconteciam dentro do grupo que apoiava as políticas implementadas pelos governos militares. Ao invés de Arena x MDB, a grande disputa no Maranhão foi entre Arena 1 sob a liderança de José Sarney e Arena 2 representando o grupo vitorinista (COSTA, 2015).

Segundo Costa (2015, p. 203):

Do lado do partido oposicionista (o MDB), observa-se que este era claramente minoritário no Maranhão, não chegando em momento algum a ameaçar hegemonia da Arena, com exceção, talvez, de São Luís, onde o MDB costumava obter resultados eleitorais expressivos. Inicialmente, o partido foi controlado por atores ligados ao vitorinismo, no caso Renato Archer e Cid Carvalho. Após a cassação de seus mandatos pelo regime militar, o MDB ficou nucleado em torno das lideranças de Freitas Diniz e Eptácio Cafeteira (ex-prefeito de São Luís, onde possuía forte penetração juntos aos setores populares). Posteriormente, houve o surgimento de novas lideranças, tais como Jackson Lago e Haroldo Sabóia (este amparado no movimento “Oposição pra Valer”, surgido em 1978). Além destes, o chamado grupo dos “autênticos” do MDB ainda contava com a presença dos militantes dos partidos comunistas na clandestinidade.

Observamos que apesar das disputas entre os grupos políticos pelo controle da política local entre o período há pouco apontado, o MDB continuou com sua presença no Estado, embora de menor expressividade comparado aos grupos que faziam parte da Arena. Sobre as eleições de 1978, como o MDB “conquistava grandes vitórias em nível nacional, a derrota sofrida no Maranhão parecia ainda maior, embora não destoasse muito de outros estados do nordeste e do próprio Maranhão onde, desde sua criação, o MDB teve desempenho modesto” (BORGES, 2008, p. 71). Além disso e conforme a citação acima, haviam divisões no meio deste partido. Quem também esclarece sobre as diferentes posições existentes nesse partido e a novidade que surgiu em 1978, é Borges (2008, p. 71):

Mas, em 1978, apesar da derrota, no seio do MDB maranhense, que, como ARENA, também tinha a pluralidade de uma arca de Noé, algo de novo aconteceu: a organização do Movimento Oposição pra Valer, no rastro daquilo que, no âmbito nacional, era interpretado como abandono de postura cuidadosa e bem comportada face ao regime em prol de uma postura mais aguerrida e combativa. É claro que essa novidade não atingia o conjunto dos partidos da agremiação, pois é conhecido o amplo leque de ideologias e interesses que conviviam no MDB e que podemos,

grosseiramente, reduzir aos dois já conhecidos blocos: moderados e autênticos.

Dentro do objetivo de uma postura de maior enfrentamento face ao regime autoritário e inspirada nas mobilizações e posturas da esquerda a nível nacional, uma ala do MDB, os denominados autênticos, lançavam o movimento Oposição pra Valer. Havia então, no partido, “um amplo contingente de moderados e uma ala menos numerosa de autênticos” (BORGES, 2008, p. 71). Os autênticos possuíam como nomes importantes:

[...] Domingos Freitas Diniz, deputado federal e presidente do Diretório Regional desde 1968; Jackson Lago e Haroldo Sabóia, deputados estaduais e Eptácio Cafeiteira, ex-prefeito de São Luís. Além destes, havia, juntos aos autênticos, a tendência popular, composta por militantes comunistas (em geral do PCdoB²⁸), com presença significativa nas lutas sociais e entidades da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra-CPT. Com a anistia, dois outros políticos se reintegraram ao MDB maranhense: Renato Archer e Cid Carvalho, os quais pela projeção que tinham na política estadual, mas sobretudo, pelas estreitas relações com o presidente nacional do partido, deputado Ulysses Guimarães chegaram à seção local do partido com bastante força, subtraindo o poder de dirigentes antigos como Freitas Diniz.

O MDB era um partido que representava a esquerda ou grupos oposicionistas, mas percebe-se pela presença de alguns membros dos chamados autênticos que havia uma heterogeneidade de posicionamentos convivendo no mesmo partido. Sobre o que foi o movimento Oposição pra Valer, Borges (2008, p. 72) explicita que:

O Movimento ou Comitê Oposição pra Valer foi constituído no seio do chamado MDB autêntico, durante o processo eleitoral de 1978. Seu propósito era juntar todos os setores da esquerda – intelectuais, estudantes, comunistas das diversas orientações e católicos progressistas – em torno da eleição de parlamentares comprometidos com a execução de mandatos populares, capazes de desencadear um processo de educação de base que colocasse o povo nas ruas, contribuindo assim para a retomada da democracia e, conseqüentemente, para a queda da ditadura militar. A imunidade parlamentar era vista como garantia para que esse trabalho pudesse ser realizado ou, no mínimo, para que o parlamentar pudesse denunciar os desmandos do regime, no âmbito local e nacional.

O Movimento Oposição pra Valer ocorreu num contexto de renascimento da sociedade civil e diante de uma fase de tentativa de maior participação desta nas decisões políticas, se comparado a períodos anteriores da história do país. O discurso do movimento representava uma tentativa de unificar pela via parlamentar a luta da esquerda presente na sociedade da época, assim como utilizar essa representação para atingir determinados objetivos identificados com os interesses da população, além de utilizar certas estratégias para que determinado político tornasse público irregularidades cometidas pela ditadura.

²⁸ PCdoB: Partido Comunista do Brasil.

Dentre as figuras que faziam parte do MDB, algumas estiveram envolvidas em outras lutas sociais da época. Haroldo Sabóia, por exemplo, além de ter sido um dos idealizadores do Movimento Oposição para Valer, esteve também envolvido em outros projetos e ações de movimentos da época, como o Comitê de Defesa da Ilha. Aliás, até as reformas partidárias, alguns indivíduos que participaram de lutas e movimentos sociais na época se encontravam identificados com o MDB.

Alguns membros da denominada esquerda quando adentravam em outras lutas e movimentos já vinham de outras experiências em termos de conflitos sociais, uma vez que numa sociedade ainda ditatorial, havia na identificação de muitos desses membros um “inimigo” em comum a enfrentar: o regime ditatorial e seus autoritarismos. E a medida que crescia a participação da sociedade civil exigindo direitos e outras questões nas mobilizações sociais não faltavam a necessidade de membros e articulação entre os grupos que estavam envolvidos nas lutas.

O Movimento Oposição pra Valer centrou sua campanha em Haroldo Sabóia, que nas eleições de 1978, saiu-se vitorioso. Porém, aconteceram divisões no meio do movimento. Marmanillo (2015, p. 73) cita que:

[..] após a vitória de Haroldo Saboia houve uma divisão entre os que pretendiam buscar mudanças pela via parlamentar, por meio de um gabinete político, e os que pensavam o partido como uma força auxiliar atuante junto aos setores populares com as modalidades de ação dos movimentos sociais e CEBs, por meio de projetos, conscientização, oficinas etc.

A dissensões e disputas no interior do Movimento Oposição pra Valer, contribuiu no processo de formação da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH) (BORGES, 2008). De acordo com Borges (2008, p. 94):

Os dissidentes visavam à implementação de projetos de educação de base e organização popular e criar espaços alternativos ao MDB autêntico, que julgavam cada vez mais esvaziado. A SMDDH foi o espaço encontrado para a realização deste projeto. Alguns desses dissidentes do Movimento Oposição pra Valer e fundadores da SMDDH participaram da construção do PT.

Conforme abordado, o processo de formação de outro grupo que também se destacou nas lutas sociais, nesse caso a SMDDH, foi resultado das divergências entre participantes do Movimento Oposição pra Valer. Enquanto alguns acreditavam na luta do partido pela via parlamentar, outros defendiam que o processo seria utilizar o partido no apoio a movimentos e grupos sociais, ou seja, tornar um partido mais próximo e atuante

nas lutas populares. Membros que compartilhavam dessa última posição atuaram na formação da SMDDH.

Nesse caso, alguns membros que participavam nas lutas sociais do período, após desacordos de posicionamentos dentro de um grupo que visava reunir as esquerdas, partiram para um modelo de organização mais próximo das camadas populares. E não podemos deixar de notar que alguns desses membros ainda participaram da formação de outro grupo local, nesse caso um partido político (PT). O que nos permite entender que divergências e disputas também faziam parte dos grupos que se constituíam na luta pela redemocratização e por direitos.

Borges (2008, p. 94) apresenta que:

O trabalho da SMDDH começou no bairro do Anjo da Guarda localizado na periferia de São Luís, onde a entidade instalou uma equipe técnica voltada à assistência jurídica, educação e organização de moradores expropriados pela AMZA (Amazônia Mineração S.A) e de ocupantes e palafitados. Também viabilizou a criação de uma Comissão Pró-Índio, encarregada da luta pela preservação da cultura e das terras indígenas. Além disso, integrou-se aos outros movimentos de caráter democrático-popular que se organizaram em São Luís, como o MCC²⁹, o CBA-MA³⁰ e o Comitê de Defesa da Ilha.

Pela citação, A SMDDH possuía um campo de atuação bastante diverso no sentido de atuar em diferentes questões, desde luta por moradia, defesa de patrimônio de nações indígenas ou participação em movimentos contra a questão da carestia por exemplo. Porém, conforme atesta Borges, embora a SMDDH reunisse em seu processo de formação diferentes grupos da esquerda, logo aconteceram dissensões, nesse caso especificamente entre aqueles identificados com o PT e outros ligados ao PCdoB pelo domínio da organização (BORGES, 2015). Segundo Borges (2015, p. 95):

A SMDDH, em sua gênese e conflitos internos, é representativa de diferentes momentos e tentativas de (re)articulação dos setores da esquerda no Maranhão no início dos anos 1980. Desde 1982 desenvolve trabalhos de educação popular, estudos da realidade local, apoio aos movimentos sociais e defesa dos direitos humanos. Mas aos poucos foi perdendo o papel do pólo aglutinador da esquerda mais radical, como o fora em 1979. As cisões internas e a reforma partidária, com suas divergências alternativas de engajamento político, estão na raiz dessas mudanças.

O fato de existirem grupos que lutavam por direitos e enfrentavam conflitos contra um adversário em comum, o regime ditatorial, não excluiu a possibilidade de dissensões internas a estes grupos, pois alguns, conforme observamos, abrigavam setores com

²⁹ MCC: Movimento Contra a Carestia.

³⁰ CBA-MA: Seção Maranhense do Comitê Brasileiro pela Anistia.

posicionamentos distintos. O que significa que ao mesmo tempo que esses movimentos sedimentavam a luta por redemocratização, poderiam surgir não apenas conflitos interiormente, mas determinados grupos se engajarem em outros projetos. Fato que também pode ter sido impulsionado pelo processo de reforma partidária, uma vez que, antes, parte da esquerda estava aglutinada em alguns projetos.

Outro componente importante nesse contexto das lutas sociais e que vai ter consequências em fenômenos sociais que ocorreram na cidade foram os conflitos por terra no Estado. Conforme já apresentado neste trabalho, os investimentos realizados pelo regime ditatorial na região amazônica, tiveram consequências nas políticas desenvolvimentistas implementadas no Maranhão. Seguindo o discurso dos governos militares, trabalhava-se com a ideia que “para o estado se “desenvolver” era imprescindível que grandes empresários da agroindústria e pecuária do centro-sul do país investissem no Maranhão” (GOMES, 2015, p. 422).

O discurso utilizado pelo governo Sarney estava centrado no projeto que se apresentava como sendo de modernização e denominado de “Maranhão Novo”. Seguindo esta forma de pensamento, foi instituída a “Lei Estadual de Terras nº 2.979/69, Essa lei reestruturou formalmente o mercado de terras, facilitando o seu acesso aos grandes e médios empreendimentos agroindustriais e agropecuários em detrimento dos pequenos produtores agrícolas” (GOMES, 2015, p. 422-423).

Adriance (1996, p. 54) oferece uma interessante contextualização sobre a estruturação da Lei de Terras e suas consequências em termos de conflitos fundiários para o estado do Maranhão:

[...] Antes do estabelecimento da SUDAM, a terra no Maranhão era considerada algo praticamente sem valor financeiro. Mesmo os posseiros não atribuíam nenhum valor à própria terra, mas sim às lavouras nela cultivadas. Viam a terra como um recurso ilimitado e abundante, tais como o ar e a água. Podiam desmatar uma área, cultivá-la até a exaustão e depois transferir-se para outra área. Grandes proprietários de terras tinham pouco interesses nesse Estado, que possuía menos infraestrutura que os demais Estados do nordeste. Porém, com a inclusão de mais da metade do Maranhão na Amazônia Legal, os especuladores rapidamente perceberam que a terra ganhara valor. Além disso, o governador do Maranhão José Sarney, promoveu uma campanha publicitária nos jornais do Centro-Sul do país a fim de atrair criadores de gado. Em 1968, criou a Reserva Estadual de Terras, com escritórios locais, cujo objetivo era conceder a criadores de gado e outros empresários agrícolas títulos de propriedade da maior parte das terras devolutas. Em consequência do súbito aumento do valor da terra, o Maranhão atraiu centenas de grileiros, que cercavam grandes áreas e alegavam ser os proprietários. Uma vez que essas áreas já estavam ocupadas por posseiros, os recém-chegados cobravam-lhe o pagamento de

um aluguel ou exigiam uma parcela das safras. Começaram também a controlar as atividades extrativas, tais como a colheita do coco do babaçu. Os grileiros que queriam imediatamente transformar a terra cultivada em fazendas de gado expulsavam os posseiros, com a ajuda de pistoleiros de aluguel, da Polícia Militar, ou de ambos.

Com o estabelecimento da Lei de Terras e as diretrizes seguidas pelo governo estadual dos órgãos de desenvolvimento, houve uma transformação da estrutura fundiária no estado do Maranhão, com pequeno e médios camponeses perdendo suas terras para grandes investidores, especuladores e gerando uma série de conflitos por terras. E o Estado exerceu nesse processo a função de “facilitador” na expansão desse tipo de negócios, favorecendo também aos interesses de grandes proprietários. Os tipos de estratégias utilizadas foram diferentes, usando a violência praticada pela própria polícia ou por bandos de pistoleiros representando os interesses de grandes proprietários ou acionando mecanismos judiciais, com o Estado sancionando e exercendo sobre os homens que viviam nessas realidades não apenas uma violência física, como a simbólica, pois, nesse caso, o Estado atribui um estatuto de legalidade dizendo quem pode ou não usar a terra. E, ainda, tornava determinados indivíduos na condição de dependentes de grandes fazendeiros, especuladores ou investidores, mas também sancionando que essas pessoas estavam destituídas das terras que trabalharam antes.

Alguns indivíduos que perderam o acesso à terra deslocaram-se para outras regiões do país, mas outros permaneceram no estado e não encontrando oportunidades nas cidades mais próximas se deslocaram até São Luís, com o objetivo de uma colocação melhor de vida, o que também gerou um crescimento populacional na cidade. São Luís aumentou em termos populacionais “entre 1980 e 1985, período da implantação da ALUMAR e da CVRD, de 332.578 habitantes para 585.467, ou seja, um crescimento de 266.889 ou 81,5%. O maior crescimento aconteceu exatamente nas invasões e favelas” (GISTELINCK, 1988, p. 33). O que permite compreender que esse crescimento populacional significativo não se deveu apenas aos dilemas ocorridos no campo, mas também ao discurso e euforia desenvolvimentistas construídos em torno da instalação da Alcoa e os projetos da Vale (na época denominada Companhia Vale do Rio Doce). A realização de obras de infraestruturas para realização dos planos dessas corporações representou um atrativo em termos de oferta de emprego na mentalidade de muitos trabalhadores que viviam esperançosos em encontrar oportunidades.

Muitos desses indivíduos encontraram dificuldades no estabelecimento de residências e, ainda numa cidade com especulação imobiliária começando a aumentar,

não surpreende que mesmo com construção de conjuntos habitacionais, uma parcela expressiva desse contingente engrossava o número de pessoas que ia morar nas chamadas “invasões”. Mas essas pessoas não escolheram morar nessas localidades, esse processo é fruto de uma cidade que de forma violenta alterava uma expansão em sua malha urbana, porém com um planejamento extremamente desigual, com fortes especulações imobiliárias em áreas que ofereciam melhores condições de vida, algumas áreas carentes de uma série de serviços e, nesse período, ainda com um forte aumento populacional. O resultado era um aumento de ocupações de terrenos pela cidade, mas também disputas e deslocamentos de famílias para certas regiões da mesma.

Como consequência tinha-se um palco conflituoso em termos de ocupações de terrenos por São Luís nesse período. De acordo com Marmanillo (2015, p. 354):

Entre as décadas de 1970 e 1980, a capital São Luís foi palco de inúmeras situações de conflito entre moradores da capital e industriais ou donos de imobiliárias. Era comum observar nas manchetes da época imagens de policiais e tratores em situações de despejo de famílias, como em Vila Padre Xavier, Sá Viana, São Bernardo, Ilhinha (no São Francisco), João de Deus, Floresta, Coroadinho, Anjo da Guarda, Vera Cruz e Liberdade.

Com esse contexto de uma cidade pensada por determinados projetos que favoreciam aos interesses de certos grupos sociais, moradores de áreas populares desenvolveram atividades organizativas na luta por melhores condições de moradia. Borges (2008, p. 78) apresenta em quais áreas, a partir dos anos 1970 e com o auxílio de setores progressistas da Igreja Católica surgiram grupos comunitários: “Anjo da Guarda – diversos outros da área Itaqui Bacanga; Anil, Santa Cruz, Padre Xavier, Pão de Açúcar; Santo Antônio; São Francisco; Vicente Fialho e Vila Palmeira”. A autora ainda apresenta que:

[...] A perspectiva do trabalho era fundamentalmente religiosa e caritativa, mas a dimensão organizativa e reivindicatória também se fazia modestamente presente. Estes grupos respondiam por denominações as mais diversas. Com o tempo muitos foram sendo chamados de CEBs, embora não tenham nascido como CEB, era a prática desenvolvida que os conduzia a esse modelo de organização.

Marmanillo (2015, p. 366) ressalta que:

Tem-se as informações de que os primeiros trabalhos de organização popular iniciaram-se com o apoio de agentes ligados a setores progressistas da Igreja, por volta de 1979 – ano em que o tema da campanha da fraternidade versava sobre educação popular para saúde. Tanto na Paróquia do Divino Espírito Santo (responsável pelas áreas da Liberdade, Floresta e Fé em Deus) quanto na paróquia Nossa Senhora dos Remédios (responsável pela Camboa) eram realizados estudos bíblicos e também discussões com grupos de jovens e moradores locais.

A citação apresenta também outras áreas em que eram desenvolvidas atividades comunitárias com orientação da Igreja Católica e os moradores sendo atingidos por temáticas que atravessavam suas realidades cotidianas. Os moradores, por sua vez, de suas trajetórias, com experiências e competências desenvolvidas, construção de laços de solidariedade, associações com representantes políticos além do auxílio das alas progressistas da Igreja Católica, desenvolveram ações no intuito de fazer valer seus objetivos em termos de entidades comunitárias.

Notamos o auxílio que setores progressistas da Igreja Católica prestaram não apenas aos trabalhadores que se encontravam na cidade, mas também no campo. Esse envolvimento de membros da Igreja Católica nos conflitos desenvolvidos por movimentos e grupos no período, não pode conduzir a interpretação equivocada de que toda a Igreja estava comprometida com as lutas das camadas populares. Havia setores da Igreja que não participavam desse processo. Por exemplo, “o engajamento na Teologia da Libertação foi maior entre padres e freiras, mas, também nesse caso, tratava-se de uma minoria” (BORGES, 2008, p. 76).

Apesar da resistência que certos setores apresentavam, houve entidades da Igreja Católica envolvidas nas mobilizações do período. Segundo Borges (2008, p. 77):

A CPT cumpriu papel importante naquela conjuntura no sentido de reconhecimento, pela Igreja, da gravidade da questão fundiária no estado e no próprio trabalho de acompanhamento aos conflitos e denúncias de violências cometidas por grileiros ou pelo poder público contra os trabalhadores.

Os setores mais progressistas desta entidade se engajaram nas lutas ocorridas no campo, e em outros processos conflituosos, como nas lutas das associações de moradores, no reconhecimento das mobilizações dos estudantes empreendidas no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, em movimentos como o Movimento Contra a Carestia (BORGES, 2008). Sobre este último, Borges explica que:

No Maranhão, o Movimento Contra a Carestia foi lançado em 1º de maio de 1979, na Igreja do Bairro de Fátima, como parte das comemorações do dia do trabalhador. A iniciativa partiu de grupos da Igreja, como a Ação Operária Católica e grupo de jovens mas foi prontamente encampada por outras entidades democráticas de São Luís, como a Sociedade de Defesa de Direitos Humanos, Comitê Brasileiro pela Anistia e o DCE UFMA, tornando-se um movimento de grande longevidade e presença forte em diversos bairros populares.

A Igreja em suas fileiras progressistas atuou em diversas frentes de lutas, e nesse processo não se pode deixar de mencionar o trabalho desenvolvido pelas CEBs. De

acordo com Adriance (1996, p. 181) “as capelas rurais, os antecedentes da CEBs no Maranhão, foram iniciadas nos anos cinquenta. Por volta de 1965, os primeiros grupos que se chamavam comunidades eclesiais de base já existiam”. Por outro lado, Borges explicita que essas organizações que já existiam (a autora se refere a elas como comunidades de culto), no decorrer dos “anos 1970, parte delas assumiu preceitos da Teologia da Libertação, procurando, a partir do método ver, julgar e agir, associar às suas práticas religiosas e caritativas, questões como a organização sindical e a política”.

O entendimento é que as comunidades eclesiais de base no Maranhão foram resultados de ações de estruturas organizativas que já existiam (capelas rurais ou comunidades de culto), porém, posteriormente adotou-se referenciais de uma proposta social mais engajada através da Teologia da Libertação. Borges (2008, p. 79), explicita que:

As atividades mais frequentes destas comunidades eram diversificadas, indo das celebrações religiosas (batismo, catequese, círculos bíblicos) ao engajamento político em sindicatos, associações, movimentos sociais como o Movimento Contra a Carestia. Também realizaram visitas a residências e a enfermos, viabilizaram a construção de escolinhas e capelas, cursos da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e campanhas de saúde. Este último bloco de atividades era, na época, o ponto forte de atuação da Caritas.

As ações desenvolvidas pelas CEBs iam desde atividades de cunho religioso às ações de assistências as populações de menor poder aquisitivo e, nessas assistências, incluíam-se orientações para o desenvolvimento de lutas por direitos. Percebe-se que determinadas estruturas e alas da Igreja Católica adotaram uma postura de envolvimento com as lutas de algumas comunidades e movimentos, atuando nesse processo de desenvolvimento das lutas sociais num contexto de redemocratização em São Luís.

O período analisado, em termos de mobilizações sociais, apresenta movimentos e mobilizações sendo construídas num contexto de redemocratização, porém ainda diante de um Estado autoritário. Apesar das mudanças implementadas pelo regime autoritário, (maior liberdade na imprensa e no rádio, volta dos exilados políticos, fim do bipartidarismo) o Estado local utilizou diversos mecanismos para coibir as mobilizações sociais que aconteciam pela cidade. E foram diversas as formas de manifestação que foram se configurando neste período, demarcando um cenário de mobilizações. Em 1979, ocorreu um seminário sobre a questão dos direitos humanos, realizada pelo MDB juntamente com o Instituto de Estudos Políticos e Sociais Pedroso Horta (IEPS) (MARMANILLO, 2015) que contou com a colaboração de membros da Igreja Católica.

No início dos anos 1980 acontece a formatação do primeiro grupo feminista na cidade, o Grupo de Mulheres da Ilha de São Luís. Além da constituição do Comitê de Defesa da Ilha.

O Estado usou não apenas forças repressoras com utilização da violência física, mas, também usou mecanismos como cooptação de lideranças, além de tentar criminalizar a luta de alguns movimentos, como no caso o estudantil. O que permite o entendimento de que, apesar de um cenário de maior liberdade comparado a períodos anteriores do regime militar, ainda os mecanismos repressores deste modelo de Estado se faziam presentes. O que significa que haviam limites às manifestações. Por outro lado, verificou-se que alguns movimentos contaram com participações de membros, reconhecimento de suas lutas ou com determinadas estruturas da Igreja Católica, como foi o caso do Movimento Contra a Carestia, o movimento estudantil e as lutas empreendidas pelas associações de moradores.

As mobilizações que ocorreram neste período demonstraram que, apesar de existir tentativas de unificar a esquerda e existir a argumentação da luta contra um regime ditatorial, nesse caso um “oponente em comum” aos movimentos, haviam disputas e fissuras que ocorreram em alguns grupos, como o caso do MDB, no interior de uma ala do próprio partido citado, com o Movimento Oposição pra Valer e na Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. Portanto, é diante de uma sociedade enfrentando processos de redemocratização, com movimentos e mobilizações atuando em diversas questões, que aconteceram as mobilizações do Comitê de Defesa da Ilha.

5.2 O Comitê de Defesa da Ilha e a luta ambientalista.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, São Luís passou por um processo de lutas sociais que foram construídas com estabelecimento de variadas temáticas. Com o processo de redemocratização em curso na sociedade brasileira, mobilizações sociais encontraram, neste período, um cenário possível para sua ocorrência. De acordo com Alonso, Costa e Maciel (2007), houve na fase inicial do processo de redemocratização do país, alteração na estrutura de oportunidades políticas. Aliás para os autores citados, o ambientalismo no Brasil, passou por um desenvolvimento quando ocorreram mudanças na estrutura de oportunidades políticas. Neste caso, eles citam que em nosso país, aconteceram essas mudanças em três momentos. Primeiro no processo de

redemocratização, segundo na Assembleia Constituinte e terceiro na Rio-92 (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007). Como tratamos da luta ambiental no início dos anos 1980, estaremos voltados para o processo que acontece na redemocratização.

Para compreender como o Comitê de Defesa da Ilha construiu sua questão ecológica, é preciso observar como ocorre inicialmente a constituição do grupo. Bárbara English (1984, p. 19) apresenta desta forma os objetivos que a Alcoa possuía neste território:

Poucos meses após o ex-Governador João Castelo ter exaltado as oportunidades de investimento no Maranhão, no II Congresso Nacional sobre o Nordeste, realizado em 1979, em São Paulo, chegava a São Luís a Alcoa Alumínio S/A. Em sua bagagem, um projeto ambicioso: produzir, a partir de 1984, 500 mil toneladas de alumina e 100 mil toneladas de alumínio metálico por ano. Mas a grande meta, conforme anunciou, era aumentar a produção para 3 milhões de toneladas de alumina e 300 mil toneladas de alumínio, ambas por ano.

Segundo a citação, a empresa, possuía planos de uma grande produção na área do Alumínio no Maranhão. Por outro lado, encontra-se o governador do Estado num propósito político de atrair investidores para o Estado. O ano é 1979, período que Castelo e o discurso desenvolvimentista já se fazem presentes, com projetos como o da Estrada de Ferro Carajás empreendida pela atual Vale. Mas, a Alcoa não estava entrando pela primeira vez no país, naquele período. Conforme apresentado em outros momentos deste trabalho, a empresa já estava no país desde os anos 1960. Assim como outras corporações multinacionais, já explorava as riquezas minerais em outros estados da nação.

A Alcoa vinha realizando processos que visavam estabelecer o controle das diferentes etapas de produção de alumínio, inclusive obter condições favoráveis para exportar seu produto. Questão que a empresa poderia resolver com uma fábrica em São Luís. Outro ponto já apresentado é que não podemos esquecer que se tratava de um corporação com atividades em diversos países e com larga experiência no estabelecimento de atividades e condições que tornava o jogo a favor de suas reivindicações. A empresa era colocada como uma “gigante” do ramo de alumínio.

Diante de movimentos ambientalistas crescentemente contestatórios nos países centrais do capitalismo e das críticas construídas às explorações sobre a natureza realizadas pelo capitalismo e suas corporações, a possibilidade de exploração de mão-de-obra barata em outros países e o fato do Brasil ter apresentado em Estocolmo que estava aberto a poluição e a existência ou proximidade de áreas ricas em recursos naturais, como

no caso do Maranhão, tornavam-se forte atrativos para os deslocamentos produzidos por empresas como a Alcoa, visando escapar dessas críticas e fomentar explorações em outras regiões do globo. Outro motivo para o interesse de atuação econômica na Amazônia oriental brasileira, este sem dúvidas um dos principais devido a grandes riquezas minerais encontradas, é que para esta multinacional não existia apenas uma grande quantidade de materiais a serem explorados, mas também a possibilidade de manutenção de abastecimento do mercado por longos períodos. Mas este fato aumentaria o capital simbólico e financeiro desta empresa nas relações de mercado. Isto quer dizer que diante das mutações e críticas que ocorreram no capitalismo em termos de países centrais, as atividades da Alcoa no país, e naquele período no Maranhão, representavam a continuidade dos objetivos da empresa no mercado, não apenas se estabelecendo como uma das maiores do ramo, mas ao adquirir minas de bauxita no Pará e realizar a produção de alumina e alumínio no Maranhão, a empresa visava aumentar seu peso financeiro e simbólico na competição que travava com outras corporações do seu setor.

O passo seguinte da empresa foi apresentar, através de uma carta, suas intenções em estabelecer uma produção industrial na área de alumínio em São Luís. Conforme já abordado, de um pedido inicial de 3.500 hectares, em janeiro do ano de 1980, a Alcoa ampliou para 10.000 hectares. Porém, English (1984) aponta que as negociações entre Estado e Alcoa foram realizadas sem conhecimento inicial da população. Haroldo Saboia, na época, Deputado Estadual, ao tomar conhecimento dessas relações protestou na Assembleia, já no mês de junho de 1980:

O deputado Haroldo Saboia denunciou ontem da tribuna da Assembléia Legislativa a instalação em São Luís de uma usina de produção de alumina e alumínio. A exploração será feita pela empresa multinacional Alcoa Alumínio S/A (americana), que tem, como representante no Brasil, o ex-ministro da Indústria e Comércio e ex-governador de São Paulo, sr. Paulo Egydio Martins. A usina que seria implantada a partir de julho próximo segundo o deputado opositorista “ – transformará São Luís num lixeiro da produção capitalista”.

Haroldo acentuou que sua atenção foi despertada através de matéria publicada, no último dia 25, pelo jornal “Diário do Povo” onde o ministro das Minas e Energia, Cesar Cals, anunciava em Recife que a Alcoa instalaria uma usina de alumínio em São Luís e para tanto o Governo do Maranhão daria tratamento especial, no que diz respeito ao fornecimento de energia elétrica e matéria prima.

[...]A denúncia de Haroldo Saboia frisa que o ante-projeto da Alcoa prevê a ocupação de cinco mil hectares de terras em São Luís entre a BR-135 e a Baía de São Marcos. Prevê ainda investimento no montante de 800 milhões de dólares, ou seja, 40 bilhões de cruzeiros. Esse montante produziria oito mil toneladas de alumina por mês, em sua fase inicial e na fase de expansão 25 mil toneladas de alumínio e 175 mil toneladas de alumina mensal.

Isto significa que apenas 15 por cento da produção será transformada em alumínio. O restante será, pelo que deixam entender, exportada na forma de alumina, produto semi-acabado, com menor valor agregado, acentuou o deputado da Oposição, salientando que a produção de alumínio - que gera mais emprego - está colocada em segundo plano, enquanto o processo de transformação da bauxita em alumina é terrivelmente poluente. Citando o jornal paraense "Resistência", Haroldo diz que uma luta está sendo desencadeada em Belém contra instalação de semelhante usina. Falou que o alumínio industrial é obtido a partir da alumina, que, por sua vez, é extraído da bauxita. Até a obtenção do produto comerciável, a bauxita, portanto, passa por dois processos industriais o primeiro por métodos mecânicos e químicos e o segundo por eletrólise, consumindo uma grande quantidade de energia. "Na extração da alumina da bauxita", continua Haroldo, "é eliminada da grande quantidade de soda utilizada no processo químico. A redução da alumina em alumínio é eliminado o gás fluorídrico ambas substâncias altamente nocivas à saúde".

O deputado opositor disse ainda que a bauxita será transportada, a preço baixo, pela ferrovia da AMZA. A energia elétrica não será fornecida pela CEMAR³¹, o que beneficiaria o Estado do Maranhão e sim pela Chesf³², futuramente integrada à Eletronorte. O porto de escoamento não será o da Companhia de Docas do Maranhão (Codomar), ou seja, o Porto do Itaqui mas um outro construído pela multinacional ao lado do porto do Itaqui. A Alcoa necessitará de 600 mw de energia elétrica por mês, quando hoje o consumo de todo o Estado não ultrapassa os 100 mw. A multinacional precisara de 400 mil metros cúbicos de água e o Estado é quem será o responsável por esse fornecimento, através do Projeto Italuís. Haroldo assinala que "enquanto a Alcoa receberá quase de graça a bauxita energia, transporte, água, terreno, São Luís receberá o lixo como resultado imediato dessa implantação. Esse lixo é formado pelas emissões de resíduos apelidados, de lama vermelha, constituído de proporção quase igual à dos produtos exportados.

O deputado da Oposição fala que o simples anúncio de uma indústria semeia esperança a tantos desempregados e sub-empregados, abandonados da terra, expulsos de suas lavouras. "Uma esperança, um fio da esperança que seja aos homens e às mulheres de São Luís esses desamparados, que, quando ousam reivindicar um punhado de terra, recebem do prefeito Roberto Macieira o tratamento de "moleques" como se o robusto prefeito que lhes nega a terra e o pão se distraísse em oferecer-lhes de graça um espírito apalhado de um circo de ameaça de despejo, de violência e de morte" afirmou Haroldo. Ele exige, por outro lado, que a Secretaria de Recursos Naturais, Tecnologia e Meio Ambiente tome providências, para que seja estudada alternativa de localização para a Alcoa" já que sua implantação em São Luís significará a poluição de nossas baías, o extermínio de nossas reservas marinhas, a destruição de nossas praias, o envenenamento de nossa atmosfera, a contaminação do lençol freático de São Luís e a destruição de nossa flora e fauna (JORNAL PEQUENO, 03/06/1980).

O texto apresenta o deputado Haroldo Saboia num tom denunciativo, informando que a empresa Alcoa se instalaria na cidade e transformaria a mesma num lixeiro. Além de explicitar que a empresa sairia ganhando com esse processo produtivo, gerando um tipo de produção altamente poluente na Ilha, pontua que em Belém já existia uma luta

³¹ CEMAR: Companhia Energética do Maranhão.

³² CHESF: Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

construída contra tal empresa. Por outro lado, o texto cita que o deputado não deixou de explicar por que essa produção é danosa para o ambiente local. Inclusive afirmando que tipo de lixo a cidade receberia como consequência das atividades da Alcoa.

O texto do Jornal Pequeno, também apresentava Haroldo Saboia demonstrando indignação diante das políticas construídas pelas autoridades locais, que prometem emprego a sua população, porém o tratamento que exerciam na prática estava centrado em diversas formas de violência contra a mesma. A notícia é encerrada informando que o político citado exigia que a secretaria especializada na questão tomasse providências, o que redundariam numa outra localização para a fábrica da Alcoa, mas que esta não estivesse na Ilha. Por último, utiliza novamente uma argumentação ecológica, apresentando as consequências da manutenção de tal projeto para a Ilha. Segundo o texto, o político chama a atenção para a possibilidade de produção da empresa estrangeira contaminar a água local, fauna, flora, praias e reservas marinhas. Ou seja, uma contaminação que atingiria variadas formas de vidas e seus meios de sobrevivência.

É importante nesse momento pontuar quem era Haroldo Sabóia quando profere esse discurso. Como estamos em 1980, é importante não esquecer que o político citado, vinha de uma campanha vitoriosa na última eleição para Deputado Estadual, pelo MDB, principalmente através do Movimento Oposição pra Valer que lhe garantiu sucesso no pleito. Com o processo de reforma partidária, nesse momento, estava filiado ao PMDB. Por outro lado, o mesmo, estava identificado, como o próprio texto indica, na chamada oposição ao grupo que ocupava o governo e participou do Comitê de Defesa da Ilha.

Haroldo Sabóia já vinha de experiências em mobilizações sociais em sua trajetória, se envolveu com o movimento estudantil, participou do Partido Comunista. Graduou-se em jornalismo na UNB, posteriormente com o Golpe de 1964, morou em Paris e realizou o mestrado em economia na Universidade Paris I (Universidade Pantheon-Sorbonne), e ao retornar ao país, nos finais dos anos 1970, liga-se ao MDB. Trata-se, também, de um político com família já com experiências no campo político, o pai (José Pires Sabóia) foi Deputado Federal pelo Maranhão (1969-1975) (EDNÍLSON; CARNEIRO, 2018), e com uma trajetória não apenas constituída de incursões por grupos que eram identificados como de esquerda, mas também, por cursar universidades que gozam de prestígio, e alcançar o objetivo de ser eleito já em sua primeira eleição. O político possuía ligações com grupos que estavam envolvidos nas lutas sociais dos finais dos anos 1970 na cidade.

Outra questão importante é localizar quem era, naquele contexto, o jornal que noticiava a fala de Haroldo Saboia:

O Jornal Pequeno (JP) foi criado em 1951 por José Ribamar Bogéa e segue como propriedade de sua família. Apesar de reivindicar, na sua apresentação, uma origem e uma continuidade constituídas a partir do seu caráter “independente” e “apartidário”, desde a década de 1960 o órgão tem sido identificado com posicionamentos “antisarneysistas” no espectro de forças políticas (GRILL; REIS, 2015, p. 248).

Pelas informações apresentadas, percebe-se que a fala de Haroldo Sabóia na Assembleia era registrada e noticiada por um jornal que realizava oposição ao grupo político liderado por José Sarney. O que permite entender o registro da fala e o tom da manchete em letras bem expressivas: “*Haroldo Sabóia denuncia multinacional*” (JORNAL PEQUENO, 03/06/1980). Mas, além disso, indicava que na luta travada entre aqueles que se colocavam contra ou favor da instalação da Alcoa, o jornal atuaria como um veículo de crítica a esta instalação e de publicização das ações do Comitê.

Com a notícia das negociações envolvendo Alcoa e governo, este último passou a se posicionar, devido a reação de determinados indivíduos na sociedade local, principalmente sobre a forma como foi conduzido esse processo de negociação. Como já dissemos anteriormente o governo local estabeleceu, diante da reação as negociações com a Alcoa, um grupo que analisaria o que era o projeto de construção da fábrica desta empresa e a possibilidade de sua produção no cenário local. O grupo concluiu que havia ausência de informações importantes sobre a produção realizada pela Alcoa assim como suas consequências sobre a realidade da Ilha (ENGLISH, 1984).

De acordo com Santos (2010, p. 123), o grupo era formado por “Eng. Civil e sanitaria Rogério Antônio Nogueira Santos; Eng. Civil Carlos Augusto Dias Vieira; Eng. Civil Mário Perfette; Economista Fernando Barreto; Biólogo Mário do Nascimento Moraes e o Químico e Economista Raul Ximenes Galvão”. De acordo com Silva (1997, p. 101) “este grupo foi denominado pelo governo do Estado de “Grupo Especial de Trabalho”. Porém, apesar de um conjunto de especialistas produzirem um relatório contrário à instalação da Alcoa, o Estado de forma autoritária mantinha o projeto. Não existiu consulta a sociedade local sobre o projeto. O jornal, *O Estado do Maranhão*, noticiava em julho de 1980, o início da obra referente a fábrica da Alcoa:

Um contrato de compra e venda de um imóvel foi assinado ontem, entre o governador do Estado e a ALCOA Alumínio S/A, em continuidade ao termo de acordo firmado no dia 12 deste mês. O imóvel fica localizado na área do Distrito Industrial de São Luís.

[...] Um dos grandes benefícios que a implantação da Alcoa trará ao Maranhão é a possibilidade da instalação de outras indústrias, além de proporcionar emprego para milhares de Maranhenses.

A construção da fábrica será iniciada em agosto, inclusive com a instalação de completo equipamento contra poluição. Na fase de implantação, serão criados 4 mil empregos diretos.

A indústria entrará em operação em 1983 e proporcionará uma arrecadação de ICM³³ no Estado da Ordem de 37 milhões de dólares, quantia superior a atual arrecadação estadual. Serão produzidos inicialmente cerca de 500 mil toneladas de alumina e 100 mil toneladas de alumínio, anualmente. Nessa fase, a indústria oferecerá 2.500 empregos diretos e 5.000 indiretos (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 25/07/1980, p. 01).

O jornal citado estava ligado ao grupo político que estava no poder do Estado. De acordo com Igor Grill e Eliana Reis (2015, p. 248):

Em 1968, o então governador do estado, José Sarney, começou a integrar o quadro societário do jornal e Bandeira Tribuzzi, poeta e seu principal assessor, passou a dirigir a redação do veículo. A primeira denominação do periódico foi *O Dia*, começou a circular em 1953 e, em 1959, foi adquirido pelo empresário e político Alberto Aboud. Somente em 1973, já sob o comando acionário do senador José Sarney, houve a modificação do nome, passando a se chamar *O Estado do Maranhão*. Atualmente faz parte do Sistema Mirante de Comunicação, juntamente com rádios e televisões.

O jornal era um veículo importante de apoio às políticas implementadas pelo governo do Estado, uma vez que este último estava vinculado ao grupo político liderado por José Sarney. Na Reportagem, o imóvel seria destinado a construção da fábrica da Alcoa. A manchete prossegue ilustrando os benefícios que esta indústria proporcionaria à cidade de São Luís, possibilitando a vinda de outras indústrias, além da geração de empregos. Por outro lado, também é informado que a empresa não iria poluir, pois apresentaria equipamentos de controle da poluição.

Verifica-se, nesse caso, o canal de informação utilizando um argumento que é a confiança humana na eficácia dos implementos tecnológicos. Como se o fato de existir mecanismos que se supõe serem avançados em termos de eficácia coibiriam a possibilidade de danos à humanidade e ao meio ambiente. Ao mesmo tempo este discurso, visa responder as críticas que já existiam naquele contexto sobre a possibilidade de poluição que representava a atividade da Alcoa.

³³ ICM: esta sigla significa Imposto de Circulação de Mercadoria, imposto que posteriormente se tornou Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A Alcoa negociou uma isenção de 20 anos do ICM, o que vem sendo renovado continuamente através de leis aprovadas na Assembleia Legislativa do Maranhão.

Na data de 25 de julho, o jornal *O Estado do Maranhão*, também, informava a visita que representantes da Alcoa realizaram ao jornal, explicando sobre a empresa e seu projeto em relação ao Maranhão. Segundo o jornal:

[...] O Projeto Alcoa Alumínio S/ A opera, hoje em dia, em 15 países pondo em funcionamento 53 unidades, numa família de 47 milhões de trabalhadores dentre homens e mulheres, numa “profissão de Fé” conforme o lema adotado dentro do complexo.

Em nosso Estado, Alain Balda garantiu que o projeto estará operando, inclusive produzindo alumínio, a partir de julho de 83, com investimentos na ordem de um bilhão de dólares e abrindo um mercado de trabalho capaz de suportar 2.500 empregos diretos, além de milhares de outros intermediários. Os primeiros reflexos positivos de sua implantação em nosso Estado já são anunciados pelos jornais e demais órgãos de comunicação da cidade, com os constantes anúncios populares para o recrutamento de pessoal para o trabalho primário. E isso ele enfatizou ser apenas o começo de tudo.

[...]O FATOR POLUIÇÃO

Para dirimir qualquer dúvida quanto ao fator poluição, já especulado pela imprensa tão logo a companhia anunciou a implantação do projeto para nosso Estado, Alain Belda e Nermécio Nogueira fizeram questão de frisar por diversas vezes que a Alcoa é uma empresa voltada para o futuro. Portanto, nosso maior interesse não é poluir. E sim preservar.

Depois, foram mostrados diversos slides das três maiores empresas da Companhia, localizadas na Noruega, Austrália e nos Estados Unidos, nos quais foi aparentado um perfeito equilíbrio ambiental entre o aspecto tecnológico e a vegetação, inclusive locais onde no passado foram feitos lagos de lama, e que hoje são terrenos fertilizantes tanto para a agricultura como para a pecuária (O ESTADO DO MARANHÃO, 25/07/1980, p. 04)

A reportagem que aparece na data de 25 de julho de 1980 foi realizada depois do governo ter decidido pela implantação da Alcoa na cidade. Porém, nessa data já havia ocorrido manifestações contrárias à instalação da empresa, como a do deputado Haroldo Saboia. Sendo assim, o jornal anuncia os benefícios que a empresa proporcionaria aos maranhenses, como por exemplo, a geração de empregos. Pela reportagem foi informado que a empresa já recrutava trabalhadores para a obra de construção da fábrica. E devido às manifestações apresentando o perigo que a atividade da empresa representaria em consequência da poluição que causaria no ambiente local, respondeu que, segundos os dirigentes da Alcoa, o objetivo era preservar e não poluir. Chama atenção que, na reportagem, existe um tópico com letras bem expressivas, avisando sobre a questão da poluição. A reportagem também responde citando países importantes cujas ações da empresa não teriam provocado desequilíbrio ambiental. O veículo de informação apresentado, cria argumentações visando desqualificar argumentos que estavam sendo

construídos de que a empresa não empregaria o número que informava e também afetaria gravemente o ambiente da Ilha.

Segundo Santos (2010, p. 124):

[...] na presença de representantes de órgãos do governo, empresários, autoridades federais, do Estado e do município de São Luís, em 31 de Julho de 1980, a empresa se instalou, com o ato simbólico de plantar uma muda de Bebuia Serratifolia (pau d'arco amarelo) no local de suas futuras instalações.

Iniciavam-se as obras de construção da fábrica da Alcoa em São Luís. E nesse cenário, uma luta entre agentes interessados no estabelecimento desta fábrica e aqueles que passaram a se posicionar contra a instalação da empresa na Ilha do Maranhão vinha se configurando. Segundo English (1984, p. 28):

A partir de julho de 1980, os moradores da Ilha, motivados pela situação crítica e animados por uma associação comunitária chamada ASSACRE, começaram a estudar o significado e as consequências da implantação da indústria de alumínio para eles. Através de uma pesquisa promovida por aquela associação partiram para enfrentar o inimigo popularmente chamado de “Besta Fera”. Segundos os resultados daquela pesquisa, a maioria achou importante ficar na terra, como disse uma moradora.

A Associação Agrícola do Cristo Redentor (ASSACRE), foi formada no ano de 1976 (SILVA, 1997). “Tinha como objetivo de agrupar os agricultores da Ilha em uma associação para difundir técnicas de manejo para melhorar a produção e implantar novas culturas, além de procurar disseminar informações de cunho social e econômico” (SILVA, 1997, p. 108). Mas, além da ASSACRE, outro grupo se constituía na luta contra a inserção da Alcoa no interior da Ilha. Segundo English (1984, p. 28-29):

Ao mesmo tempo em que os moradores do interior da Ilha estavam tentando se organizar, na cidade, o poeta e escritor José Nascimento de Moraes Filho, já reagia energicamente contra a Alcoa. Logo um grupo de pessoas de diversas profissões, preocupadas com a ecologia e com o prejuízo social que a ALCOA representa reuniu-se com o Professor Nascimento e, juntos, fundaram o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís, no dia 10 de agosto de 1980, data comemorativa de Gonçalves Dias, poeta da natureza. Esse comitê, com grande aceitação na comunidade tem sido até agora o principal sustentáculo da luta popular contra a ALCOA. Através de um forte programa de comunicação nas ruas, nos jornais, no rádio e na TV, o Comitê prossegue e seu propósito de manter informada a população de São Luís e de, assim, contribuir a seu senso crítico a respeito da Alcoa e do “progresso” trazido por essa companhia transnacional. Também lança-se sempre em ações concretas de apoio à população do interior da Ilha em sua luta contra a ALCOA promovendo, na cidade, debates e manifestações sobre a ecologia e a conservação do meio-ambiente.

Surgia, portanto, no dia 10 de agosto de 1980, o Comitê de Defesa da Ilha. O texto fala de agentes de diferentes profissões com preocupação voltada para situação ambiental

da Ilha e com a consequência social da instalação da fábrica da Alcoa em nosso território. A própria data de fundação do grupo chama atenção. De acordo com a citação, a data diz respeito ao nascimento do poeta Gonçalves Dias, o que já sinaliza que o movimento, ao utilizar a simbologia desta data, indica que a situação ambiental é uma de suas frentes de luta. Relatando ainda sobre a formação do Comitê e de acordo com o advogado e radialista Josemar Pinheiro:

[..] o movimento, ele nasceu, tinha um cientista, economista, [..] formado em química [..] o Raul Ximenes, ele veio para o Maranhão trabalhar para Secretária de Meio Ambiente, isso no tempo do Darson Dagoberto, no governo do João Castelo. [...] E aí, ele foi uma das pessoas que fez parte do relatório sobre implantação da Alcoa aqui em São Luís. [...] Mas ele era uma pessoa assim de orientação progressista [...] e ele procurou dar publicação a esse fato de que, inclusive nos Estados Unidos, eles não estavam permitindo mais a implantação desse tipo de planta industrial de alumina e alumínio. [...] E aí, ele fez esse documento vir parar nas nossas mãos, esse relatório. A partir desse relatório é que nós tomamos conhecimento de que existia o projeto Alcoa a ser implantado aqui [...]. A partir daí, se fez uma reunião com várias pessoas que eram do campo progressista e nós começamos a nos debruçar em cima desse relatório. Que era um relatório que concluía pela inconveniência de implantação [..] da planta industrial da Alcoa na Ilha de São Luís pelas consequências de natureza ambientais que iria trazer impactos ambientais, econômicos e sociais (Josemar Pinheiro foi membro do Comitê de Defesa da Ilha. Entrevista realizada em 18 de ago. 2018)

Nesse processo de constituição do grupo, foi importante o contato que o grupo teve com o relatório produzido pelo Grupo de Trabalho que, conforme a entrevista, foi criado durante o governo de João Castelo. Mas, pela entrevista, ainda não existia conhecimento do que era o projeto Alcoa e nem o que significava esse tipo de indústria. Por outro lado, o papel desempenhado por Raul Ximenes foi importante, pois este agente informa as pessoas que formariam o Comitê, sobre o que era o tipo e as consequências do projeto da corporação estrangeira para a Ilha.

O texto anterior também aponta que na constituição da luta contra a Alcoa, o Comitê de Defesa da Ilha foi o grande agente em termos de mobilizações populares. Mas, também observa alguns meios que o movimento estabeleceu para informar a população e divulgar suas ideias. O movimento não centrou seus protestos e formatos de reivindicação apenas com passeatas, mas utilizou também jornais, rádios e até a TV. Marluze Pastor, que no período de formação do Comitê trabalhava na Cáritas Brasileira³⁴, depois veio

³⁴ Trata-se de um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que em sua página eletrônica apresenta-se da seguinte forma “A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da

participar da Sociedade Maranhense de Defesa de Direitos Humanos e desenvolveu, através desta organização (Cáritas), atividades juntamente às comunidades, relata sobre os instrumentos que o Comitê utilizou no processo de publicização da luta ambiental:

[...] e teve umas coisas muito legais [...] tinha um programa de rádio, [...] depois alguns instrumentos e materiais que o Comitê utiliza, acho que são superimportantes, até considerando uma situação atual são muitos modernos. E também muito formadores, como por exemplo o programa de rádio. Tinha um programa de rádio na Educadora³⁵ [...] também teve um momento que aqueles autôfalantes na rua Grande³⁶ também passavam mensagem sobre a questão (Marluze Pastor, era membro da Cáritas Brasileira. Entrevista realizada em 13 de ago. 2018).

O que mostra uma variedade nos repertórios utilizados como formas de mobilização. Esse formato de divulgação de informações como através de um sistema de som na rua Grande tinha sua importância naquele período, pois o local utilizado como divulgador de informação era um centro de grande movimentação em termos de pessoas na cidade. Mas o texto anterior, também indica que o Comitê não ficou apenas centrado em sua própria questão, mas também atuou no auxílio às comunidades que, com a fábrica da Alcoa, poderiam perder seus territórios. Visando contribuir na luta das comunidades da zona rural ameaçadas por tal projeto, os membros do Comitê “fundaram entidades comunitárias, tais como Uniões de moradores, Clube das Mães; para orientar as comunidades a resistir na luta para permanecer na terra” (SILVA, 1997, p. 110). De acordo com Silva (1997, p.110):

Trabalharam dentre outras comunidades, em Jacamim, Ilha Pequena, Coqueiro, Igarauá e Pedrinhas, sempre procurando passar informações políticas e educacionais às comunidades visitadas, desenvolvendo sempre os princípios básicos do Comitê: promover a cultura, discussões sobre política e promover ações que desenvolvessem a organização comunitária.

Portanto, surgia um movimento cuja preocupação não estava centrada apenas na questão ecológica, mas entendia que não poderia ser dissociada a questão social desse processo, e nem a situação política. Observa-se que as ações do grupo chegaram à zona rural da Ilha. O movimento, não apenas usou uma Ação Popular afirmando que eram ilegais as ações que resultaram na chegada da Alcoa na Ilha, como uma Manutenção de Posse, com o objetivo de atuar na defesa das comunidades que lutavam pela defesa do seu território (ENGLISH, 1984).

construção solidária de uma sociedade justa igualitária e plural” (Disponível em: [http:// caritas.org.br/](http://caritas.org.br/). Acesso em: 12/07/2018).

³⁵ Rádio fundada e mantida pela Arquidiocese de São Luís do Maranhão da Igreja Católica.

³⁶ Importante rua comercial do Centro da cidade de São Luís.

Outro componente importante no auxílio às comunidades ameaçadas de perda do território foi o trabalho desenvolvido pelas irmãs de Notre Dame de Namur. As irmãs haviam chegado a São Luís em 1969, a pedido de padres da Ordem Redentorista, e os seus trabalhos estavam inicialmente voltados para o desenvolvimento de comunidades de base. Através destas atividades, as irmãs tinham contato com as comunidades rurais da Ilha. Utilizando as reflexões bíblicas, faziam o trabalho de associação destas leituras com as realidades vivenciadas cotidianamente pelos moradores dos povoados. Uma das discussões do período dizia respeito à ameaça de perda das terras que as comunidades utilizavam para sobrevivência. Pois, tinha-se conhecimento dos projetos do Estado de transformar parte da região rural de São Luís numa área industrial (ADRIANCE, 1996). Apesar da saída de algumas irmãs de Notre Dame de Namur da paróquia do São Cristovão, diante da chegada da Alcoa e da permanência e luta dos moradores dos povoados, destacou-se o trabalho da irmã Barbara. Segundo Adriance:

Irmã Barbara mantinha-se em contato com os habitantes, visitando-os nos fins de semana e mais tarde recebendo apoio das Cáritas, entidade da Igreja dedicada ao desenvolvimento de comunidades, afim de dar continuidade ao trabalho em tempo integral de organização da resistência (ADRIANCE, 1996, p. 89).

O que encontramos nesse caso, são determinados indivíduos ligados às questões mais progressistas na Igreja Católica, também, atuando no processo de construção e enfrentamento da luta contra a Alcoa. Nota-se que laços e solidariedades eram construídos pelo Comitê e povoados atingidos pela Alcoa, assim como ocorreu no auxílio prestado pela ASSACRE e por determinados religiosos da Igreja Católica, além da Cáritas Brasileira, às comunidades. Pois, estavam diante de uma corporação com destaque no cenário internacional e que contava com apoio do governador da época. Nesse caso e diante de uma situação que rapidamente se configurava, os manifestantes assim como os interessados na instalação da fábrica estabeleceram seus posicionamentos, demarcando não apenas um conflito e disputa entre as partes, mas também quem eram os “jogadores”.

Nesse contexto, a Alcoa e o governo do Estado também contaram com o Jornal *O Estado do Maranhão*, na construção dos seus discursos afirmando que a empresa não estava na Ilha para poluir, conforme já apontado em algumas reportagens deste veículo. Por exemplo, em reportagem de 23/09/1980, o jornal adotava a seguinte manchete: “*Processo utilizado pela Alcoa não polui o meio ambiente*” (O ESTADO DO MARANHÃO, 23/09/1980, p. 04). Segundo o jornal:

A opinião da maioria dos integrantes da comitiva maranhense, composta por treze pessoas, que esteve visitando as instalações da Alcoa Alumínio S/A, fábrica de Poços de Caldas, é que o processo de Industrialização que vem sendo utilizado na fabricação do alumínio e da alumina não polui o meio ambiente. Foi percebido, ainda, que, por parte da Empresa, existe uma séria preocupação para preservação da natureza, não sendo observado qualquer tipo de ameaça à destruição da flora e da fauna locais, fato reconhecido inclusive pelos habitantes daquela estância mineira. Esperam os maranhenses, como explicaram algum dos entrevistados, que a mais moderna tecnologia do setor venha a ser utilizada em nosso Estado, quando da Implantação do complexo, através de sofisticados equipamentos, para que também a população de São Luís não se defronte com qualquer problema de ordem ecológica.

A empresa, para reforçar o discurso de comprometimento com a questão ambiental, apresenta os seguintes argumentos:

Edson Daniel da Silva, ao abordar o problema sobre poluição foi bastante questionado, tendo ele argumentado que a Alcoa Alumínio S/A, durante os dez anos de existência em Poços de Caldas há sido uma “boa vizinha”, não se registrando qualquer acidente que prejudicasse o meio ambiente local, principalmente no Ribeirão das Antas onde é coletada a água que recebe um tratamento especial pré e após utilização Industrial.

O LAGO VERMELHO

Tido como um "perigo" para aqueles que o desconhecem, o lago de lama vermelha, onde é depositada a água utilizada no processo Industrial, com resíduos de soda cáustica que é reaproveitado infinitamente de acordo com a precipitação pluviométrica; conforme revelou Edison, nele é lançado apenas 4 a 6 gramas do produto para cada litro d'água, enquanto é reaproveitado cerca de 3 a 5 gramas no mesmo espaço de tempo. No caso específico de São Luís onde o tratamento obedecerá a outras preocupações como a selagem química e o nível de precipitação pluviométrica é bastante elevado, este último será benéfico e o reaproveitamento do material será feito em maior escala

Na fábrica que vai ser instalada em São Luís, explicou, a Alcoa irá utilizar o que existe de melhor em aparelhos industriais em todo o mundo, motivo pelo qual o pessoal recrutado será treinado em Poços de Caldas (por ser mais próximo) e os especialistas estagiarão na mais nova fábrica do grupo, instalada na Austrália, com todos os recursos da mais moderna tecnologia (O ESTADO DO MARANHÃO, 23/09/1980, p. 04).

O argumento pontuado acima, justifica que além de apresentar um histórico de não causar dano ambiental na cidade citada, as atividades da Alcoa não prejudicaram a água da região próxima. Por outro lado, respondeu logo às preocupações com a questão do Lago Vermelho, informando que a Alcoa controla esse processo, não representando perigo. O texto também argumenta que a empresa utilizará os melhores instrumentos industriais, expressando novamente uma confiança nos meios tecnológicos. Visando legitimar o discurso apresentado, o jornal citado apresenta as opiniões de alguns maranhenses com destaque na cena social da cidade que estavam na comitiva:

OPINIÃO DOS MARANHENSES

José Olímpio Castro, representante do Rotary Clube do João Paulo, baseando-se em dados das cinquenta fábricas da Alcoa existentes no mundo e com mais de cem anos de existência, manifestou sua esperança em que o grupo venha a utilizar nesta capital a mais moderna tecnologia em matéria de fábrica de alumínio para a preservação do meio ambiente. [...] Pelo que viu na fábrica existente há dez anos em Poços de Caldas, comentou que não observou nenhum prejuízo ao meio ambiente; mesmo com a inexistência de fumaça poluente, comprovou a existência de vegetação e peixes, próximo ao lago de lama vermelha.

[...] O presidente da Federação das Escolas Superiores do Maranhão, Francisco Souza e Freitas, disse que a Alcoa utiliza uma tecnologia bastante avançada na redução de minério de alumínio e o que há de mais moderno em processamento Industrial, fato que o levou a acreditar que a mesma técnica será utilizada nesta capital.

[...] Ronald Carvalho analisou ainda o aspecto social, pois a “Escola Técnica Federal do Maranhão existe em função das indústrias instaladas no Estado; por isso, é natural que receba com alegria a notícia da implantação de novas indústrias, porque é nelas que residem as oportunidades para que os nossos técnicos se integram no mundo sócio econômico, contribuindo ao mesmo tempo para sua prosperidade pessoal e para o desenvolvimento e o bem-estar social do nosso povo”.

Ex-secretário de Estado, José Ateniense Libério falou à reportagem que vislumbrou uma preocupação muito grande da empresa em minimizar ao máximo a poluição atmosférica, não constatando nenhum indício prejudicial ao meio ambiente (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 23/09/1980, p. 12).

Novamente as argumentações apresentam que os participantes da comitiva confiavam no processo de produção tecnológica e um comprometimento da empresa com a situação ambiental, inclusive em evitar, ao máximo, problemas com a poluição atmosférica. Por outro lado, trata-se de pessoas com distinção no aspecto social, cuja ação visa mostrar que a sociedade civil local não deveria se preocupar com as ações da empresa, pois os maranhenses que a visitaram “constataram” o compromisso da Alcoa com o ambiente.

É como se a viagem da comitiva e a reportagem tentasse construir uma espécie de prova do que eram as ações desta empresa. Nesse aspecto, o jornal atua na tentativa de construtor da realidade, visando desqualificar outras falas, como a do Comitê que vinha se construindo contrária ao projeto da Alcoa na Ilha. Para isso pessoas com capital social foram levadas no intuito de conceder legitimidade as argumentações da empresa e governo do Estado.

Também, é importante não esquecer nesse processo o papel da CDI. De acordo com English (1984, p. 29-30):

Nos anos de 1980 a 1982, o Comitê e a ASSACRE deram total apoio aos moradores dos povoados ameaçados pela CDI e pela ALCOA. A CDI fez uma campanha forte contra os residentes que queriam ficar na área indicada

para a ALCOA. Através de seus guardas, foi dito aos moradores que não podem estabelecer seus roçados, nem consertar suas casas e, ainda mais, que se não se apresentassem logo para receber suas indenizações, nunca mais teriam chance, perdendo tudo. A população queria acreditar, mas como a ASSACRE e o Comitê explicavam, que a conversa dos guardas era apenas uma maneira de intimidar os residentes, e que pela lei, não existiam as proibições acima mencionadas. Porém, mesmo querendo ficar na área e resistir as ameaças da ALCOA e da CDI, os moradores estavam sofrendo, nesta altura, as consequências do trabalho de devastação da região de Andiroba, onde a CDI tinha adquirido uma terra antiga, pertencente a Arquidiocese de São Luís. Máquinas trabalhavam, dia e noite, criando uma situação insuportável de ruídos e poeira. Muitas crianças morreram em consequência de problemas respiratórios; a limpeza das casas se tornou impossível; e enfim, com as condições péssimas de moradia e saúde, a população partiu para as indenizações.

A CDI surge nesse processo como uma intermediadora dos objetivos do governo do Estado e da Alcoa. “Esta, por sua vez, recebeu uma comissão de 10 por cento por cada indenização e compra feita” (ENGLISH, 1984, p. 30). Realizava uma pressão sobre as comunidades, atuando com variadas formas de intimidação e violência. Encontrava-se esta organização atuando num formato que resultou na saída de uma parcela da população, embora o Comitê e a ASSACRE tenham atuado visando tranquilizar a população.

Devido aos objetivos do governo e da Alcoa de construção da fábrica, os moradores passaram a sofrer as consequências dos planos destes órgãos. “Em vista dessas dificuldades, combinada à pressão do governo estadual, 17 dos 19 povoados foram abandonados” (ADRIANCE, 1996, p. 88). Porém, enquanto esse processo acontecia “a CDI retirava da área mais de 20.000 moradores, a Alcoa subcontratava mais de 22 firmas para as diversas etapas de construção” (ENGLISH, 1984, p. 30). Porém, uma das comunidades que lutou pela permanência em suas terras foi o Igarauá. Neste local, “a companhia planejava localizar seu depósito de resíduo tóxico” (ADRIANCE, 1996, p. 88).

Segundo Silva (1997, p. 119):

Em 1981, os moradores do Igarauá entraram na justiça com uma ação de manutenção de posse, através do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís. A medida foi requerida pelos advogados Josemar Pinheiro e João Batista dos Santos. Contudo esta medida cautelar não evitou ações da CDI/ALCOA para desocupar a área, inclusive oferecendo-se para remover a população do Igarauá para uma outra área denominada Coquilho.

O Estado utilizou forças repressoras, como a polícia, visando a derrubada das casas. Os movimentos usaram jornais (Imparcial e Jornal Pequeno) e até uma rádio que foi a Educadora, cujo objetivo era tornar público o processo de enfrentamento

estabelecido pelo Igarauá com vista a manutenção do território e grupo comunitário. O que significa que, neste jogo, as mobilizações e ações do Comitê não apenas visavam barrar a entrada da Alcoa, mas indicavam conseguir apoio na sociedade civil para sua questão.

Os jornais, neste contexto e período, potencializavam a questão debatida pelo Comitê, através de meios de comunicação mais conhecidos na cidade e que podiam contribuir nesse processo de publicização das questões apresentadas pelo Comitê. Portanto, nesse jogo de posições e imposições, o governo do Estado e a Alcoa utilizaram outros órgãos como a CDI, jornais, forças repressoras e ameaças às comunidades. Utilizaram, portanto, um repertório de tentativas de convencimento e intimidações, além da violência. Por outro lado, o Comitê e os setores, que também atuavam na defesa das comunidades rurais, estabeleciam resistências, procurando publicizar a luta que enfrentavam, além de procurar barrar as tentativas de imposições da Alcoa e do Governo.

Nesse caso, a mídia atuou como um veículo importante no processo de tornar pública determinada questão ambiental. De acordo com Hannigan (2009, p. 121):

Para passar os problemas ambientais da condição de questão para uma política pública, a visibilidade da mídia é crucial. Sem a cobertura da mídia, as possibilidades que um problema prévio possa entrar numa arena do discurso público ou se tornar parte do processo político, são bastantes reduzidas. (...) Na realidade, dependemos da mídia para ajudar a fazer sentido no dilúvio diário de informação sobre os riscos ambientais, tecnologias e iniciativas.

Ficam difíceis, conforme as citações acima, as possibilidades da problemática ambiental entrar numa arena pública, sem a divulgação realizada pela mídia. Considerando que estávamos no início dos anos 1980, a divulgação de notícias através de jornais escritos e rádios em São Luís seria fundamental para que o público desta realidade conhecesse o que ocorria com a chegada da Alcoa no município. É neste processo de disputas que o Comitê construiu um discurso que era apresentado como em defesa do ambiente da Ilha. Conforme já citado, o contato com o material do Grupo de Trabalho, fornecido por Raul Ximenes, indicava o que representavam as atividades da Alcoa para a Ilha. Este fato apontado como importante na constituição da questão ecológica pelo Comitê, veio a público numa edição do *Jornal Pequeno* de 26/01/1981, com o título de “*Projeto Alcoa traz mais desvantagens que vantagens*” (JORNAL PEQUENO, 26/01/1981, p. 03):

No mesmo dia em que tomou conhecimento oficial do projeto da Alcoa para instalar um complexo de alumínio na ilha de São Luís, o governador do Maranhão José Castelo Ribeiro, criou um Grupo de Trabalho para

estudar o impacto do empreendimento sobre a economia, a vida social e a ecologia da capital e do Estado. Esse grupo começou a trabalhar no dia 6 de junho do ano passado e, 14 dias depois, entregava seu relatório ao governador. O documento é contundente: questiona eventuais vantagens econômicas do empreendimento, levanta alguns problemas de crescimento desordenado da população de São Luís e, sobretudo, aponta os sérios riscos ecológicos da localização da Alcoa na ilha. O relatório, entretanto, não veio a público [...]

[...]Mais alguns dias depois de iniciado seu trabalho, o GT foi orientado pelo governo maranhense a se preocupar exclusivamente com as questões locacionais e ambientais do projeto deixando de lado a discussão sócio-econômica [...]

[...] PERIGOS AO MEIO-AMBIENTE DE SÃO LUÍS

O Projeto Alcoa irá “conflitar sobre-maneira com a variável meio-ambiente e qualidade de vida da população devido à excessiva demanda por serviços básicos e a dificuldade do município em atender a essa demanda”. Mesmo sem dados mais detalhados, essa é a conclusão do relatório do Grupo de Trabalho do governo maranhense a respeito dos impactos ambientais do Projeto Alcoa sobre a ilha de São Luís. Particularmente grave serão seus efeitos sobre os mananciais de água da cidade, já que os atualmente utilizados estão com sua capacidade prestes a se esgotar e “os previstos para uso futuro localizam-se coincidentemente na área escolhida pela Alcoa para localizar sua planta industrial”.

Ou seja: o Projeto Alcoa vai privar São Luís de suas futuras fontes de água, exatamente no momento em que a implantação do grande Projeto Carajás imporá uma rápida expansão do sistema de abastecimento da cidade. São Luís então terá que buscar água no continente a custo muito mais elevado.

Subsolo comprometido. Com base em dados da própria Alcoa o relatório do GT afirma que, após 50 anos, as águas subterrâneas da ilha de São Luís “não poderão ser utilizadas, principalmente para a alocação de poços artesianos nos locais de despejos de resíduos sólidos e dos lagos de lama”, Isso porque os despejos altamente poluidores feitos nos lagos de lama (tanques de rejeito com capacidade para 410 mil toneladas anuais de lama vermelha) poderão infiltrar-se pelo subsolo poroso da ilha, afetando as águas subterrâneas que são ou serão utilizadas no abastecimento da cidade.

[...] Mas o que é mais grave, essa infiltração “poderá ocasionar efeitos degradantes e irreversíveis sobre o ecossistema dos mangues e estuários existentes no entorno, ecossistemas esses extremamente frágeis e vulneráveis e responsáveis pela alta produtividade biológica, principalmente das ocorrências pesqueiras, que hoje se constituem item importante da economia maranhense”,

Explica o relatório que o "aumento dos índices de turbidez, modificações no grau de salinidade dessas águas, mudanças de PH, as assoreamentos e deposições de metais pesados podem ocasionar o desaparecimento [...] e diversas outras espécies importantes que constituem o ecossistema lagunar e asturiano das baías de São Marcos e São José, no momento um dos últimos ecossistemas íntegros das costas brasileiras”.

Conforme ressalta o documento “o extravasamento dos lagos de lama poderá ocorrer por rompimento de suas paredes por transbordamento, conseqüente de altas precipitações pluviométricas concentradas em curto espaço de tempo, fato deveras comum na região e ainda por infiltração dos terrenos areno-argilosos existentes no local”.

"Todas essas formas de extravasamento" acresçenta, “comprometerão as águas superficiais e subterrâneas como também modificarão a estrutura do

substrato dos mangues por carreamento de lama vermelha para os mesmos, refletindo negativamente no equilíbrio dinâmico e bioenergético dos mencionados ecossistemas”.

Ácido sulfúrico. Outro risco ecológico do Projeto provém dos resíduos gasosos. A Alcoa prevê como única precaução, sua emissão através de elevadas chaminés, que permitiriam maior dispersão dos gases.

[...] Os gases de uma usina de alumínio possuem em alta quantidade de enxofre. Este se combina facilmente com água, transformando-se em ácido sulfúrico. Água, nessa região de elevado índice pluviométrico, é o que não falta. Os resultados serão precipitações ácidas que comprometem recursos hídricos, as espécies animais e vegetais, bem como a fixação e ciclo biológico do nitrogênio nas águas e na camada edáfica dos solos”.

Segundo o jornal, o relatório não veio inicialmente ao grande público após sua constituição em 1980, e o Grupo de trabalho teve 14 dias para apresentar suas conclusões. O que diverge de Gistelick (1984) que informa que foram apenas 11 dias o tempo que o grupo teve para entrega do trabalho. O documento analisa não apenas o impacto das atividades da empresa sobre o ambiente, mas também sobre a economia e o universo social não apenas de São Luís, mas sobre o estado também. Chama atenção o pedido do governador para que o Grupo apenas se preocupasse com a localização do projeto e a questão ambiental, não associando a investigação a processos sociais e econômicos.

É importante não esquecer que, nesse período, existia em São Luís lutas ocorrendo por moradias e família sendo deslocadas de seus terrenos e moradias. O projeto da Alcoa como relatamos implicava no deslocamento de inúmeras famílias, o que só acentuariam esses conflitos. Outro ponto é que a corporação chegava na cidade com o discurso desenvolvimentista de geração de empregos e rendas que beneficiariam a população local. O governo de João Castelo, na euforia dos projetos de corporações como a Vale e a Alcoa, também trabalhava com esse discurso. Portanto, não seria interessante para o governo produzir um relatório que apontasse contradições econômicas e sociais no projeto da Alcoa. Nesse caso, o Estado aparece com o objetivo de utilizar o conhecimento de uma expertise para produzir realidade. Porém, conforme observamos, o documento apresenta as contradições econômicas de tal projeto, além de consequências sociais e ambientais.

A reportagem do *Jornal Pequeno* trata da discussão sobre o ambiente como um tópico a parte. O relatório que o Comitê teve contato apresenta como graves as consequências das atividades de produção da Alcoa sobre o ambiente da Ilha. Para isto constrói a manchete já anunciando que é um projeto que apresenta mais desvantagens que vantagens. O que nos reporta a Hannigan, quando este afirma que “os problemas ambientais, em conformidade com o modelo desempenhado publicamente como ‘drama

social' tem mais possibilidades de receber atenção da mídia" (HANNIGAN, 2009, p. 134). A situação de São Luís a partir da entrada Alcoa é colocada como um lugar que vai se transformar num lixeiro, como na reportagem que noticiava a fala de Haroldo Saboia na Assembleia. Agora e diante de construções por parte do governo e de elites associadas aos grandes empreendimentos que visavam construir a imagem das vantagens que este projeto significava na Ilha, os grupos contrários e o Jornal Pequeno apresentam as desvantagens e suas pesadas consequência para a localidade aqui referida. Este formato de manchete já avisa ao leitor o que ela vai encontrar na reportagem, mas, chama atenção também, por construir a ideia dos perigos que rondam a Ilha, caso essa corporação se instale.

Nessas circunstâncias, foi informada a possibilidade de contaminação de mananciais. São Luís poderia ficar sem fontes de água futuramente. O subsolo ficaria seriamente comprometido devido à infiltração de poluentes dos lagos de lama. O que resultaria na contaminação de estuários e mangues importantes para Ilha, desaparecimento de espécies que habitam nas regiões das bahias de São Marcos e São José, comprometendo as atividades de pescadores. Além disso, o relatório também fala de contaminação no ambiente local por resíduos gasosos. O Comitê teve conhecimento dessas questões e do que representava a atividade da Alcoa para a Ilha, construindo, diante desse desafio, ações e argumentações centradas em referências sociais e ambientais, fato que conduziu o movimento no entendimento da defesa do ambiente da Ilha.

Pelas informações contidas no relatório do Grupo de Trabalho constituído pelo governador, depreende-se que as questões ambientais não ficaram separadas da questão econômica e social da Ilha. Pois, percebe-se que as atividades da Alcoa implicariam não apenas em sérias contaminações sobre o ambiente local, mas poderiam resultar numa alteração brusca do modo de vida de comunidades que dependem dos recursos naturais de onde habitavam, fato que seria alterado com a instalação da Alcoa. Além disso, as atividades de pescadores também sofreriam sérias alterações com tais projetos. E sem falar que a ação de Alcoa de se alocar na região resultaria nos deslocamentos de inúmeras famílias, que possuíam todo um estilo de vida, de significações e sentidos em torno de seus territórios onde a empresa se instalaria, o que afetaria seriamente o universo simbólico dos homens destas localidades. Por isso, o movimento entendeu que a luta pela defesa do ambiente local também implicava na luta pela permanência das comunidades rurais no seu território.

Portanto, ao possuir contato com o relatório, o Comitê argumentava da necessidade de desenvolver ações no sentido de publicizar sobre o que era o empreendimento da Alcoa, já que o grande público da cidade não tinha conhecimento das consequências de tais ações. O que permite também entender as ações do movimento em jornais, em sistemas de rádio, em sistemas de som da rua Grande, através de panfletos e passeatas, ou seja, trazer ao conhecimento do maior número possível pessoas na Ilha, não apenas o que era a Alcoa e seu empreendimento, mas suas consequências para esta localidade.

Por outro lado, é necessário ressaltar o papel de Raul Ximenes na construção de um discurso ecológico do Comitê de Defesa da Ilha. Numa entrevista a Rosicler Martins Rodrigues (1987, p. 03), Ximenes esclarece sobre sua trajetória até o envolvimento em questões ambientais:

Raul - Bem, devido a minha formação generalista, fui envolvido, desde os anos 70, pelas questões ambientais. O início de meu trabalho como químico industrial me levou a estudar Economia para pensar por outros ângulos a questão da política industrial. E a necessidade de ver a política industrial dentro do social me levou para as Ciências Sociais, o que me fez despertar para os assuntos ligados ao meio ambiente. Participei do primeiro órgão governamental voltado para os problemas ambientais, a SUSAM (Superintendência de Saneamento Ambiental, da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo), onde prevalecia uma visão preventiva em relação as questões ambientais. Posteriormente, esse órgão foi absorvido pela CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), cuja visão é praticamente restrita à engenharia de controle. Como assessor da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, participei da comissão de estudo sobre a propriedade da terra no Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, visando a preservação de cavernas existentes na área; da comissão que analisou os problemas ambientais causados pelo polo petroquímico de Cubatão, no litoral do Estado de São Paulo, estudo este que deu início ao movimento que colocou em xeque a eficácia de política de controle ambiental exercida pela CETESB; da comissão que examinou o acordo nuclear Brasil-Alemanha para a implantação de usinas nucleares no Brasil. Gostaria de esclarecer que não sou um tecnocrata na área de meio ambiente. Minha função como assessor tem sido a de entrar em contato com a realidade, visitando áreas onde existem ou virão a existir determinados empreendimentos, contactar os órgãos responsáveis pelas pesquisas e, posteriormente, auxiliar as equipes técnicas na formulação de projetos. Faz parte dessa assessoria não só avaliar os impactos ambientais que tais empreendimentos causaram ou poderão causar, mas também avaliar a atuação do Estado ou de outros órgãos envolvidos nessas questões.

A trajetória de Raul Ximenes é de um agente com formação acadêmica diversificada, pela qual as ações no campo intelectual o conduziram à questão ambiental. Trata-se nesse caso de um indivíduo com capital intelectual adquirido. Posteriormente realizou uma trajetória com inserção em órgãos especializados em temáticas ambientais. Portanto, ao transitar por diferentes estruturas ligadas à área ambiental, foi adquirindo

conhecimento das regras do jogo deste meio. Encontramos neste caso um agente com conhecimento das funções burocráticas e legais relacionadas a temática ambiental e habituado a lidar com a questão dos impactos ambientais. Mas com uma formação intelectual de atuação em diversas áreas, também o conduziram a uma leitura sobre questões ambientais que não seria orientada por um olhar técnico, mas relacionando tal questão com outras conotações como sociais, políticas e econômicas.

Segundo Ximenes na entrevista a Rodrigues (1987, p. 03):

Agora, do meu ponto de vista, o maior atentado ao ambiente é o que se fez ao Golfão Maranhense formado pelas Baías de São Marcos e de São José. Esse estuário, um dos maiores lares de reprodução e alimentação da fauna marinha do Litoral Norte do Brasil e integro até os anos 80, passou a sofrer as consequências da construção do Porto da Ponta da Madura, da Companhia Vale do Rio Doce, e da instalação da ALCOA, multinacional do alumínio, a quem foi entregue cerca de 1/5 da Ilha de São Luís. Só para se ter uma ideia, São Luís recebe cerca de 76 toneladas por dia de dióxido de enxofre e de fluoretos provenientes dessa indústria.

A entrevista de Ximenes é de 1987. Nesse caso, num período posterior a realização do foco deste trabalho. Mas utilizamos a percepção do autor num período posterior ao que estamos pesquisando porque ela está dentro de um contexto em que o autor vem esplanando casos de projetos desenvolvimentistas concentrados principalmente ao longo do litoral brasileiro e com profundos impactos sobre a região em que foram sedimentados. Conforme a citação acima, ele cita o que acontecia no golfão maranhense, o que demonstra que o contato de Ximenes com situações de forte impacto no ambiente foi fruto também de sua trajetória e percepção em atividades de pesquisa e investigação na temática ambiental.

Portanto, a trajetória deste autor, suas incursões em problemáticas ambientais e os contatos com situações como a que verificou por exemplo na Ilha do Maranhão, gerou um posicionamento identificado com a defesa do ambiente nos locais que sofreram alterações ou ameaças de interferências diante de projetos industriais e desenvolvimentistas que não respeitam os limites do que se denomina natureza. Sendo assim e no início de 1980, este agente, tomando conhecimento das consequências das atividades da Alcoa, informou e orientou na luta do Comitê de Defesa da Ilha. Diante das informações do relatório construído pelo Grupo de Trabalho, relatando sobre contaminação de lençol freático, privação da Ilha de fontes de água, “precipitações ácidas que comprometem recursos hídricos, as espécies animais e vegetais” (JORNAL

PEQUENO, 26/01/1981, p. 03), desaparecimento de espécies que faziam parte do ambiente local, o Comitê construiu o engajamento na temática ambiental.

Também é importante pontuar que Raul Ximenes é importante neste contexto não apenas pelas informações ao movimento ou por ter ligações com o mesmo. Mas, também, pelo seu posicionamento. Devido a suas incursões e capital intelectual adquirido, sua fala tem um peso. Conforme Adriance (1996), tomando por base orientações da ONU, este intelectual declarou ser um desastre um projeto como o da Alcoa numa Ilha caracterizada por grande presença de córregos e mananciais, além dos perigos para saúde pública e os fortes impactos sobre as comunidades atingidas pelo projeto. Tomando conhecimento das consequências dessas questões, o grupo sob a liderança de Nascimento de Moraes Filho depreendeu que a luta teria conotação ambiental.

Outra questão que contribuiu na estruturação de uma problemática ambientalista era o que representava a Alcoa e sua atividade. A empresa realiza a produção de alumínio. Existia nesse caso toda uma construção que trata essa produção como algo sujo, que consome grande quantidade de água, realizando contaminações não apenas do subsolo, mas que afetaria espécies vegetais e animais. Além disso, estamos nos anos 1980 e uma empresa estrangeira se alocando de forma autoritária numa sociedade cujos componentes civis lutavam por um processo de redemocratização gerou fortes reações. O fato de ser uma empresa multinacional, conduzia militantes a interpretar tal corporação como uma estrutura imperialista, um “monstro” que vinha “sugar” as riquezas do território local. Nesse caso, os militantes do Comitê construíram e associaram a imagem da empresa a um negócio explorador, cuja consequência de suas ações seria, conforme já apresentado no trabalho, transformar São Luís num “lixeiro”. Nesse sentido, o movimento trabalhou com a representação de que lutava pela defesa da vida nesta Ilha, o que o conduziu a engajar discursos centrados numa ótica ambiental.

A partir das informações proferidas por Raul Ximenes e das representações que iam sendo construídas em torno da Alcoa e da forma como a luta se desenrolava contra esta corporação, o Comitê elaborava suas representações sobre o ambientalismo. Em matéria do *Jornal Pequeno* (CARVALHO, 1981, p. 02) intitulada “*O medo da Alcoa*”, a luta do movimento aparece retratada da seguinte forma:

A Alcoa sente o profundo golpe dos filhos desta terra contra sua nefasta pretensão. E sabe também que a luta será grande, de vida ou morte, e que a gente da nossa Ilha não permitirá a implantação de sua usina mortífera e destruidora na capital maranhense. Nós precisamos respirar um ar puro, de

beber uma água sadia, de desfrutamos de tudo que nos é permitido receber nem só do mar, [...] do bem-estar que estamos acostumados a usufruir. Por tudo isso, como ainda pelo nosso espírito de brasilidade, consciente do nosso dever patriótico, não iremos ceder nem um palmo. E vamos continuar a nossa campanha de esclarecimento público levando ao conhecimento de todos os maranhenses, tanto de nossa ilha, como de outras regiões do grande perigo da calamidade que teríamos de suportar, se calássemos.

E o povo já vai entendendo, tomando sua posição, ficando na espreita. As notícias que temos recebido dão conta da revolta dos habitantes da Raposa; de Paço do Lumiar, de Ribamar, da Estiva e todos os lugares que dali vão até o Rio dos Cachorros, enfim, de toda gente humilde de nossa terra. O ganha pão do povo não será roubado, como não roubarão o oxigênio que respiramos, dádiva do nosso Amado Deus Jeová.

E, embora o dinheiro, o vil metal que tantas consciências de rato têm comprado, subjugadas, não comprará a consciência do nosso povo humilde. Comprarão sim como tem acontecido, a consciência dos grandes, dos chefes, dos mandantes da terra, já que suas consciências, como disse acima, são de ratos venais, vulnerável ao dinheiro dos Dólares. Para confirmar o que afirmo, em dias da semana passada, o sr. Fernando Mendes, ex-Presidente da Federação das Uniões de Moradores e Entidades Similares do Maranhão, recebeu um recado para se avistar com D. Marlene Coimbra, no apartamento 203, do Hotel Vila Rica, credenciada pela Alcoa aqui em S. Luís. Esta propôs ao Sr. Fernando comandar o aliciamento de moradores dos bairros pobres de S. Luís, pelo que lhe seria pago um salário de 31 mil cruzeiros mensais. O trabalho consistia em promover uma campanha de simpatia para Alcoa em troca do que a Alcoa daria refrigeradores, condicionadores de ar, móveis e outras coisas às Associações de bairro. [...]. Acontece que Fernando é um homem de caráter e ama nossa terra, deixando D. Marlene de Coimbra e a Alcoa à sua espera, sendo que lá não voltou e nem volta.

O texto justifica e representa a luta do Comitê como difícil, pois construiu a imagem do adversário como associado a morte, a algo terrível. Nessas circunstâncias, são lembradas o que está em jogo neste enfrentamento. Pois segundo o texto, a vida desta região e seus elementos naturais estão ameaçados. A argumentação, então, apela para um espírito patriótico, que não se renderá. Neste caso constrói a imagem de um movimento e de uma sociedade composta de indivíduos dotados de espírito nacionalista e heroico. Mas a continuidade da luta precisa que mais indivíduos venham participar do movimento e, assim, é informado que a população ainda precisa de mais esclarecimentos. Por outro lado, apresenta a “boa nova” de que determinados agentes em certos lugares da cidade já vêm se posicionando e revoltando. E cita como exemplo do valor do homem da comunidade local, informando o caso de um líder comunitário que não se dobra diante das tentativas de cooptação da Alcoa.

Nesse caso, encontramos o Comitê informando sobre a continuidade de sua luta, mas chamando a atenção da população sobre seus valores e a necessidade da mesma perceber os “perigos” a que está exposta diante da corporação que construía ações para o

estabelecimento de sua fábrica. Por outro lado, o mesmo lembra que a população possui bens que devem ser vistos como um direito natural, uma vez que foi Deus que concedeu aos homens na visão do texto. Encontramos, nesse caso, a construção da ideia de defesa do ambiente local, porém carregada de doses de moralidade e espírito nacionalista. Nesse caso, a reportagem constrói a explicação enfatizando que a luta contra a Alcoa é uma luta pela vida, por isso a população não deve se render. Pois, as consequências das atividades da Alcoa podem resultar numa destruição do ambiente local.

Em outra reportagem, de 27/01/1981, também pelo *Jornal Pequeno* (CARVALHO, 1981, p. 04), intitulada *As garras da Alcoa*, a luta contra a empresa estrangeira aparece no seguinte formato:

Nós iremos expulsar os invasores que contam com a cobertura dos judas que se preocupam em acumular fortuna, comprar fazendas em troca do sofrimento da nossa gente, de maiores dificuldades para nossos irmãos desfavorecidos e indefesos. Nós levaremos a luta até o final. Como temos frisado, a Alcoa poderá acomodar-se, fora da nossa Ilha, no Continente. Existe muito recursos para isso. A indústria, localizada fora da Ilha, apenas o porto de Itaquí seria a fonte de embarque de toda produção. Eles não querem, insistem que S. Luís terá de ser seu lixeiro e nós não iremos permitir que essa desgraça se consuma, custe o que custar.

O jornal continua com a fala da necessidade de expulsar, o que chamam de invasores. Construindo a representação da Alcoa como alguém que entra numa casa sem ser convidado. Na visão do jornal, cooperar com Alcoa é semelhante a alguém que nega sua fé, um traidor, daí a representação religiosa de um Judas. Mas avisa que a luta segue e será levada até o final. A reportagem ainda esclarece que a empresa poderia ser alocada no continente, fato que não aconteceu. Novamente existe a representação da Alcoa aqui como um “mal”, como algo destinado apenas à destruição, a transformar o ambiente da Ilha num lixeiro.

Na data de 06/06/1982, no jornal *O Imparcial*, Josemar Pinheiro, advogado e membro do Comitê, no artigo “A questão do meio-ambiente” também apresenta dados importantes sobre a luta do Comitê.

De alguns anos para cá a ecologia virou o tema de interesses de milhares, de pessoas. Na Europa e nos Estados Unidos os movimentos ecológicos ficaram famosos pelo ruído dos protestos mais radicais contra a instalação de usinas nucleares. Inicialmente, encarados com zombarias os preservacionistas ganharam as ruas com suas faixas, conquistando a simpatia das populações.

[...] O encontro de Estocolmo, em 1972, serviu, também, para reunir, pela primeira vez, cientistas em torno da questão do meio-ambiente e discussão da industrialização versus a conservação da vida vegetal, animal e do

próprio homem. O Brasil, cuja industrialização, é bem recente – da época do pós-guerra –, despreocupara-se por longo tempo de qualquer intervenção a nível prático e legal, com os riscos do progresso que envenena [...], a água e o mar.

[...]Ano passado, o governo federal, que só havia criado uma Secretaria de Meio-Ambiente (SEMA) ligada ao Ministério do Interior, criou a lei de política de meio ambiente, preenchendo uma lacuna, apesar de suas falhas, ainda mais que deixou de lado a política punitiva de empresas violadoras das regras de resguardo da natureza. A criação de secretarias estaduais de meio ambiente representa um passo importante, havendo, entretanto, a enfrentar dificuldades devido à falta de recursos orçamentários e pessoal técnico qualificado. Particularmente, no Maranhão, a batalha pela conservação da natureza alcança, no momento da implementação de instalação de projetos industriais de alumínio e alumina, siderurgia e outros, importância capital, posto que, sem infraestrutura possível de suportar os impactos resultantes dos mesmos, e com a população, simplesmente, assistindo essa vinda, sem suficientes informações sobre eles, será apenas vítima e espectadora das profundas mudanças ocasionadas pela lesão do meio-ambiente natural, especialmente, na Ilha de São Luís, de vocação característica turística e cultural, e não, equívocamente industrial. Ao lado disso, ao deslocar para a economia de escola a economia rudimentar da lavoura e da pesca de milhares de famílias empurradas de seu habitat natural para as áreas palafitadas, as periferias ocupadas pelas imobiliárias, provocando conflito social e o sofrimento de crianças e adultos.

O autor e membro do Comitê apresenta conhecimento dos processos que vinham ocorrendo sobre a questão ambiental a nível internacional, descreve também alterações e interesse pelo tema na sociedade brasileira. O que pode indicar que membros do Comitê procuravam informações sobre como estavam as discussões sobre ambientalismo no cenário nacional e internacional. Porém, concentra a parte final do artigo sobre a questão na Ilha de São Luís. E nesse caso informa que ainda existe nesse ano a tarefa de informar a população sobre os projetos de alumínio concentrados na Ilha.

O que pode significar que no ano de 1982, o Comitê continua com o trabalho de publicizar a luta contra a Alcoa. Mas percebe-se também na construção do texto uma fala que aponta a necessidade de conscientizar a população local sobre o significado de uma produção industrial como a de alumínio. Para isso, constrói a imagem de que a vocação desta localidade, por ser uma ilha, está no turismo e no aspecto cultural e não para atividades industriais. Nesse caso visava justificar a necessidade de saída desta empresa, pois ao realizar o tipo de produção em que se concentrava, resultaria não apenas em tragédia ambiental, mas também social, pois famílias seriam deslocadas. Nesse caso, o texto continua exercendo o trabalho de justificativas das ações do movimento diante do adversário que se apresentava.

Outro ponto importante na estruturação desta questão é o agente e líder do movimento, José Nascimento de Moraes Filho. Sobre a trajetória de Nascimento, o *Jornal Pequeno* (22/02/2015) informa que:

José Nascimento Moraes Filho nasceu em 15 de julho de 1922 em um sobrado na praça da Fonte do Ribeirão, tendo o pai, José Nascimento Moraes sido muito provavelmente o mais combativo entre os combativos jornalistas maranhenses, autor de “Vencidos e Degenerados”, um romance-símbolo da complexa transição entre a monarquia/escravidão e a nascente República. Filho natural de Francisca da Graça Bogéia, foi criado pela madrastra, Ana Augusta Nascimento Moraes.

Estudou o primário na Escola Modelo Benedito Leite. Fez o curso secundário (ginasial) no Liceu Maranhense, sendo considerado, já então, o “Líder Anarquista”. Concluiu o curso ginásial no Ateneu Teixeira Mendes.

A sua inserção no mundo das letras começaria aos 23 anos, em 1945, quando fundou e assumiu a presidência do Centro Cultural Gonçalves Dias, instituição que teria papel exponencial na vida literária maranhense, sendo o Centro o percussor do Modernismo no Maranhão.

Em 1949, lecionou Latim e Português no Colégio Maristas e no Ateneu. Foi vice-diretor e fundador do Ginásio Zoé Cerveira, tendo ainda fundado um cursinho pré-vestibular em São Luís.

Entrou para a Academia Maranhense de Letras em 30 de setembro de 1976, eleito que foi para ocupar a cadeira 37, cujo patrono foi Xavier de Carvalho. Tomou posse no dia 16 de dezembro desse mesmo ano, tendo sido recebido pela escritora Dagmar Desterro.

A estreia na literatura ocorreria com “O Clamor da Hora Presente”, poesias sociais escritas entre os 24, 25 anos, porém (devido à falta de recursos financeiros) publicadas somente em 1955.

As incursões pela literatura começaram cedo, o pai foi importante literário local, sendo que Nascimento de Moraes Filho, transitou entre a carreira de professor, funcionário público e conseguiu notabilidade na área literária, fazendo parte da Academia Maranhense de Letras. Portanto, trata-se de um agente intelectual, porém, dedicado a uma poesia social mais engajada. O *Jornal Pequeno* (22/02/2015) ainda informa que:

Além de “O Clamor da Hora Presente”, Nascimento Moraes Filho escreveu “Pé de Conversa” (1957), obra que a família pretende reeditar para lançamento na próxima Feira do Livro de São Luís; “O que é o que é?” (1972); “Esfinge do Azul” (1972); “Esperando a Missa do Galo” (1973); “Maria Firmina dos Reis – Fragmentos de uma vida” (1976); “Cancioneiro Geral do Maranhão” (1976). Nascimento Moraes Filho promoveu também a reedição do romance “Úrsula” (1975) e do livro de versos “Cantos à beira-mar” (1976), ambos de Maria Firmina dos Reis, além de “A metafísica da contabilidade comercial” (1986), de Estevão Rafael de Carvalho, e do jornal “O Bentivi”, editado originalmente em 1838, reimpresso em 1986.

Notamos que a produção intelectual de Nascimento de Moraes Filho até o envolvimento com o Comitê é de um intelectual com produções recorrentes, além da função de funcionário público que executava. Em 1976 já está “consagrado” na categoria

de “imortal” da Academia Maranhense de Letras, embora posteriormente venha deixar a Academia, devido a indicação de Pedro Neiva de Santana. Pois este último na visão de Nascimento Filho “só tinha como obra literária para apresentar para seus pares exame de lesões corporais e laudos de exames cadavéricos” (JORNAL PEQUENO, 23/02/2014).

De acordo com Josemar Pinheiro (entrevista em 18/08/2018):

[...] Nascimento era um poeta engajado. [...] Ele tinha toda uma luta anterior, [...] contra a desnacionalização dos recursos brasileiros, o petróleo. [...] Essa perspectiva também de utilizar poesia como instrumento de divulgação, de revolta, de divulgação popular. [...] Na verdade, ele já era um intelectual mais voltado para essa luta, pela luta social, não era luta ecológica, ele terminou desembocando na luta ecológica.

Encontra-se em Nascimento de Moraes Filho um agente, um intelectual com uma trajetória voltada para poesia. Porém, com preocupação para com as lutas sociais que ocorriam em sua sociedade. Diante de um cenário de lutas sociais que vinha se desenhando na realidade brasileira no contexto da redemocratização e com a presença de projetos desenvolvimentistas e um Estado autoritário na cidade de São Luís, sociedade civil local se mobilizando numa série de questões, um agente com este engajamento se posicionou identificado com o que considerava uma defesa da vida local. Ao saber das negociações envolvendo Alcoa e o governo, sabendo que era uma empresa estrangeira e tomando conhecimento do que significavam as atividades desta empresa, ele atuou ressignificando esse processo dentro de uma linguagem ambiental.

A citação a seguir mostra o papel importante que Nascimento de Moraes Filho exerceu no processo de formação do Comitê e na estruturação de uma questão com dimensão além de social, também ecológica:

Nas reuniões feitas na Igreja de São João, debatíamos que caminho seguir. Alguns se posicionavam contra o capital estrangeiro que viria tomar conta da Ilha de São Luís. Alguns ideologizavam um pouco essa luta. Nascimento Moraes não se posicionava assim, ele via a coisa mais voltada para a preservação da vida, do meio ambiente e da vida humana mesmo. Com essas discussões ficou acordado que faríamos a defesa da Ilha de São Luís, surgindo então em 10 de agosto, o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís. (JOSEMAR, citado nos anexos de SANTOS, 2010, p. 236).

Conforme a citação acima, enquanto alguns membros construía interpretações de sua luta em torno do discurso que representava a Alcoa como uma empresa estrangeira, Nascimento, segundo Josemar Pinheiro, compreendia que a luta estava centrada na defesa da vida local, ou seja, que o processo de construção da luta deveria adotar outro

referencial que não fosse simplesmente o de identificar uma determinada empresa como resultado de política imperialista.

Alves (2014) cita um trecho construído por Nascimento de Moraes Filho, desenvolvendo uma imagem da Alcoa, como um “mal” voltado para destruição da Ilha local. O que explica o uso de expressões como Alu-mata. O trecho que replicamos é importante porque demonstra a construção forte de uma linguagem carregada de religiosidade, mas que também chamava a juventude para a luta, para o enfrentamento. Ao mesmo tempo acenava para a ilusão que significava o projeto da corporação estrangeira, pois a construção apresentava que, na “verdade”, essa empresa seria um “monstro”, uma “Besta-Fera”, que visava a destruição dos bens naturais. Ao mesmo tempo, o uso dessas expressões, trabalham, com construções que fazem parte do universo simbólico dos maranhenses, visando produzir um entendimento perante a população local do significado desta corporação.

Vós que fostes Jesus, há dois mil anos, / expulsai do Sagrado Templo da Humanidade, / As malditas Alcoas / - Bestas-Feras, / que, fantasiadas de ilusões douradas, / acenam-vos com Esmeraldas da Esperança!... / - ALUMAR de Três Cabeças / (Billiton, Alcoa, Shell)! / Besta-Fera, / que, mascarada de Progresso, / Alu-mata a Terra! / as Águas! / o Ar! / Alu-mata / O Verde! / o Azul! / Alu-mata a Vida / Expulsai as Malditas Alcoas! / - Alcoas, que alu-matam o corpo! / - Alcoas, que alu-matam a alma! / Expulsai-as / com o látego de vossa cólera divina / - Expulsai-as! Expulsai-as! / Jovens, / O Novo Dia vos chama! / - Marchai! Marchai! / Condores, / O Infinito vos espera! / - Voai! (ALVES, 2014, p. 47-47 APUD MORAES FILHO, 2001, p. 2).

A construção também aponta o que se tornou a Alcoa. De acordo com Santos (2010, p. 122):

O Projeto ALCOA MINERAÇÃO S. A., que em 1981 constitui-se no consórcio Alumar – Alumínio do Maranhão passa a integrar o Projeto Grande Carajás (PGC) em 17 de agosto de 1982, recebendo a partir de então benefícios em relação a incentivos e créditos do PGC favorecendo, portanto, suas pretensões.

Conforme a citação de Santos e a construção de Nascimento de Moraes Filho, a Alcoa torna-se Alumar, agora fruto de um consórcio (fato já retratado neste trabalho) com outras corporações como a Billiton-Shell (posteriormente, tornou-se BHP Billinton, além de ter sido incorporada ao consórcio a Rio Tinto Alcan). É importante atentar para essa questão, pois o próprio nome do que se tornava agora o consórcio, ou seja, Alumar como sigla de Alumínio do Maranhão, representa uma estratégia das corporações de produzir identificação com a marca da empresa e a população local. Não se pode esquecer que,

nesse período, a empresa realizava também ações sociais nesse sentido, como por exemplo, patrocínio a competições esportivas, doação de material esportivo.

Retratamos até aqui membros importante do Comitê de Defesa da Ilha, como Nascimento de Moraes Filho, Raul Ximenes, Haroldo Saboia, que atuaram na constituição da questão ambientalista. Porém, o movimento também teve em seu quadro outros membros importantes. As informações sobre outros membros foram construídas por Josemar Pinheiro (advogado e membro do Comitê) em 25/08/2018:

José Ribamar Bogéa (Zé Pequeno) - Jornalista e diretor proprietário do jornal Pequeno (engajado na campanha ecológica contra a Alcoa), cedeu o auditório do periódico para a realização de reuniões do Comitê de Defesa da Ilha e se tornou entusiasta da luta em favor da preservação da natureza [...].

Augusto Silva Carvalho - Escritor, jornalista, polemista, [...]. Participou do programa semanal radiofônico do Comitê de Defesa da Ilha na Rádio Educadora.

Carlos Schalcher - Bancário e economista. Integrante do Comitê de Defesa da Ilha, participou ativamente do movimento, integrando comissões nos programas de rádio e televisão e dando suporte na área de seu conhecimento (economia).

Luís Alves Ferreira – Luisão - Médico patologista, professor e pesquisador (UFMA) e integrante do Comitê. Colaborou intensamente com o movimento publicando artigos de sua lavra em jornais e revistas. Participou de programas radiofônicos e televisivos, denunciando agravos ao meio ambiente e dando suporte material (deslocamento) aos membros do Comitê. Uma de suas denúncias mais importantes, abraçadas pelo Comitê, foi a de poluição pela Fábrica de Curtumes do Sacavém.

Aldionor da Silva Salgado - Jornalista e ex-vereador de São Luís por seis anos. Participou das atividades do Comitê de Defesa da Ilha, colaborando e dando apoio parlamentar na imprensa.

Gervásio Protásio Santos - Advogado e parlamentar (Deputado Estadual). Procurador Geral do Estado do Maranhão (Governo de Eptácio Cafeteira). Apoiou o movimento, dando inclusive condições materiais para que fosse redigida a ação popular ambiental contra a Alcoa.

Edson Carvalho Vidigal - Jornalista e parlamentar (Deputado Federal). Apoiou a luta do Comitê de Defesa da Ilha, fazendo um ontológico pronunciamento na Câmara Federal onde revelou que os congressistas norte-americanos entendiam a instalação da Alcoa como uma permissão de governos corruptos.

Irmã Barbara English - Freira norte-americana, natural da Pensilvânia (EUA), deu tanto apoio ao Comitê, divulgando os impactos sociais, econômicos e ambientais em Massachusets, onde operários foram afetados pelos efeitos danosos do alumínio e alumina. Publicou um livreto com denúncias sobre as comunidades rurais ludovicenses atingidas pelo Projeto Alcoa. Ao lado de Teresinha Amorim e da professora Alaide Viégas (Lalá) ajudaram e apoiaram a visita de membros do Comitê a essas comunidades, incentivando-as a resistir e criando mecanismos de defesa de seus direitos à exploração da lavoura, da pesca e da moradia.

Josemar Pinheiro - Advogado, jornalista e professor da UFMA (Curso de Comunicação Social - Jornalismo e do curso de Direito [...]) Liderou ao lado de Nascimento de Moraes a mobilização do Comitê de Defesa da Ilha [...] na área jurídica, política e popular. Patrocinou a primeira ação popular ambiental do Maranhão e várias representações administrativas. [...] Esteve presente em quase todas as atividades do Comitê, dando suporte jurídico, ingressando inclusive com mandado de segurança que pleiteava o direito de reunião (comício) na Praça Deodoro.

As informações, conforme citado antes, foram concedidas por um membro do Comitê de Defesa da Ilha. Mas podem ser úteis no sentido de compreendermos que o movimento tinha uma composição social cujos participantes eram, principalmente, do estrato médio da sociedade. Embora o movimento tenha contado com apoio e luta das comunidades rurais. Se analisarmos a partir de seus principais membros, verifica-se um grupo constituído de advogados, médicos, jornalistas, parlamentares e professores. Muitos desses indivíduos fazendo parte do que se denomina de profissionais liberais.

O movimento continuou com sua luta. Enquanto isso a Alcoa prosseguia com sua obra. Segundo English (1984, p. 30) as empresas que trabalhavam nessa área

[...] exigiram longas horas de trabalho, com poucas condições, e a ALCOA deu cobertura aos acidentes que diariamente aconteceram, controlando as notícias nos jornais. No decorrer dos anos, somente um jornal – o *Jornal Pequeno* – e a *Rádio Educadora* permaneceram abertos às notícias divulgadas pelo Comitê.

O texto informa que a luta do Comitê tinha no *Jornal Pequeno* e na *Rádio Educadora* importantes aliados nos anos seguintes no auxílio da publicização da questão ambiental da Ilha e do que representava a atividade da Alcoa. Porém, em 1982, o presidente João Figueiredo veio a São Luís para inauguração da casa do trabalhador. E no seu discurso aproveitava para retratar o que eram aqueles que defendiam o ambiente local e condenavam a Alcoa:

[...] Aqui se condena a instalação da indústria do alumínio pela “ALCOA”, e os projetos de industrialização dos minérios de Carajás. Sustenta-se que esses empreendimentos trarão grave dano à ecologia do Estado, poluição dos rios e dos mares, atentado à fauna e à flora, além de destruir a cidade histórica de São Luís do Maranhão.

Ali se afirma que o projeto de Carajás causou profunda mudança na vida do Estado, aumentou o custo de vida, encareceu os aluguéis, elevou o preço dos serviços e utilidades, sem nenhuma contrapartida.

Acolá se argumenta que o Maranhão sofreu um processo de colonização, ficando reduzido à condição de simples testemunha de uma fase de mudança, sem participar desse importante episódio da sua história.

É visível a improcedência dessas acusações, suscitadas mais pelo propósito de denegrir do que pelo intento de analisar objetivamente o desempenho governamental.

Nada mais descabido que dizer que os projetos relativos ao alumínio e aos minérios de Carajás vão trazer prejuízo à ecologia maranhense. Isso implica insinuar que o Governo não se interessa pelos problemas ecológicos quando o certo é que tais questões, como está comprovado, merecem de sua parte o mais vigilante cuidado.

Não se inquiete a população maranhense. Os profetas do pessimismo, na sua ignorância, desconhecem a existência de técnicas, hoje de uso comum, pelas quais é fácil evitar qualquer malefício. Não desconhecem, contudo, – embora não o proclamem, porque não lhes convém – o empenho notório do Governo em preservar a pureza do meio ambiente (O ESTADO DO MARANHÃO, 23/09/1982, p. 03).

O discurso do presidente sinalizava o conhecimento que o mesmo já possuía das ações do Comitê de Defesa da Ilha. Porém, a fala do político citado visava desqualificar a argumentação do movimento. Para isso, associava as imagens dos militantes do Comitê à de profetas do pessimismo. Enquanto o governo local, centrado na euforia do desenvolvimento, construía argumentações sinalizando novas conquistas para a sociedade local. É relatado que as atividades da Alcoa não trariam poluição à Ilha devido aos mecanismos tecnológicos já usados no processo produtivo. Sendo assim, ao colocar-se contrário aos projetos desenvolvimentistas, o Comitê passa a ser representado na fala do presidente como um grupo de ignorantes.

A reportagem foi intitulada de “*Progresso sem poluição*” (O ESTADO DO MARANHÃO, 23/09/1982, p. 03) e enaltecia a fala do presidente e ao mesmo tempo queria representar o Comitê como um grupo sem legitimidade na sua fala, pois o mesmo era apresentado como desconhecedor das discussões e novidades sobre preservação do ambiente. Existiu, neste caso, disputas entre governo, Alcoa e o Comitê sobre quem teria a legitimidade na fala sobre a discussão e o processo ambiental. E o presidente do país na época construiu uma fala como se os representantes do Comitê de Defesa da Ilha fossem contra o progresso. Visando colocar a sociedade civil contra as ações do movimento. Não se pode esquecer, conforme já assinalado, que a movimento citado vinha realizando a tentativa de tornar conhecida as questões que considerava grave para a realidade local, caso a Alcoa fosse definitivamente instalada. Nessas circunstâncias, a fala do presidente visava a perda de legitimidade do discurso e da ação do movimento perante a sociedade civil maranhense.

Nos anos seguintes, o Comitê continuou com sua luta. Em 1983, chegaram a organizar uma “Caminhada Verde” juntamente com outros grupos, inclusive religiosos (ENGLISH, 1984). O grupo “realizava uma manifestação em favor da natureza e contra a ALCOA, conseguindo juntar, naquela ocasião, muitas vozes de protesto contra os

resultados do chamado progresso” (ENGLISH, 1984, p. 30). O movimento ainda lutou pela liberação da Praça Deodoro, como em 1983, realizando todo um enfrentamento contra o Estado na justiça. O Comitê manteve sua luta, porém o objetivo deste trabalho foi apresentar como o movimento construiu um referencial ambiental para defesa do ambiente da Ilha local e colocar-se contrário à instalação de uma multinacional na Ilha.

Compreendemos este trabalho no sentido de apresentar como a questão ambiental foi sendo tecida pelo Comitê de Defesa da Ilha. O conflito envolvendo o Comitê de Defesa da Ilha e sua luta pela defesa do ambiente local pode ser analisado como um processo que vai se ambientalizando, ocorrendo aquilo de Leite Lopes (2004) denomina de ambientalização de conflitos sociais. Nesse caso, o Comitê foi construindo esse processo de ambientalização de uma questão, através das disputas contra uma corporação estrangeira, a Alcoa, e depois contra o seu consórcio. Porém, esse processo de ambientalização envolveu o uso de linguagens que afetaram os comportamentos de pessoas que vivia aquela realidade, pois passou-se a falar em defesa do ambiente. Jornais passaram a dedicar páginas sobre a possibilidade ou não de poluição no estado. Houve até lutas no aspecto jurídico em que foram construídas argumentações baseadas em questões ambientais.

Um movimento foi constituído, nesse caso, para lutar pela defesa do ambiente local. E, nesse processo, além dos jornais, outros agentes contribuíram na luta e constituição de uma questão ambiental. Houve agentes como Raul Ximenes que representaram o discurso e fala da expertise científica, informando e atuando no sentido de fazer com determinados indivíduos compreendessem o projeto da corporação que objetivava se alocar na região e o significado desse projeto. Nesse caso, o movimento construiu, orientado também por Ximenes, uma argumentação e engajamento cujos referenciais estavam no ambientalismo. Também é importante nesse processo a figura de Nascimento de Moraes Filho que, com uma trajetória de engajamento e contato com o que acontecia, atuou como uma liderança do movimento e contribuiu na luta do Comitê em defesa da vida na Ilha.

Existiu também a indignação de determinados indivíduos pela representação que significava uma empresa estrangeira naquele contexto se alocando numa Ilha como esta. Para alguns membros do Comitê, havia a imagem que a Alcoa representava um projeto imperialista que vinha com o intuito de explorar as riquezas e mão-de-obra local e provocar a transformação da realidade local num “lixeiro”. Nesse caso, alguns

interpretavam que jamais permitiriam que tal processo ocorresse, resultando no engajamento na luta. Por outro lado, interpretavam que, como um dos objetivos desta corporação era utilizar o ambiente local em seu proveito, deveriam lutar pela continuidade da vida e recursos desta região. O que também explicou a construção da luta em referenciais ambientais.

Na constituição desse processo, disputas foram travadas e jogadores se posicionaram. Houve disputas sobre a legitimidade de qual fala teria sentido sobre os destinos do ambiente de uma região. Nesse caso, a luta foi publicizada e nesse processo a pauta ambiental passou a fazer parte de jornais, de passeatas, de protestos, de disputas jurídicas, das decisões de comunidades e, principalmente, das ações de um movimento, além de determinadas ações do Estado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou que dentro do contexto de redemocratização do país, tivemos o surgimento de um ambientalismo em novas bases, mais politizado se comparado a períodos anteriores de nossa história. Não tínhamos mais um movimento preocupado exclusivamente com a vida selvagem. Mas um movimento que associava e entendia que a situação ambiental não estava desvinculada de outras questões como econômicas e sociais. Esse movimento estava na origem do que entende-se, hoje, como socioambientalismo e que trabalha com outras referências interpretativas. Utiliza-se referências interpretativas que estão principalmente nas ciências humanas para compreensão da problemática ambiental. A questão dos referenciais das denominadas ciências naturais deixa de ser o centro explicativo dessa problemática. Olha-se para as interações entre grupos humanos e seus ambientes naturais, questionando a própria ideia de meio ambiente (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007).

O surgimento desse ambientalismo também teve relação com a mudança na estrutura de oportunidades políticas. Nesse caso, o contexto da Redemocratização favoreceu as mobilizações da sociedade civil, com o movimento lutando pelo direito de ter direitos (GOHN, 2001). Esse processo de forte contestação, existindo um ciclo de protestos, propiciou o surgimento dos grupos ambientalistas como os citados acima. É no meio desses processos que a Ilha do Maranhão, no final dos anos 1970, encontrava-se envolvida numa série de manifestações, pois esta região também sofria alterações na estrutura de suas oportunidades políticas, devido ao contexto da Redemocratização.

A sociedade civil local se mobilizou numa série de questões: luta por direitos, a questão da carestia, luta por questão da moradia. Aconteceram, nesse período, vários conflitos envolvendo deslocamentos de famílias e comunidades pela Ilha, que levaram à formação de organizações comunitárias. Também ocorrem a luta estudantil, a formação do primeiro grupo feminista, surgimento de uma entidade de apoio às lutas que aconteciam, que foi a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos. No campo, o Estado foi sacudido por manifestações de camponeses, enquanto que na Ilha a esquerda organizada em partidos também tentou se unificar no que ficou conhecido como Oposição pra Valer.

Ocorreu em São Luís um processo que lembra o que já havia ocorrido em outros momentos da história. Esse ambientalismo mais politizado (em termos internacionais, Brasil e na realidade local), foi construído em momentos de fortes contestações e com variadas temáticas sendo engajadas por movimentos. Ocorreram contestações em várias esferas da realidade humana, sendo que as questões da relação entre homem e seu meio também foram apresentadas. Porém, não esquecendo aspectos culturais, políticos e sociais e não centrados apenas em questões econômicas.

Conforme observado, não foram apenas movimentos que surgiram, mas fóruns, encontros e conferências foram estabelecidos nesse contexto, com destaque para Estocolmo em 1972, que foi a primeira conferência sobre meio ambiente em termos mundiais. Ocorreu nas décadas seguintes uma institucionalização da questão ambiental ao nível internacional, sendo que, inicialmente, países centrais em termos de capitalismo e posteriormente nosso país assistem o crescimento de ações, interpretações e construções de linguagens centrada no ambientalismo. Inclusive acontecendo de determinados grupos associarem suas lutas que, inicialmente estavam centradas em determinadas temas, com o ambientalismo.

No caso da luta desenvolvida pelo Comitê de Defesa da Ilha, existem disputas não apenas com a Alcoa, mas com o Estado e estruturas representativas dos interesses das elites, como CDI. Nesse processo, solidariedades e alianças são constituídas, como aquela envolvendo o Comitê e as comunidades da zona rural atingidas por tais processos. Também existem membros das alas progressistas da Igreja Católica prestando apoio às comunidades e à luta do Comitê, caso da Irmã Barbara. Outra organização que atuou junto às comunidades do interior da Ilha foi a ASSACRE. Houve o desenvolvimento de redes entre esses grupos que resultaram num apoio à manutenção da luta por parte do Comitê. No caso de continuidade de um movimento, o processo de estabelecimento de redes é fundamental na luta. Para o Comitê, essas redes foram importantes na assistência prestada às comunidades rurais, como através da Cáritas Brasileira, assim como na realização de passeatas e protestos e na divulgação da sua luta através, por exemplo, da Rádio Educadora. Por outro lado, a Alcoa e o Estado encontram no jornal *O Estado do Maranhão*, além do Governo Federal aliados nesse processo de enfrentamento.

Existiam, nesse aspecto, disputas sobre quem possuía legitimidade nas suas falas dentro dos espaços onde eram travadas disputas. À medida que o conflito ia se estruturando e sendo publicizado, diríamos que ele se ambientalizava, com o

estabelecimento de linguagens, representações e referenciais centrados no que se chama de ambientalização. O Comitê utilizou representações relacionadas a Alcoa, como de um “mal”, instituído para degradar este ambiente. Daí a imagem de “Besta-Fera”, Alu-Mata, no sentido de corporificar a imagem da empresa como destruidora do verde, da água, das belezas naturais desta região. O movimento, nesse caso, utilizou questões culturais em seus aspectos simbólicos visando compreensão e identificação com sua luta e a necessidade de posicionamento nesse processo. Pois visava construir a mensagem de que a “vida” da Ilha que estava em perigo.

Também foram importantes nesse processo as ações e o engajamento de Nascimento de Moraes Filho, apontado como uma liderança do movimento, e com uma trajetória já marcada pelo engajamento em questões sociais. Este agente é importante, assim como Raul Ximenes, na construção de interpretações que pontuaram a luta do Comitê com inspiração em referenciais ambientalistas. Pois, enquanto alguns membros identificavam como questão importante da sua luta a associação da empresa como representante do imperialismo, por ser uma empresa estrangeira que sugaria as riquezas locais, este agente compreendeu que a luta deveria ser situada sobretudo na defesa da vida local. Daí a utilização do nome de Comitê de Defesa da Ilha.

Raul Ximenes, com uma trajetória também marcada por incursões em áreas das ciências humanas, desenvolveu uma leitura menos tecnicista das questões ambientais. O papel deste agente na constituição do Comitê e na construção da luta é importante, devido a seu processo de formação e suas relações construídas nesta localidade, informando aos membros do Comitê sobre o que significava o projeto de alumínio que a Alcoa visava implantar em São Luís. Ximenes ainda teve o papel de também atuar na orientação do Comitê em ações posteriores.

O processo de conflito entre a Alcoa e o Comitê também resultou numa luta por legitimidade na fala, como se expressou através dos jornais. Sendo importante na publicização da luta, os jornais contribuíram para que a entrada da Alcoa e a possibilidade de perigo ou não de sua atividade viesse ao grande público. Nesse caso, chama a atenção aos tipos de manchetes construídas pelos jornais. O *Estado do Maranhão*, ligado ao governo do Estado e ao grupo político liderado por José Sarney, estabelecia as possibilidades de ganho que tal projeto representava perante a sociedade local. Ao mesmo tempo construía uma fala visando desacreditar ou deslegitimar as bases e discursos apresentados pelo Comitê e pelo *Jornal Pequeno*, que adotando um discurso e

posicionamento contrário ao primeiro grupo, explicavam as consequências negativas de tal projeto, não apenas para saúde, vida das comunidades, mas a continuidade da vida local em condições naturais satisfatórias.

Por outro lado, os adversários do Comitê não apenas utilizavam a identificação com a ideia de desenvolvimento, visando justificar tal empreendimento na Ilha, com a mensagem de geração de empregos e renda e prometendo conferir novas oportunidades para quem morava na Ilha. Nesse caso, o Comitê e seus membros são identificados como “profetas do pessimismo”, como na fala do presidente Figueredo na inauguração da Casa do Trabalhador. Aliás, essa identificação não era nova, pois durante os finais dos anos 1960 e no decorrer da década de 1970, aqueles que desenvolviam fortes críticas aos processos de desenvolvimento constituído na realidade capitalista, e identificados com a questão ambiental, eram classificados nesses termos.

Lembrando que esse é também o momento em que o ambientalismo vinha se institucionalizando na sociedade brasileira, com surgimento de secretarias ambientais e legislação sendo constituída na área. Portanto, é nesse processo de instalação da Alcoa na Ilha e constituição de movimentos contrários a esse processo que a questão ambiental foi construída na realidade local.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Boll, 2004.

ADRIANCE, Madelaine Cousineau. **Terra Prometida: as comunidades eclesiais de base e os conflitos rurais**. São Paulo: Paulinas, 1996.

ALVES, Elio de Jesus Pantoja. **Repertórios e argumentos da mobilização política: um estudo sobre o Movimento Reage São Luís em São Luís MA**. Rio de Janeiro: tese de doutorado em Sociologia e Antropologia, UFRJ/IFCS, 2014.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 79, p. 151-167, 2007.

ARAÚJO, Raimundo Nonato Gomes. **A insustentável sustentabilidade: história social do termo Desenvolvimento Sustentável**. São Luís: Monografia (Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal do Maranhão, 2010.

BARBOSA, Zulene Muniz. O global e o regional: experiência de desenvolvimento no Maranhão contemporâneo. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. 2013, v. 1, n. 1, pp. 113-128.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. 1981. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/freibetto/livro_betto_o_que_e_cebs.pdf>. Acesso em: 03 mar.2018.

BORGES, Arleth Santos. **PT Maranhão 1980-1992: origens, organização e governos municipais**. São Luís: EDUFMA, 2008.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. Trad. Ivone C. Benedetti. Trad. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

Cáritas Brasileira. <http://caritas.org.br/>. Acesso em: 12/07/2018.

CARVALHO, Augusto Silva. O medo da Alcoa. **Jornal Pequeno**, São Luís, 14 jan. 1981, p. 02.

_____. As garras da Alcoa. **Jornal Pequeno**, São Luís, 27 jan. 1981. p. 04.

COSTA, Silvia Cristina Mineu. **A Alcoa no Maranhão e o desenvolvimento socioeconômico regional**. Dissertação de mestrado. São Luís: UFMA, 2003.

COSTA, Wagner Cabral da. Do "Maranhão Novo" ao "Novo Tempo": a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. In: BARROS, Antonio Evaldo Almeida; NERIS, Cidentalva Silva Câmara; BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos Santos; BARBOSA, Viviane de Oliveira; SALES, Tatiane da Silva; NERIS, Wheriston Silva (Orgs.). **Histórias do Maranhão em Tempos de República**. São Luís/MA; Jundiá/SP: EDUFMA; Paco Editorial, 2015. pp. 189-236

DIEGUES, Antônio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

EDNÍLSON, Cruz; CARNEIRO, Alan. Verbete: Haroldo Sabóia. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/haroldo-freitas-pires-de-saboia>. Acesso em: 29/08/2018.

ENGLISH, Bárbara Ann. **Alcoa na Ilha**: um documento acerca das implicações sociais, econômicas e ambientais da implantação de uma indústria de alumínio em São Luís do Maranhão. São Luís: Cáritas Brasileira, 1984.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Trad. Vera Lúcia M. JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 59-83.

FERREIRA, Leila da Costa. Ideias para uma sociologia da questão ambiental – teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, 2004, pp. 77-89.

FLEURY, Lorena C; BARBOSA, Rômulo Soares; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. Sociologia dos conflitos ambientais: desafios epistemológicos, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v.5, n.11, 2017, pp.219-252.

GISTELINK, Frans. **Carajás, usinas e favelas**. São Luís: [s.n.], 1988.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania pelos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

_____. 500 Anos de Lutas Sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, v. 05, n. 01, p. 11-40, jan./jun. 2000.

GOMES, Antônio Marcos. **Por um lugar na fábrica**: estratégias, limites e possibilidades para o ingresso numa indústria de alumínio. São Luís: Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, UFMA, 2009.

_____. Notas Sobre o Processo de Formação do Mercado de Trabalho no Maranhão: da grande lavoura aos grandes empreendimentos. In: BARROS, Antonio Evaldo Almeida; NERIS, Cidinalva Silva Câmara; BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos Santos; BARBOSA, Viviane de Oliveira; SALES, Tatiane da Silva; NERIS, Wheriston Silva (Orgs.). **Histórias do Maranhão em Tempos de República**. São Luís/MA; Jundiaí/SP: EDUFMA; Paco Editorial, 2015. p. 415-438.

GRILL, Igor Gastal; REIS Eliana Tavares. Etiquetas políticas, Interpretes e Lutas Faccionais no Maranhão. História, agentes e organização popular ludovicense entre as décadas de 1970 e 1980. In: BARROS, Antonio Evaldo Almeida; NERIS, Cidinalva Silva Câmara; BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos Santos; BARBOSA, Viviane de Oliveira; SALES, Tatiane da Silva; NERIS, Wheriston Silva (Orgs.). **Histórias do Maranhão em Tempos de República**. São Luís/MA; Jundiaí/SP: EDUFMA; Paco Editorial, 2015. p. 237-269

HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**. Trad. Annahid Burnett. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

JASPERS, Karl. Método e visão do mundo em Weber. In: COHN, G. (Org.). **Sociologia: para ler os clássicos**. Rio de Janeiro: Azougue, 2007.

JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, p.1, 25 jul. 1980

JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, p.03, 23 set. 1982

JORNAL PEQUENO, p. 3, 26 jan. 1981.

JORNAL PEQUENO, 03 jun. 1980.

JORNAL PEQUENO, 22 fev. 2015.

JORNAL PEQUENO, 23 fev. 2014.

LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre os processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 12, n.25, p.31-64, jan/jun. 2006.

_____. Introdução: A “ambientalização” dos conflitos sociais. In: LEITE LOPES, José Sérgio; ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SILVA, Gláucia (Orgs.). **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 17-38.

LOUREIRO, Maria Rita., PACHECO, Regina Silvia. Formação e consolidação do campo ambiental no Brasil: consensos e disputas (1972- 92). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.29, n.4, p. 137-53, out./dez. 1995

LOWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARMANILLO, Jesus Pereira. **Luta por Direitos: movimentos sociais de direitos humanos em São Luís durante a década de 1980**. João Pessoa-PB: Tese de doutorado em Sociologia. UFPB/CCHLA, 2015.

_____. Luta por Moradia e Condicionantes Necessários: História, agentes e organização popular ludovicense entre as décadas de 1970 e 1980. In: BARROS, Antonio Evaldo Almeida; NERIS, Cidinalva Silva Câmara; BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos Santos; BARBOSA, Viviane de Oliveira; SALES, Tatiane da Silva; NERIS, Wheriston Silva (Orgs.). **Histórias do Maranhão em Tempos de República**. São Luís/MA; Jundiaí/SP: EDUFMA; Paco Editorial, 2015. p. 353-377.

MARQUES, Adriana Aparecida. **Amazônia: pensamento e presença militar**. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciência Política, USP, 2007.

MONTEIRO, M. A.; MONTEIRO, E. F. Amazônia: os (dês) caminhos da cadeia produtiva do alumínio. In: ALMEIDA, Rogério Henrique. **Alumínio na Amazônia:**

saúde do trabalhador, meio ambiente e movimento social. São Luís: Fórum Carajás, 2009, pp. 15-35.

PALMIQUIST, Helena. Exploração de bauxita causa polêmica em Oriximiná. **O Paraense**, Belém, 30 abr. 2002.

PAIVA, Manoel Maria de Moraes. Grandes projetos no município de Barcarena: conflitos sociais e ambientais. **Informativo Fórum Carajás**, out. 2010, p. 59-62.

_____. Cadeia Produtiva de Alumínio na Amazônia: Impactos Ambientais, sociais e a peleja sindical. In: ALMEIDA, Rogério Henrique. **Alumínio na Amazônia**: saúde do trabalhador, meio ambiente e movimento social. São Luís: Fórum Carajás, 2009. pp. 131-145.

PEREIRA, Elenilta Malta. **A conquista da cidadania**: movimentos sociais na história do Brasil. Guarapuava: Unicentro, UAB, 2015.

PEREIRA, Airton dos Reis; AFONSO, José Batista Gonçalves; CRUZ NETO, Raimundo Gomes. A exploração mineral e suas consequências na Amazônia brasileira. **Informativo Fórum Carajás**, out. 2010, p. 63-71.

PINHEIRO, Josemar. A questão do meio-ambiente. **O Imparcial**, São Luís, 06 jun. 1982.

PINTO, Lúcio Flávio. O primeiro desastre da mineração. Pará, 28 de nov. 2015. Disponível em: <https://valeqvale.wordpress.com/2015/11/28/o-primeiro-desastre-da-mineracao/>. Acesso em: 21/11/2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2006.

RODRIGUES, Camila. A história da descoberta de Carajás. 18 de jul. 2017. Disponível em: <https://portalcanaa.com.br/site/mineracao/a-historia-da-descoberta-de-carajas/>. Acesso: 15/02/ 2019.

SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Trad. Vera Lúcia M. JOSCELYNE, Susana de GAYLOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 117-131.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção. Projetos de Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais no Maranhão. **Tempo e Sociedade**, nº 18.1, pp.94-113, 2010.

SANT'ANNA JÚNIOR, Horácio Antunes; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção. A Resex de Tauá- Mirim, grandes projetos de desenvolvimento e a resistência socioambiental: introduzindo o debate. In: SANT'ANNA JÚNIOR, Horácio Antunes; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção (Orgs.). **Ecoss dos conflitos socioambientais: a Resex de Tauá-Mirim**. São Luís: Edufma, 2009, p.17-39.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; CARDOSO, Rosiane Mendes, O sistema mina-ferrovia-porto e lutas territoriais no Maranhão. In: Andrea Zhouri; Paola Bolados, Edna Castro. **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Anablume. 2016. pp. 181-201.

SANT' ANNA JÚNIOR, Horácio Antunes. Acre, desenvolvimentismo e reservas extrativistas. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonias Antunes (Orgs.). **Olhares sobre a escravidão contemporânea: novas contribuições críticas**. Cuiabá: EDUFMT, 2011.

SANTA BRÍGIDA, Gilvandro Ferreira. Itupanema em meio ao projeto Albrás-Alunorte: o desencanto do mundo. **Informativo Fórum Carajás**, out. 2010, p. 33-44.

SANTOS, Protásio César dos. **Discursos da mídia impressa sobre a implantação da ALCOA MINERAÇÃO S. A. em São Luís, Maranhão**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – UFPA, Belém, 2010.

SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **História: Debates e Tendências**, v. 7, n. 1, 2008, pp. 9-21.

SILVA, Miguel Henrique Pereira. **A disputa pela terra e coesão social em Igarauá: as lutas de “brancos” e “pretos” e a resistência vitoriosa contra a desapropriação**. 1997. Monografia (Curso de Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1997.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político**. Trad. Ana Maria Sallum. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VECHIATTI, Karin. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. **São Paulo em Perspectiva**, 2004, pp. 90-95.

VIAS DE FATO. **Tauá Mirim é das comunidades extrativistas**. Disponível em <http://www.viasdefato.jor.br/index2/>. Acessado em 22/11/15.

VIGEVANI, Tullo. Meio ambiente e relações internacionais: a questão dos financiamentos. **Ambiente e Sociedade**, ano I, n. 1, 1997, pp. 27-61.

VIOLA, Eduardo. **O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica**. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm. Acesso em 23 fev. 2018.

XAPURI SOCIOAMBIENTAL. **Hydro Alunorte: Ação da mineradora causa desastre ambiental em Barcarena (PA)**. Disponível em: <https://www.xapuri.info/meio-ambiente/crimes-ambientais/mineradora-desastre-ambiental-barcarena/>. Acesso em 22/11/2018.

XIMENES, Raul. Entrevista. **Revista de Ensino de Ciências**, n. 18, 1987. Disponível em: <http://www.cienciamao.usp.br/>. Acesso em: 18 jul. 2018.